HISTÓRIA E CULTURA

MORTE E VIDA DA FAVELA ESQUELETO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ESPAÇO MARGINALIZADO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1934-1965)

EMMANUELLE TORRES COSTA

INTERSEÇÕES
EDITORA PUC RIO

HISTÓRIA E CULTURA

MORTE E VIDA DA FAVELA ESQUELETO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ESPAÇO MARGINALIZADO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1934-1965)

EMMANUELLE TORRES COSTA

INTERSEÇÕES EDITORA PUC RIO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Reitor

Pe. Anderson Antonio Pedroso, S.J.

©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225,
7º andar do prédio Kennedy
Campus Gávea/PUC-Rio
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22451-900
Tel.: +55 21 3736 1838
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Editorial

Alexandre Montaury, Felipe Gomberg, Gabriel Chalita, Gisele Cittadino, Pe. Ricardo Torri de Araújo, S.J., Rosiska Darcy de Oliveira, Welles Morgado.

Diretor Editorial

Felipe Gomberg

Editoras

Livia Salles
Tatiana Helich

© Selo Interseções, Editora PUC-Rio

Em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História e Cultura/ PUC-Rio

Edição da obra: Tatiana Helich

Capa: Flávia da Matta Design

Diagramação: SBNigri Artes e Textos

Revisão: Melissa Nasser

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada por qualquer forma e/ou em quaisquer meios sem permissão escrita da Editora PUC-Rio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Emmanuelle Torres

Morte e vida da Favela Esqueleto [recurso eletrônico]: a construção social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965) / Emmanuelle Torres Costa. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2025.

1 recurso eletrônico (236 p.). – (Coleção História e cultura)

Obra publicada através do Selo Interseções da Ed. PUC-Rio, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História e Cultura/PUC-Rio.

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 28 de mar. de 2025.

Inclui bibliografia.

Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader.

ISBN (e-book): 978-85-8006-345-5

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – História – Séc. XX. 2. Esqueleto (Rio de Janeiro, RJ). 3. Favelas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ). I. Título. II. Série.

CDD: 307.3098153

Elaborado por Lizandra Toscano dos Santos – CRB-7/6915
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sobre a Coleção

A coleção História e Cultura apresenta o resultado de investigações originais produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, no qual se cruzam os campos da história, da cultura e da arte. Os trabalhos que compõem a coleção exploram diferentes temas e objetos de análise, desenvolvendo reflexões acerca das dinâmicas das trocas e disputas culturais, da historicidade dos processos de conceituação e significação e das perspectivas críticas da análise estética e política. Ao fazê-lo, compartilham concepções sobre a cultura que, forjadas a partir da pesquisa empírica e da reflexão teórica densa, enfatizam o diálogo com as variadas disciplinas das humanidades, tal como tem sido a marca do Programa desde a sua fundação.

Livros da Coleção

Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e a construção da polícia cien tífica no Rio de Janeiro 19071915, de Marília Rodrigues de Oliveira

A morte feita de pedra: o mercado de escravizados do Valongo e a necroarqui tetura, de Luis Gustavo Costa Araújo

Os requebros do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro de 18801915, de Matheus Pimentel da Silva Topine

O prazer da teoria: amor e conhecimento em Stendhal, de Clarissa Mattos

Morte e vida da favela Esqueleto: a construção social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965), de Emmanuelle Torres Costa

Aos meus avós, que migrando por esse Brasil,
trilharam meu caminho até aqui.

Agradecimentos

Antes de qualquer coisa, preciso dizer que essa, sem dúvida, é a minha parte favorita de todo esse trabalho. Chegar ao final desta pesquisa é ter certeza de que ela foi feita através de muitos esforços, longe de terem sido apenas meus. De primeira, gostaria de agradecer aos meus mais velhos, que na diáspora nordestina trouxeram meus passos até aqui. Aos meus avôs, Adolfo e Bayron, agradeço por todas histórias que me contaram desde menina, forjando meu amor por essa disciplina. Tenho certeza de que se estivessem aqui, brindariam essa conquista comigo. Às minhas matriarcas, Maria Geralda, Valdice e Urandi, agradeço por todo amor e cuidado que tiveram comigo, me fazendo uma mulher forte e aguerrida para as batalhas da vida. Aos meus tios, tias e primos, agradeço por me mostrarem que o caminhar é sempre coletivo.

À minha mãe, Kátia, e ao meu pai, Charles Márvio, minha gratidão eterna, por terem me encorajado e me empurrado para a realização dos meus sonhos. Meus pais me tiveram muito nova, mas creio que isso foi fundamental para que eu vivesse experiências que foram essenciais para a minha formação, como conhecer o mundo universitário. Jamais esquecerei dos passeios em que meu pai me levava ao IFCS para tirar xerox, ir nos sebos, que cheiravam a livro velho, em busca de algum livro que interessava a ele, e os gibis que me interessavam. Ou dos passeios com minha mãe nos laboratórios de anatomia e afins, das imagens nos livros de embriologia que me ensinaram sobre genética e assuntos diversos, que tanto me despertaram curiosidade sobre a vida humana. Por necessidade, meus pais tinham de me levar a esses espaços, e por isso passei a sonhar em um dia ocupá-los. Agradeço

profundamente por esses momentos que foram eternizados na memória daquela não tão pequena menina. À Laura Cristina, minha pequena irmã, que eu espero ver seguindo caminhos coloridos, como sua alma!

As amigas e aos amigos, que são a família que escolhi para caminhar ao meu lado. Isabela, Angela Cristina, Bruna Gabriela, Andreyna, Larissa, Bruno Francisco e Daniel, são alguns dentre aqueles que permanecem do meu lado, me dando não só força, mas muito afeto para seguir nas batalhas diárias da vida munda. Aos meus afilhados que tanto amo, Malik Bomani e Tereza: que vocês façam desse mundo um lugar de alegria e fé no futuro. Agradeço ainda ao apoio de Vandergleison, ou Dede, meu parceiro e companheiro, que tanto me inspira com seu carinho, afeto e cuidado com as pessoas ao seu redor, além de ser um grande incentivador da publicação desse livro e dos meus artigos. Sou grata a existência de cada um de vocês e ao encontro que tivemos nessa vida cigana.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O financiamento deste tipo de pesquisa é um dos exemplos da possibilidade de produção de conhecimento sobre as favelas, que parta das favelas.

Concluir esta pesquisa não foi tarefa fácil, algumas perdas de familiares me atravessaram durante esses dois anos, e não foi fácil seguir diante de todo esse cenário. Com muito esforço, consegui ir subvertendo a saudade que assolava meu corpo e mente em combustível para finalizar essa pesquisa. A memória do meu avô Adolfo se manteve como meu leme, mesmo nas horas que eu parecia esmorecer me lembrava daquele velho e do quanto ele ficava alegre por ter uma neta professora, que hoje conta histórias, assim como ele um dia me contou. Foi por você, meu vô, todos os dias.

Sumário

Introdução 13

Do Turf Club ao Esqueleto 31
Um bairro de trabalhadores 42
Da ocupação do Turf Club ao loteamento do Esqueleto 52
Um espaço em disputa 71

O Esqueleto torna-se uma favela 85
A categorização oficial como favela 93
A favela em luta 119
Os estigmas para além da luta 133

Seja favelado, seja herói 141
O Esqueleto em pé de guerra 149
Os heróis anônimos do Esqueleto 167
Os moradores preferem o Esqueleto! 186

As favelas escrevem sua história 217

Fontes 225
A – Biblioteca Nacional (Imprensa) 225
B – Acervo jornal O Estado de São Paulo: 225
C – Literatura 225
D – Biblioteca do IBGE 225
E – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 226
F – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 226
G – Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz 227
H. Museu da Maré - Arquivo Dona Orosina Vieira 227
I – Outros 227

Referências bibliográficas 229

Sobre a autora 235

Introdução

Há pouco mais de dois anos, em dezembro de 2020, era inaugurada a exposição "ESQUELE70" no Paço Imperial, em comemoração aos 70 anos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa histórica que subsidiou a exposição, feita por Luís Reznik (FFP/UERJ) e outros colaboradores, buscou apresentar alguns dos principais momentos que constituíram a história desta universidade. Dentre eles, está um evento trágico da história da cidade que por vezes é tratado com naturalidade: a desapropriação da Favela do Esqueleto. Pouco era apresentado, no entanto, sobre a história dessa localidade, cuja referência se ligava somente à sua destruição – que abriu espaço para a construção do campus da universidade. Na mesma semana em que foi lançada esta exposição, a coluna de Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, parabenizava também a UERJ por seu aniversário, em nota significativamente ilustrada com uma foto do Esqueleto.

O colunista Nelson Neto acabou resgatando a memória daquele local que, segundo ele, é a raiz da história de uma das universidades públicas mais populares do Rio de Janeiro e pioneira da política de cotas (NETO, 2020). Naquele mesmo ano faleceu meu avô materno, Adolfo, trazendo à tona um turbilhão de memórias – como a de seu comentário no momento em que contei a ele que havia passado no vestibular da UERJ, o que o levou a comentar: "eu morei ali onde é a UERJ", referindo-se ao espaço ocupado pelo Esqueleto. Ao relembrar desta conversa com meu avô, decidi fazer daquela curiosidade meu objeto de investigação, em uma tentativa de iniciar uma pesquisa histórica sobre a Favela do Esqueleto a partir da ótica de seus moradores.

Ao me deparar com a produção bibliográfica sobre a localidade, em especial aquela produzida no campo das ciências sociais, a primeira coisa que ficou clara é que seu foco se centrava no momento da desapropriação do Esqueleto. Pensada a partir da lógica do Estado, a localidade se constituiu em um problema de investigação a partir de sua remoção, pensada no bojo de um processo mais amplo de combate às favelas na cidade. Mesmo um dos poucos trabalhos que buscou revisitar a história da formação do Esqueleto, escrito pela historiadora estadunidense Brodwyn Fischer, que busca analisar os obstáculos do acesso à cidadania por parte de determinados grupos sociais no espaço urbano do Rio de Janeiro em contraste com a ideia de garantia de direitos a partir do governo de Getúlio Vargas (FISCHER, 2008) – acabou também por privilegiar a perspectiva estatal. Ao centrar sua atenção na formação de algumas localidades categorizadas como ilegais pelo poder público, como o Esqueleto, a fim de demonstrar a precarização do acesso à moradia por trabalhadores de baixa renda no período, Fischer acaba por priorizar a análise do papel do Estado na formação daquela localidade. Ainda que se mostrasse atenta à história mais ampla da comunidade ali instalada, afastava-se com isso da perspectiva dos próprios moradores, perdendo com isso a chance de compreender a lógica da ocupação da localidade.

Não se trata, é claro, de um tipo de perspectiva restrita ao Esqueleto. O fato de que trabalhos como estes se voltem para a lógica do Estado se liga ao próprio desenvolvimento da favela como problema de investigação ao longo do século XX. Uma das primeiras pesquisas importantes sobre esse tipo de moradia surgiu em 1942, quando a assistente social Maria Hortência de Nascimento e Silva, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, tomou como objeto o Parque Proletário da Gávea, local próximo à PUC-Rio – dando início a outras pesquisas por parte deste departamento nas favelas adjacentes,

como o Parque Proletário, mas também a Favela do Pinto e o Largo da Memória (BRUM, KNAUSS, 2012). Ao longo do tempo o volume de produções das Ciências Sociais tomando a favela como objeto também despontou, muito em função do relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS)[1], que continha observações e análises dos Aspectos humanos das favelas cariocas (BRUM, KNAUSS, 2012).

O estudo desenvolvido pela SAGMACS marca o início dos trabalhos de campo em favelas do Rio de Janeiro, desenvolvido por um corpo de cientistas sociais e assistentes sociais, estas últimas responsáveis pelas pesquisas *in loco*. O estudo é pioneiro no desenvolvimento de métodos quantitativos e qualitativos para compreensão dos aspectos de cada favela, além de ser o início da construção da favela como um objeto de pesquisa nas Ciências Sociais e em outros campos interdisciplinares (SILVA, 2012). Esse tipo de estudo acabou por privilegiar a perspectiva do Estado, numa tentativa de compreender os limites da agência de agentes públicos da produção social desses espaços.

Seguindo esta trilha, nas décadas seguintes, boa parte das pesquisas de cientistas sociais que tomaram a favela como objeto privilegiaram a lógica do Estado em suas análises. No livro *A invenção da Favela: do mito de origem ao favela.com,* em que faz um levantamento bibliográfico das diversas produções que analisaram o fenômeno, a socióloga Licia Valladares aponta para a preponderância da Sociologia Urbana, Antropologia Urbana e mesmo do Planejamento Urbano na produção acadêmica sobre a favela, em momento em que o tema ainda não havia interessado aos historiadores (VALLADARES, 2005).

1 SAGMACS foi criada em São Paulo pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret, em 1947. O estudo *Aspectos Gerais das Favelas do Rio de Janeiro* foi encomendado pelo jornal paulista do *Estado de São Paulo* no contexto em que era discutida a transferência da capital para Brasília. "Aspectos Humanos da Favela Carioca", *Estado de São Paulo*, 13 de abril de 1960.

O esforço de Licia Valladares em buscar compreender as origens e os marcos iniciais na história das favelas iniciou uma nova perspectiva para este campo de estudos, evidenciando o peso da ausência de uma perspectiva histórica. Por conta disto, a autora analisa uma vasta quantidade de fontes para compreender como se deu a historicidade da construção dos estigmas da favela – como discursos de médicos, jornalistas, urbanistas, etc[2]. Ao propor a construção de uma análise dos discursos sobre favela, seja na análise de sociólogos ou nos primeiros discursos sobre favela construídos por jornalistas, ela propõe uma "história das reflexões sobre favela".

Por estar preocupada em flagrar os primeiros discursos sobre a favela, ela também faz o exercício de historicizar esse espaço dentro de seu contexto. Não havendo uma "historiografia consagrada" sobre as Favelas até aquele período, a autora trata assim de construir suas próprias perspectivas históricas enquanto cientista social. Por este motivo, o livro *A invenção da Favela* se tornaria um marco neste campo de estudos, uma vez que reuniu toda a sua experiência dos seus anos de "observação participante" em algumas favelas do Rio de Janeiro. A preocupação bem definida pela autora para a construção de seu livro é tanto a origem da favela quanto a construção de sua representação, ou seja, o processo de *invenção* da mesma. Assim, podemos observar que a História serviria como ferramenta para Valladares a fim de flagrar o mito origem das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

A trilha aberta por Licia Valladares seria desenvolvida, em 2013, por outro trabalho que se voltava para a análise da história das favelas na capital federal: o livro *Favelas do Rio de Janeiro: história*

2 A autora menciona aqui um documento enviado após o I Congresso Brasileiro de Urbanismo, assinado por membros do Rotary Club, demandando que um estudo completo dos aspectos gerais das favelas fosse produzido, a fim de que se tome conhecimento daquele problema para melhor lidar com o mesmo. (Idem, pp. 55)

e direitos, de Rafael Soares Gonçalves. Originalmente uma tese de Doutorado defendida na França em 2007, o livro traz uma grande contribuição para o campo de estudos das favelas, incorporando com maior voracidade a perspectiva histórica. A priori, a proposta de Gonçalves é compreender o processo histórico de construção da favela como categoria jurídica. O autor retoma os principais trabalhos e pesquisas sobre as favelas da cidade, com objetivo de cotejar as discussões existentes com a abordagem historiográfica. A obra de Gonçalves, que se constitui também com a perspectiva do Direito, foi traduzida num contexto de grande tensão política no Brasil, as Jornadas de Junho[3], o que acaba coincidindo com um período de demandas de Direitos no país e maiores condições de acesso à cidadania. O trabalho de Rafael Gonçalves é dividido em três partes, que demonstram os caminhos percorridos para que a favela enquanto categoria jurídica fosse normatizada.

Da construção à reconstrução do conceito jurídico atribuído às favelas, o autor percorre analisando as camadas que forjaram a realidade jurídica das favelas até hoje. Gonçalves retoma as discussões também feitas por Lícia Valladares sobre os mitos de origem da favela, na primeira parte do livro, demonstrando que a demanda por melhorias nas habitações de favelas existia antes da virada do século XX[4]. Com uma pesquisa longa e com inúmeras fontes das instituições do Estado, temos a possibilidade de compreender os mecanismos de disputa por Direito à Cidade desses moradores. Mesmo

3 As Jornadas de Junho foram uma série de mobilizações sociais que se iniciaram no mês de junho de 2013, de forma simultânea, em mais de quinhentas cidades do Brasil. Com o intuito de disputar o aumento da tarifa nos transportes públicos, bem como evidenciar o baixo investimento nos serviços públicos em meio ao gasto exorbitante com os megaeventos esportivos internacionais que ocorreram nesse período.

4 Me refiro à carta endereçada ao coronel Moreira Cézar, comandante do 7.º Regimento do Exército, demandando melhorias para as habitações nos morros da cidade. (GONÇALVES, 2013)

partindo também da lógica do Estado para compreender a formação, os discursos e experiências nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, Gonçalves buscou evidenciar as articulações dos moradores de favelas que se deram por dentro das dinâmicas do Estado.

Ao mencionar o episódio da desapropriação do Esqueleto, além de demonstrar e analisar a infeliz ação do estado da Guanabara no local, Gonçalves ressaltou que os moradores daquele espaço lutaram para garantir seu direito à indenização, num esforço de iluminar a agência desses sujeitos históricos. Assim como Licia Valladares apontou para os *dogmas,* no sentido de nos alertar para a generalização e homogeneização das favelas, Gonçalves demonstrou que as moradias em morros, encostas ou mesmo prédios ociosos da cidade quase nunca surgiram de maneira espontânea, como se dizia nos jornais – em memória reproduzida pelos primeiros Cientistas Sociais a se voltarem para o tema. A partir destas perspectivas, o autor constata a importância do caráter jurídico que foi atribuído à favela, por mais que a intenção tenha sido tornar esses locais ilegais, se torna possível a disputa jurídica pela sua permanência. Dessa forma, ele ressalta que mesmo sendo o Direito um campo composto majoritariamente por integrantes das elites dominantes, existe a possibilidade de disputas através dos aparatos legais, caso contrário mais favelas da cidade teriam sido alvo de desapropriação (GONÇALVES, 2013).

Tanto Licia Valladares quanto Rafael Gonçalves indicaram a importância de enfrentar da perspectiva dos moradores na compreensão da história das favelas e do seu desenvolvimento, uma vez que a maioria dos trabalhos que haviam se lançado nos estudos sobre favela haviam feito isso privilegiando a perspectiva da lógica do Estado. De acordo com os historiadores Mario Sergio Brum e Paulo Knauss, nas duas últimas décadas dos anos 2000 pode ser notado o aumento de produções historiográficas sobre favelas com ênfase na experiência dos moradores e suas perspectivas, fruto do exercício de costura entre

a História Social e História Urbana. Essa virada na produção desses estudos é uma consequência da valorização dos patrimônios culturais de favela, como escolas de samba, museus, centro culturais, entre outros, o que fez com que historiadores passassem a lançar seus olhares para as favelas como um campo fértil para as análises historiográficas (BRUM, KNAUSS, 2012, p. 121-140). Influenciada por estas reflexões, pude constatar a necessidade de compreender o processo histórico do Esqueleto a partir da perspectiva dos moradores, em sua relação com o Estado.

Do ponto de vista da história social, no entanto, este é um esforço que demanda outro tipo de estudo: aquele centrado no processo de formação de comunidades específicas, que permita o acompanhamento mais próximo da experiência dos moradores que ajudaram a garantir sua consolidação. Para além da relevância de estudos mais ambiciosos como os de Valladares e Gonçalves, e como fruto da qualidade das questões por eles levantadas, cabe assim enfrentar mais detidamente o processo de construção social de favelas como o Esqueleto. Levando em consideração ser esta uma favela que foi alvo das políticas de desapropriação, sua história ficou atrelada apenas ao seu fim, em 1965. Através das análises dos autores relembradas aqui, buscaremos compreender a trajetória de formação do núcleo de moradia do Esqueleto e adjacências, e consequentemente sua categorização como favela, entendo que nenhum desses processos acontece espontaneamente. Dessa maneira se tornará possível a compreensão da lógica que moveu o processo de construção social deste espaço, que estava na base das suas disputas com o Estado para a consolidação dessa localidade.

Para dar conta do desafio de pensar a formação de uma favela a partir da lógica daqueles que resolveram habitá-la, esta pesquisa se volta para o Esqueleto, uma localidade específica, de modo a tentar entender os muitos sujeitos e questões que disputavam seus sentidos.

Historiadores como Mariana Costa e Mario Brum, em pesquisas que se voltaram respectivamente para a Rocinha e a Cidade Alta, evidenciaram o protagonismo dos moradores na construção social desses espaços, ainda que não abrissem mão de analisar a lógica do Estado. Para além dos documentos oficiais, como recenseamentos e correspondências entre os órgãos de Estado, se voltaram para isso para os jornais, que lhes permitiram compreender a experiência e as expectativas dos moradores, em sua luta por moradia (BRUM, 2011; COSTA, 2019). Ao se centrarem em uma localidade específica, trabalhos como estes conseguiram desnaturalizar aqueles espaços, analisando o processo histórico de invenção daqueles territórios sem cair em suposições generalistas e homogeneizadoras, como muito já se fez nos estudos sobre favelas (VALLADARES, 2005).

A partir dos caminhos traçados por esses trabalhos, esta pesquisa buscou investigar o processo histórico de construção social do Esqueleto através de uma história urbana interseccionada pela história social. Poucos trabalhos nos campos da história das favelas e história urbana buscaram relacionar a experiência de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro com seus espaços de moradia. No entanto, historiadores como Edward Palmes Thompson – que, em 1963, na obra *A Formação da Classe operária inglesa*, apontaram para a necessidade de compreensão da experiência dos próprios trabalhadores no esforço de compreensão dos processos de domínio aos quais eles estavam submetidos Ainda que ele não atente para a dimensão espacial desse processo, as reflexões de Thompson nos indicam a possibilidade compreensão de processos históricos da construção espacial com ênfase nos sujeitos históricos, apostando na análise dos costumes, experiência e laços de solidariedade para melhor apreensão das dinâmicas estabelecidas por eles. Com isso, afirmaram-se as possibilidades de investigação do processo histórico de formação, desenvolvimento e erradicação do Esqueleto a partir da experiência dos moradores, de

modo a analisar a lógica e dinâmica estabelecida por eles, bem como suas estratégias e táticas ao qual estabeleceram a luta por permanência e acesso a direitos.

Longe de ser uma categoria natural ou dada, o espaço se apresenta também como uma construção analítica, apesar de sua aparência de naturalidade. Nesse sentido, a reflexão sobre o espaço é importante para a observação da experiência dos sujeitos históricos, influenciando diretamente na formação de consciência dos indivíduos e interferindo no seu devir (SAVAGE, 2011). É o que perceberam, muito antes que os historiadores, os antropólogos voltados para a reflexão sobre os processos de construção social do espaço. É o caso de Margaret Rodman, que mostra como uma concepção imperialista do espaço impõem uma centralidade de certas localidades em relação a outras, marcando um viés pré-definido de análise que informa nossa percepção da realidade. Rompendo com tal perspectiva, ela aponta para a necessidade de reflexão sobre os processos de afirmação de certos sentidos para os diferentes espaços, assim como para as múltiplas construções de experiências no mesmo. Rodman aponta com isso para a polifonia dos espaços, acompanhando as disputas que marcam seu processo de afirmação e demonstrando o caráter dialético do espaço enquanto construção social. Em suma, a autora defende que, a compreensão da experiência deve ser observada através da ótica da "multilocalidade" e "multivocalidade", que afastam a ideia de homogeneização do espaço e que afirmam o mesmo como fruto de uma construção social e espacial dialética (RODMAN, 2003, p. 204-223).

Assim como Margaret Rodman, outros autores/as se propuseram analisar a construção do espaço através da associação entre cultura e território. A partir da crise do conceito de territorialização das culturas, autoras como Setha Low apontam para novas abordagens que levam em conta os processos de produção e construção social do espaço, para assim observarmos as disputas de poder que permeiam o espaço. Para a autora, o processo de construção de sentido

para os espaços se faz a partir das disputas entre grupos e pessoas. Dessa forma, entender a perspectiva daqueles que experimentam o espaço mostra-se fundamental para a afirmação de seus sentidos, em perspectiva multivocal corroborada também por Margaret Rodman (LOW, 2016, p. 68-93). Neste sentido, o espaço é pensado nessa dissertação como fruto de processos sociais específicos, nos quais os próprios sujeitos que o experimentam têm papel ativo.

A partir da análise do espaço que o pense em perspectiva dinâmica e relacional, como mencionaram Margaret Rodman e Setha Low, busquei entender as redes e estratégias que os moradores do Esqueleto forjaram para construir aquele espaço e garantir seu desenvolvimento ao longo das três décadas em que existiu. Este esforço se deu a partir das fontes que privilegiaram a perspectiva dos moradores durante o processo de formação da localidade, de seu crescimento ou de sua desapropriação. É o caso do jornais do período, que foram espaços fundamentais de comunicação e luta para os moradores do Esqueleto, deixando registrado o testemunho de suas lutas e aspirações –como acontecia em alguns dos mais importantes periódicos comerciais do período, como o *Correio da Manhã*, a Última *Hora*, a *Tribuna Popular* e o *Diário de Notícias*. . Ainda que estes jornais, muitas vezes, tenham sido vistos como uma expressão das opiniões e ideias de seus dirigentes, suas feições comerciais os obrigavam a se abrirem para outros sujeitos no esforço de aumentar seu público – o que gerava uma polifonia nas colunas e manchetes destes impressos que faz deles uma fonte de grande relevância (PEREIRA, 2016, p.1-21). Sendo assim, ainda que inúmeras vezes tenhamos nos deparado com reportagens racistas e preconceituosas com aquele espaço e seus moradores, inúmeras foram as vezes que também flagramos a resposta dos moradores a essas atitudes. Os jornais eram usados, assim, como instrumentos de luta e defesa dos moradores do Esqueleto, que não hesitaram em mobilizá-los todas as vezes que foram necessárias.

Para uma compreensão mais integral do processo histórico desta localidade, analisamos documentos oficiais, como os Censos de 1948, 1950 e de 1960[5], que contém dados estatísticos sobre questões gerais das favelas do Rio de Janeiro, incluindo o Esqueleto. Esses trabalhos têm um caráter quantitativo, por ter como objetivo principal conhecer o modo de organização da vida nas favelas e reconhecer a identidade dos moradores. Em um artigo sobre o conceito censitário das favelas, Rafael Gonçalves indica o interesse técnico presente nos primeiros recenseamentos realizados nas favelas, que reflete uma maneira técnica de gerir o Estado e os cidadãos (GONÇALVES, 2020, p.1-30). Por conta disto, o recenseamento é construído a partir da lógica e moral de quem o produziu, refletindo o racismo estrutural do Estado, com um discurso sobre a população negra e indígena do Censo de 1948, em que afirmam se tratar de pessoas inaptas à integração na sociedade de classes, por questões genéticas. O discurso eugenista desta documentação justificava o estigma negativo relacionado aos moradores de favelas (VALLADARES, 2005, p.35). Sobre o estigma espacial, Gonçalves indica que os estudos e discursos que categorizam as favelas como tal, são feitos a partir das ausências de características que a tornariam parte da cidade, além disso tais categorizações acabam por homogeneizar as características destes espaços (GONÇALVES, 2020, p.1-30).

Outros documentos importantes para a compreensão não só da formação, mas também da categorização daquele espaço como uma

5 O primeiro recenseamento geral produzido pelo IBGE apenas em 1940 e tem seu texto publicado em 1951, com dados do Estado do Rio de Janeiro. Em 1948 a Prefeitura do Distrito Federal se lançou na empreitada de recensear as favelas da cidade, através do Departamento de Assistência Social. Dois anos depois, em 1950 o IBGE promove o Censo de Favelas do Distrito Federal, um estudo mais complexo da realidade dos moradores de favelas. Até o presente momento não foi encontrado nenhum recenseamento ou dado oficial sobre a comunidade do Esqueleto que antecede o Censo de 1948. Conferir: GONÇALVES, 2020.

favela, foram aqueles guardados pelo *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, como a correspondência trocada entre o Prefeito Henrique Dodsworth e o Secretário de Saúde e Assistência sobre as moradias do Esqueleto. Ainda neste arquivo, encontramos um acervo com diversas fotografias do Esqueleto entre a década de 1950 e 1960. Por se tratarem de correspondências e fotografias produzidas a partir da lógica e ótica do Estado sobre o Esqueleto, buscamos interrogar de diversas maneiras essas fontes, a fim de evitar a reprodução de uma perspectiva preconceituosa sobre essa localidade. Licia Valladares alertou para as categorizações dadas por membros da Secretaria de Saúde e Assistência, que inclusive tiveram reflexo nos discursos do Censo de Favelas do Distrito Federal de 1948 (VALLADARES, 2005, p.27).

A *Casa de Oswaldo Cruz* abriga outros dois fundos essenciais para pesquisas sobre favela, um deles é do secretário de Saúde e Assistência, Victor Tavares de Moura, que inclui os relatórios sobre as favelas do Distrito Federal produzidos pela Comissão de Favelas, da Prefeitura do Distrito Federal. O fundo de Victor Tavares de Moura foi analisado com o cuidado que indicou Licia Valladares, com relação aos discursos e perspectivas, uma vez que o médico e secretário de Saúde e Assistência era um ferrenho crítico à existência das favelas na paisagem da cidade. O outro fundo é do sociólogo Anthony Leeds, que por conta de sua pesquisa antropológica aglutinou diversos documentos sobre essas localidades. O fundo contém documentos de vários tipos sobre as favelas da cidade e um dossiê somente sobre o Esqueleto, onde constam relatórios de estudos da área do Esqueleto produzidos pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara, Fundação Leão XIII e recortes de diversos jornais do período, falando sobre a reação dos moradores à desapropriação. De forma contrária a Victor Tavares de Moura, Anthony Leeds compreendia as favelas como soluções aos problemas urbanos que a população de baixa renda foi exposta, tanto é que o sociólogo

buscou analisar de forma antropológica estes espaços, levando em conta também a perspectiva dos moradores, entendendo estes espaços como localidades fundamentais para o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro (LEEDS, 2015, p.349).

Consultamos também o *Arquivo Dona Orosina Vieira*, localizado no Museu da Maré, que guarda as fichas cadastrais da Fundação Leão XIII dos moradores do Esqueleto que foram transferidos para a Nova Holanda. Fruto dos encontros da Rede de Memórias da Maré – do CEASM – que culminaram em exposições no Museu da República em 2004, o Museu da Maré foi inaugurado em 2006, com a presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e passou a representar um exemplo de uma nova experiência de museu voltado para a preservação e conservação da memória dos moradores daquele espaço. É deste esforço que surgiu o *Arquivo Dona Orosina Vieira,* que é constituído de documentação que vem sendo reunida desde 1989, conservada e catalogada pelos moradores da localidade. A documentação a qual analisamos pertencia à Fundação Leão XIII, que ao encerrar as atividades na favela da Nova Holanda, entrou em contato com a direção do CEASM para que pudessem conservar as fichas cadastrais dos moradores transferidos para o Centro de Habitação Provisória da Nova Holanda (SILVA, 2006). Ainda que se trate de um Museu Social, esta documentação foi produzida pela Fundação Leão XIII, isto quer dizer que há uma perspectiva própria daqueles que preencheram as fichas sobre os moradores, demandando um olhar atento e investigativo das informações ali presentes.

No *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, pudemos encontrar um acervo iconográfico com registros de visitas do governador Carlos Lacerda ao Esqueleto, bem como recenseamento da localidade As fontes iconográficas do Esqueleto também foram fundamentais para compreensão da realidade, principalmente aquelas que apresentam o mapa da localidade, a estrutura espacial do Esqueleto e o cotidiano dos

moradores. Distante da ideia de postular essas fotografias como representações ideais dos moradores, buscamos analisar o que cada tipo de representação queria dizer sobre o espaço e os moradores (AMOROSO, 2011). Desta forma pudemos observar as diferentes formas de se representar o Esqueleto e seus moradores, a depender da situação e dos interesses que a cercavam – o que indica uma disputa pelas representações desta localidade, protagonizada por seus moradores. Importante ressaltar que o maior número de fotografias do Esqueleto foram produzidas na última década de existência da localidade, a maior parte delas era parte do plano de mapeamento da região pelo governo da Guanabara, para a execução da desapropriação.

Por fim, mas não menos importante para esta investigação, foi o livro de contos *Os dias agonizantes da Favela do Esqueleto,* de Geraldo dos Anjos, publicado em 1969. Anjos era um jornalista policial, e durante muitos anos esteve à frente deste tipo de coluna no *Jornal do Commercio*. Com a desapropriação do Esqueleto, o jornalista decidiu expor suas memórias misturadas à ficção, sobre aquela localidade e seus moradores, dando uma ênfase especial nos moradores que eram envolvidos com atividade criminosa – tema central de seus contos policialescos. O livro nos ajudou a compreender as experiências dos moradores, a partir da perspectiva de um sujeito a parte da experiência de morar no Esqueleto, mas que estava frequentemente *in loco*, para realizar suas reportagens. Dessa forma, podemos notar um contraste em inúmeras passagens do livro, em que o autor estigmatiza de forma marginalizadora aquele território e seus habitantes, mas que em outro instante relembra que se tratava de um local de "gente humilde e trabalhadora", o que indica a ambiguidade na percepção do autor (ANJOS, 1969). Nossa intenção é investigar os limites entre fato e ficção na obra de Geraldo dos Anjos, encarando a mesma como um testemunho histórico, que nos fornecerá percepções e narrativas sobre aquela localidade e seus moradores. Esse exercício de

investigação da literatura foi proposto numa coletânea lançada em 1998, organizada por Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Sidney Chalhoub, em que os artigos buscam provocar os historiadores sociais a dessacralizar a literatura e a expor a um intenso interrogatório, em que iremos compreender em que processo histórico determinada obra está situada, e de que lugar social parte (PEREIRA, 1998).

Como resultado do caminho percorrido por este trabalho, temos uma dissertação dividida em três capítulos. No primeiro deles, intitulado "Do Turf Club ao Esqueleto", o objetivo é compreender como se deu a transformação do local que servia de hipódromo em um espaço de moradia de trabalhadores de baixa renda, que foram residir no esqueleto do edifício Hospital das Clínicas. A mudança na forma de representar essa localidade durante o tempo impactou diretamente na vida dos moradores, por isso, pretendemos analisar o reflexo dessas mudanças do espaço na experiência de quem ali habitava. O objeto de análise aqui será a ocupação residencial desta localidade de 1934 a 1945, e o problema a ser observado é o processo de construção e formação daquele núcleo de moradia. Para compreender este processo, analisamos os jornais *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Tribuna Popular* e *A Manhã,* em busca das vozes dos moradores na disputa pela consolidação daquele espaço – além de documentos oficiais da Prefeitura do Distrito Federal, como correspondências e relatórios, e o Censo de Favelas do Distrito Federal de 1948, também utilizados para a apreensão do processo de transformação de categoria urbana pelo qual aquela localidade passou.

No segundo capítulo, intitulado "O Esqueleto torna-se favela", tenta desnaturalizar a categorização desse espaço como uma favela através da análise dos primeiros discursos associando as moradias do Esqueleto à categoria de favela. Partindo tanto de documentos oficiais quanto de entrevistas de moradores aos jornal *Tribuna Popular* e *Correio da Manhã*, assim como o Código de Obras de 1937 e o

Censo de Favelas do Distrito Federal de 1948, pretende-se analisar o desenvolvimento desta categorização para a localidade de acordo tais testemunhos, de modo a demarcar tanto as representações e estigmas que foram associados a esta localidade e a luta de seus moradores para fugir deles. Foi durante o final da década de 1940 que as tensões entre moradores do Esqueleto e o Estado passaram a se tornar acirradas e, com isso, os órgãos de controle e coerção, como a polícia, o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênica e a Fundação Leão XIII, passaram a atuar no território com certa frequência. No entanto, veremos que os moradores construíram e participaram de redes de solidariedade que não passavam pela dinâmica do Estado, como a União dos Trabalhadores Favelados, que foi fundada num momento de ebulição do associativismo de favela (PESTANA, 2016)[30]. Neste ínterim, temos como problema aqui a disputa dos significados que cercam a categoria favela, o Esqueleto e seus residentes, atentando para a agência dos moradores na negociação desta categorização.

O terceiro e último capítulo, "Seja favelado, seja herói", analisará o aprofundamento da marginalização dos moradores da região nos discursos dos jornais comerciais da cidade entre finais de 1950 e 1960, tendo como exemplo o caso da caçada de Manoel Ferreira, conhecido nos jornais como Cara-de-Cavalo, um dos grandes inimigos do Estado no início da Ditadura Civil-Militar. Em contrapartida, mostraremos que mesmo com o aprofundamento destas representações, os moradores construíram laços de solidariedade, como congressos e associações que culminaram na criação da Associação dos Homens de Boa Vontade e da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), com finalidade de lutar pela permanência das moradias da localidade. Neste último capítulo, busquei ainda analisar as circunstâncias que levaram ao processo de desapropriação das moradias do Esqueleto. Sem deixar

de levar em consideração todas as disputas entre os moradores e o Estado da Guanabara, esta parte da pesquisa buscou compreender como se deu a disputa pela permanência através da atuação da FAFEG. Assim, demonstrando a luta pelo direito à cidade através das propostas feitas pelos moradores para a permanência das moradias, mesmo com a criação da Universidade do Estado da Guanabara, trazendo à tona uma disputa de narrativas que a suposta aceitação dos moradores em abandonar suas casas abafou. Este capítulo tem como objeto a repercussão do processo de desapropriação da localidade na imprensa carioca, desde os rumores até o fato em si, tendo como principal problema aqui a disputa de narrativa sobre a aceitação ou não dos moradores às ações do governo da Guanabara – que foi silenciada com a representação positiva desta medida.

Assim, cabe retomar a história desta localidade apagada dos mapas do Rio de Janeiro, partindo da perspectiva de seus moradores, que realmente construíram as dinâmicas e complexidades daquele local, bem como o mantiveram durante mais de trinta anos, até a desapropriação arbitrária em 1965. A durabilidade desta localidade, frente a todas as ameaças que sofreu desde sua categorização, evidencia a luta e organização dos movimentos sociais de favela do Rio de Janeiro – que existem desde o momento que as primeiras favelas surgiram nesta cidade e se mantém até os dias de hoje na luta pelo acesso à cidade, moradia, saúde, cultura, educação e memória.

Do Turf Club ao Esqueleto

Em uma coluna de novembro de 1940 do *Jornal do Brasil* chamada "Coisas da Cidade", que costumava apresentar os problemas e as situações inesperadas do Rio de Janeiro, a notícia de mais um terreno que havia se tornado um "foco de miasmas" parecia ser apenas uma repetição de reportagens sobre insalubridade nas regiões mais pobres da cidade que costumavam figurar naquele espaço. Entretanto, esse "foco de miasmas" não era como os outros que costumavam figurar na cidade, tratava-se de uma propriedade do Estado. Era o "terreno do antigo Turf Club, onde está o esqueleto de um edifício abandonado" e que "retém águas estagnadas ameaçando a vida da numerosa população da importante zona da rua São Francisco Xavier até Vila Isabel e Mangueira" – terreno este que pertencia "ao Ministério da Educação e Saúde, portanto, não poderiam estar em melhores mãos"[1], segundo a ironia do colunista. Podemos notar que essa região é caracterizada por ser uma "populosa zona" numa área considerada importante na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Dois anos antes dessa notícia circular, uma outra reportagem, no *Correio da Manhã*, havia alertado: "cuidado com as cobras!", que vinham surgindo no "terreno do ex-futuro Hospital das Clínicas", mesmo local do antigo hipódromo Turf Club. A coluna comenta que o projeto do hospital havia se iniciado durante o governo de Arthur Bernardes e que "o local havia se transformado em floresta onde se criam répteis e insetos de várias classes", e que eram frequentes o aparecimento de "cobras de tamanhos variados" na rua São Francisco

1 "Foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.

Xavier e que "foram mortas pelos transeuntes". Quando informado desses eventos, o guarda sanitário daquele distrito "nenhuma providência tomou", e era isso a que se devia a reclamação dos moradores ao *Correio da Manhã*. Essa reportagem também alerta que "esses animais só podem proliferar no referido terreno porque o responsável pela limpeza não cumpre suas obrigações" e completa dizendo que, "se o local estivesse capinado, não haveria possibilidade daquilo se transformar numa espécie de sucursal de Butantan"[2]. A responsabilidade com os cuidados sanitários daquela localidade se reservava ao 8º Distrito Sanitário da Prefeitura, que foram procurados antes do jornal, pelos moradores a fim de resolver a condição do terreno.

Em 1938, ano em que o alerta sobre as cobras foi impresso pelo *Correio da Manhã,* havia apenas um ano que o golpe do Estado Novo empreendido por Getúlio Vargas com apoio das elites urbanas (GOMES, 2010, p.35-70) tinha se concretizado, em meio a um cenário de instabilidade política e econômica nacional. Por conta disso, nos parece que a reportagem procurou não criticar o governo federal, buscando responsabilizar as autoridades municipais pela condição do terreno do antigo Turf Club, e "ex-futuro Hospital das Clínicas"[3]. Com a reportagem sobre o "foco de miasmas" do *Jornal do Brasil* em novembro de 1940, no entanto, se tornava público que a responsabilidade do terreno era de fato do governo federal, mais especificamente do Ministério da Educação e Saúde, responsável pela interrupção da obra hospitalar em 1931 – quando o ministério declarou que aquele momento não comportava "despesas de enorme volume que essas obras, que correm irregularmente, exigem durante largo tempo[4].

2 "Cuidado com as cobras", *Correio da Manhã,* 16 de janeiro de 1938.
3 Idem.
4 "Suspensas as obras do Hospital das Clínicas", *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1931.

Poucos meses depois da paralisação da obra hospitalar, um inquérito é instaurado para apurar irregularidades que a Procuradoria havia encontrado, como desvios da verba de construção do projeto pelos seus responsáveis, que causaram o atraso na conclusão do projeto. Segundo o jornal, o procurador Themístocles Cavalcanti, que cuidava do caso, revelou que se tratava de "mais um dos grossos escândalos do sr. Vianna do Castello", ministro da justiça do governo de Washington Luís. Além do ministro, o encarregado daquela construção, o engenheiro Porto D'Ave, responsável pelo projeto do prédio, e o Dr. Thompson Motta, que ocupava o cargo de diretor de Assistência Hospitalar, também estavam envolvidos nesse escândalo[5]. Foi a partir das irregularidades descobertas nessas investigações que as obras do Hospital das Clínicas foram suspensas de forma permanente, implicando na condição de insalubridade do terreno denunciada em 1940 pelo *Jornal do Brasil*[6]. Era por isso que a reportagem em questão lançava um alerta sobre essa "populosa zona" entre a "rua São Francisco Xavier até Vila Isabel e Mangueira": "uma epidemia ocorrendo nesses arrabaldes causará despesas incalculáveis ao governo"[7].

O emprego da palavra "arrabaldes" para tratar de um território distante dos subúrbios da cidade nos dá uma primeira pista sobre seu sentido social. Se em termos geográficos aquela região dificilmente poderia ser caracterizada como tal, em termos sociais o uso da expressão se refere a um espaço ocupado por moradias de trabalhadores de baixa renda – que, por não terem acesso à materiais de construção civil de qualidade, improvisavam com outros materiais, principalmente frutos da reciclagem de madeira, papelão, folha de

5 "Junta de Sanções", *Correio da Manhã,* 12 de junho de 1931.
6 "Foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.
7 Idem.

zinco, entre outros, para construir suas casas[8]. As fontes nos indicam que havia uma percepção, pelo menos entre as autoridades municipais e os jornais, de que se tratava de uma zona que se definia pela precariedade e insalubridade, marcas que compunham a categoria urbana que seria imposta àquele espaço.

No mesmo dia em que foi publicada a reportagem "Foco de Miasmas", o chefe do 8º Distrito Sanitário, Dr. Thibau Júnior, enviou uma carta para o diretor do Departamento de Higiene e Assistência Social que a encaminhou para o Secretário Geral de Saúde e Assistência, Dr. Jesuíno Albuquerque. Essa carta tratava da reportagem do Jornal do Brasil, que havia exposto as condições daquele terreno e responsabilizado as autoridades municipais por tal situação. Na carta, Thibau Júnior declara que:

> Além das péssimas condições apontadas, como estagnação de águas, mau cheiro, depósito de imundices, etc. convém salientar que, no meio de toda sordidez, aproveitando-se de parte da armadura de concreto abandonada e de construções improvisadas de madeira, construiu-se ali uma favela – onde habitam numerosas famílias, na maior miséria[9].

Neste trecho da carta, em que indica o que era encontrado no terreno, o chefe do 8º Distrito Sanitário nos deixa evidente, nas escolhas de suas palavras para se referir ao local, que de fato se tratava de uma região ocupada por trabalhadores negros e de baixa renda, que foram estigmatizados como aproveitadores por estarem

8 A bibliografia sobre a história das Favelas mostra que as palavras "arrabaldes", "aldeias" e "morros", assim como "favela", eram utilizadas para nomear as regiões mais negras e empobrecidas na cidade, que eram reconhecidas pela precariedade na construção dos imóveis. Cf. VALLADARES, 2004, p. 22-49; GONÇALVES, 2013, p. 45-50; MATTOS, 2015.
9 Carta: Thibau Júnior, chefe do 8º Distrito Sanitário. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Série Saúde e Assistência, caixa 191, carta de 5 de novembro de 1940.

ocupando aquele terreno de forma irregular. De acordo com Rafael Gonçalves, era muito comum que os moradores fossem culpabilizados e criminalizados pela sua forma de moradia, como podemos perceber na carta de Thibau Júnior, e isso diz respeito aos discursos e teorias produzidos sobre essas localidades naquele período. Tanto o Plano Urbanístico de Alfred Agache, de 1930, quanto o Código de Obras de 1937, primeiros estudos a mencionar e caracterizar as favelas como problemas na cidade, afirmam que esses locais são frutos das ações de aproveitadores, assim como mencionou Thibau Júnior em sua carta. No entanto, foi o Código de Obras de 1937 que nomeou oficialmente essas localidades, as transformando em um objeto jurídico ilegal (GONÇALVES, 2013, p.119). Para finalizar a carta, Thibau Júnior afirma que o terreno era "patrimônio federal do Ministério da Fazenda" e não do Ministério da Educação e Saúde, como informou o *Jornal do Brasil*[10]. No mais, o que parecia se tratar de um terreno baldio, foco de miasmas, supostamente abandonado pelo Ministério da Justiça e por seus responsáveis, se revela enquanto um terreno que era definido por Thibau Júnior como uma favela.

A partir da carta de Thibau Júnior, os agentes da prefeitura – incluindo o prefeito que recebeu esse documento, passaram a ter ciência do que acontecia com o terreno do antigo Turf Club. Embora aquela localidade tivesse diferenças objetivas com outras do mesmo gênero, Thibau Júnior conseguiu reconhecer aspectos gerais da categoria favela naquele espaço. Se baseou nos termos do Código de Obras de 1937 para analisar aquele espaço, em que o próprio afirma ter verificado pessoalmente. A partir dos artigos que mencionam os aspectos gerais de uma favela, no que tange a disposição das casas, os materiais utilizados, bem como a ausência de rede de esgoto e coleta

10 "Foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.

regular de lixo[11], Thibau classificou de antemão o espaço como uma favela. A classificação desse sujeito não foi contestada por seus superiores na Prefeitura do Distrito Federal.

Depois de alguns anos a categoria favela aparece relacionada àquele espaço. Em agosto de 1947, a vereadora Arcelina Mochel, do PCB, discursou na Câmara Municipal a pedido dos moradores da "Favela do Esqueleto", que estavam sendo vítimas de despejos com uso de força policial, por parte da Prefeitura[12]. Os moradores daquele espaço, que nomearam de "Favela do Esqueleto", buscam auxílio dessa vereadora a fim de se protegerem dos abusos da Prefeitura. Interessante perceber que os próprios moradores categorizam aquele espaço como favela, afinal, eles também tinham noção dos aspectos que eram característicos de localidades desse tipo. No mês seguinte, os residentes desse local, que novamente nomeiam seu bairro de "Favela do Esqueleto", buscaram o vereador Coelho Filho, também do PCB, para a leitura de um memorial na sessão da Câmara Municipal em que pediam melhoramentos para o local[13].

Novamente notamos os moradores utilizando a categoria que condenava o espaço de moradia deles, no entanto, sempre utilizam reivindicando melhorias para o local, ainda que obras para melhorias desses locais fossem proibidas pelo Código de Obras de 1937. Nesse mesmo mês, moradores desse local vão à redação do *Tribuna Popular* para convocar os moradores da "Favela do Esqueleto, Mangueira e São Francisco Xavier" para as comemorações do aniversário de um ano da Constituição[14]. Novamente se reconhecem enquanto moradores da Favela do Esqueleto, ao convocar seus pares para essa

11 Prefeitura do Distrito Federal, *Código de Obras de 1937*, quarta edição. apud GONÇALVES, 2013, p. 119.
12 "Protestos contra demolição nas favelas", *Tribuna Popular*, 21 de agosto de 1947.
13 "Na câmara municipal", *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1947.
14 "Comemorações da semana da Constituição", *Tribuna Popular,* 16 de setembro de 1947.

festividade. Pode-se verificar, assim, uma transformação da forma que os moradores daquele local reconheciam o espaço que habitavam a partir de 1947.

Em 21 de dezembro de 1947, o *Correio da Manhã*, em uma coluna intitulada "'Próprios Nacionais' nas favelas" anuncia que o Departamento de Assistência Social da Prefeitura realizava o um recenseamento das favelas, em que acabava de apresentar o relatório desse estudo, contendo fatos e estatísticas sobre esses locais. Entre as localidades recenseadas estava a chamada "Favela do Esqueleto", que assim ficou "conhecida por estar situada junto ao arcabouço da construção inacabada do edifício destinado à Faculdade Nacional de Medicina". Em seguida, a coluna trata de especificar a população daquele local, "constituída de operários de vários ofícios, domésticas, comerciantes, costureiras e até funcionários públicos, residem em 1.424 casebres, com 5.037 ocupantes, dos quais nada menos de 1.200 são crianças sem alfabeto, sem pão e sem roupa"[15]. A coluna nos indica uma transformação na forma de denominar aquela região em que estava o "ex-futuro Hospital das Clínicas", nesse momento se consolidava o nome de "Favela do Esqueleto" ou "Esqueleto".

Podemos notar que, depois de Thibau Júnior reconhecer aquele local como uma favela, os moradores também adotam tal categoria para se referir àquele espaço. Até o momento em que a reportagem do Censo de Favelas foi exposta, apenas os moradores através dos jornais, mencionaram aquele espaço e mobilizaram a categoria favela para referenciá-lo. A reportagem do *Correio da Manhã* dá maior notoriedade àquela localidade, que havia aparecido poucas vezes nos jornais e em impressos de menor circulação como o *Tribuna Popular.* Além disso, a reportagem do *Correio da Manhã* se ocupou de contar a história da formação daquele terreno, o que não havia sido feito

15 "Próprios nacionais nas favelas", *Correio da Manhã,* 21 de dezembro de 1947.

anteriormente. Nesse sentido, essa reportagem reforçou o reconhecimento daquele espaço enquanto uma favela, até porque estava investigando aquela localidade justo no momento em que o Censo de Favelas era realizado.

O colunista do *Correio da Manhã* comenta que as características encontradas no Esqueleto eram "a regra comum desses arraiais da miséria, que se penduram nos morros da capital do país". Ao contrário do que é mencionado, no entanto, o terreno em que ficava o Esqueleto era plano. Entretanto, o colunista define aquele local da mesma forma que as localidades que estavam localizadas em geografias diferentes, demonstrando uma visão homogênea sobre esses espaços. Nos termos utilizados por Maria Laís Silva, poderíamos compreender essa localidade como uma "favela de rua", ou seja, no mesmo nível em que estaria o "asfalto"[16], e não num morro ou encosta. Essa nova tipologia de favela seria uma novidade na cidade naquele período, que acabou sendo revelada e analisada pelo Censo de Favelas de 1948. E continua o colunista dizendo que "o que é digno de nota, entretanto, é que essa população, vivendo miseravelmente também tem senhorios poderosos. Um deles é…o próprio governo, representado pelo Ministério da Fazenda e – oh, ironia das coisas! Pelo Ministério da Educação e Saúde". Além de apontar a propriedade daquele terreno, a reportagem ainda revela que os Ministério da Fazenda e da Educação e Saúde eram os "senhorios" dos moradores do Esqueleto, e que faziam "os dois arrecadação, por alto preço, do aluguel de alguns barracões, assim elevados à categoria de 'próprios nacionais', registrados como fontes de renda". Dessa maneira, havia um vínculo estabelecido entre os moradores do Esqueleto e o Estado, o que demonstra a responsabilidade dos agentes públicos pelas habitações naquele terreno.

16 Segundo Silva, nesse período existiam poucas localidades com essa tipologia, sendo elas a Favela do Viaduto de Madureira, a Favela do Viaduto de Bangu e a Favela do Esqueleto. Cf.: SILVA, 2005.

O colunista também revela que, "como se não bastasse essa locação auferida pelo Estado a uma parcela de deserdados, por ali" andava "dizendo-se concessionário da distribuição de luz nas vielas e das 'residências' locais um sargento da Polícia Militar, que toma por isso, de cada moradia, Cr$40,00 e Cr$60,00 mensais"[17]. Torna evidente, com essa informação, que mais de um agente do Estado estava envolvido com a habitação e manutenção das moradias no Esqueleto. De acordo com o Código de Obras de 1937, era proibido qualquer tipo de melhoramento ou a construção de novos barracos nas favelas da cidade, sob risco de pena. Entretanto, notamos agentes do Estado infringindo a lei de forma bem nítida e pouco disfarçada, visto que todos moradores do local tinham conhecimento dessa situação. A Prefeitura também havia tomado ciência dos serviços ofertados de forma ilegal na localidade, mas não tomaram nenhuma providência em relação ao caso.

Podemos observar que o Esqueleto passou a ser categorizado como favela na década de 1940 e que teve num primeiro momento sua formação e crescimento associados aos trabalhadores que passaram a habitar aquele local, representados como aproveitadores pelos agentes da Prefeitura do Distrito Federal. Contudo, o resultado do Censo de Favelas da Prefeitura do Distrito Federal de 1948[18] e a repercussão na imprensa das informações obtidas nesse estudo tornou pública a real condição do Esqueleto, que ia muito além de propriedade do Estado. Comprovou-se que o terreno havia sido loteado e alugado para trabalhadores de baixa renda daquela região – pelo Ministério da Fazenda –, e que contava com a distribuição de luz concedida por um policial militar e um bombeiro. Essas informações já haviam sido publicadas

17 "Próprios nacionais nas favelas", *Correio da Manhã,* 21 de dezembro de 1947.

18 O Censo de Favelas do Distrito Federal foi desenvolvido pelo Departamento de Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal, sendo projetado desde o início da década de 1940 com supervisão e construção metodológica desenvolvidas pelo médico e diretor do Departamento de Assistência Social, Victor Tavares de Moura. (GONÇALVES, 2020)

pelo *Correio da Manhã*, antes mesmo da publicação oficial do censo, logo em que a notícia da execução desse estudo se espalhou e alarmou os moradores, que procuraram os jornais.

Contudo, a Prefeitura já tinha conhecimento da condição daquela localidade, principalmente por conta da carta de Thibau Júnior, enviada ao gabinete do prefeito em 1947. Brodwyn Fischer vai além e menciona que, tanto o governo federal quanto a prefeitura do Distrito Federal, comandada por Hildebrando Góis (1946-1947), tinham ciência da expansão do Esqueleto e "deram permissão tácita" para a ocupação do terreno. Inclusive, atuavam para a expansão de casas naquela região, como uma situação anterior que é analisada pela autora, em que o prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) mandou construir alguns barracos para "moradores de rua" no Esqueleto (FISCHER, 2008, p.238)[51]. Fischer evidencia a atuação do Estado para o surgimento e crescimento do Esqueleto, o que vai contra a todo o estigma que existia sobre a formação de localidades desse tipo na cidade, que atribuía o surgimento desses locais a partir da omissão do Estado ou ação apenas de invasores.

Entretanto, ainda que fale sobre a agência do Estado, Fischer não analisa a atuação dos moradores na construção social daquele local, se atendo mais à relação que o Estado desempenha para a expansão do Esqueleto. Além de Fischer, outros trabalhos mencionam o Esqueleto, mas se voltam para a análise dos momentos finais daquela localidade (PESTANA, 2013, p.100; MELLO, 2014). Dessa forma, podemos notar uma ausência de trabalhos que tenham buscado compreender o papel dos trabalhadores na construção social daquele espaço. Por isso, esse trabalho busca preencher a lacuna sobre a atuação dos moradores do Esqueleto na construção e manutenção do espaço, e sobretudo na luta por permanência e Direito à cidade. A primeira evidência importante da articulação deles para a proteção desse bem coletivo foi a articulação para dialogar com os jornais e com a Prefeitura do Distrito Federal sobre a condição daquele terreno.

Um dos moradores que conversa com o *Correio da Manhã* é Américo Conceição, "homem velho e de cor, de maneiras polidas e voz mansa", que era motorista do Ministério da Fazenda[19]. Esse morador conversa ao *Correio da Manhã*, numa reportagem que ocupou uma parte considerável da primeira página, e logo "desmentiu a notícia e contou o fato da seguinte maneira":

> Todo o terreno que compreende a favela do Esqueleto, administrado pelo Ministério da Educação, pertence ao Ministério da Fazenda, tendo este, há treze anos, resolvido beneficiar um grupo de doze dos seus servidores mais modestos, cedendo-lhes pequenas áreas para a construção de casas[20].

O morador conclui dizendo que "os barracões, entretanto, foram construídos pelos próprios funcionários a estes pertencem inteiramente e o Ministério apenas cobra uma pequena taxa mensal, de acordo com o valor da habitação – "não se trata de exploração", finalizou o homem. A partir desse depoimento, podemos notar que o terreno, pertencente ao Ministério da Fazenda e administrado pelo Ministério da Educação e da Saúde, pode até ter sido loteado pelo governo federal. Ainda assim, a construção das casas, das biroscas e da dinâmica social que tinha estabelecida no Esqueleto não era fruto da ação do Estado, e sim dos moradores. Buscamos acompanhar o trabalho de construção daquele espaço por seus habitantes, que se desenvolveu antes mesmo da categorização daquele local como favela. Assim, demonstraremos que durante o processo de categorização daquele local, os moradores já vinham se organizando para lutar por permanência e direito à cidade. Para isso, adotaremos a perspectiva da construção social da cidade, com ênfase ao papel dos trabalhadores nesse processo (RODMAN, 2003, p.204-223; OYÓN BAÑALES, 2002, p.11-58).

19 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.
20 Idem.

Alguns trabalhos que vêm se desenvolvendo na área de história social e urbana têm proposto acompanhar a experiência e perspectiva de trabalhadores que constroem o espaço e as dinâmicas de onde habitam. Buscando mostrar o protagonismo e agência desses moradores, trabalhos como de Claudia Rose, Mário Brum e Mariana Costa (BRUM, 2011; COSTA, 2006) priorizaram o acompanhamento da experiência dos habitantes na construção cotidiana de seus territórios, bem como suas redes de solidariedade, lazer e mesmo de serviços. Esses trabalhos nos inspiram na construção metodológica para acompanhar narrativas sobre a história do Esqueleto, assim, somos conduzidos pelas perspectivas dos moradores sobre a origem daquele espaço. Na busca de compreender o processo de formação e categorização da localidade que fica conhecida como Favela do Esqueleto, cabe investigar o início da formação daquela região e suas transformações. Só assim poderemos acompanhar o processo de transformação de um local considerado subúrbio em favela e a agência dos moradores nesse processo.

Um bairro de trabalhadores

A região ocupada pelo Turf Club era valorizada por diversos setores sociais, dessa maneira não se trata de um local desocupado, pelo contrário, o mercado imobiliário já produzia especulação naquela localidade. Pelo menos desde a primeira década do século XX, pode-se verificar que a região correspondente ao Maracanã e Vila Isabel são ocupadas. Segundo o *Almanak Laemmert*, as freguesias Nossa Senhora da Conceição de Lourdes e Nossa Senhora da Luz, região em que o hipódromo do Turf Club se localiza, foram fundadas pelo arcebispo da cidade no final do século XIX. Além disso, a Estrada de Ferro da Central do Brasil corta essa região da cidade desde esse período, incentivando, assim, a expansão desse local, como em boa parte das

localidades que atravessa[21]. Nesse período, o Turf Club estava sendo comprado pelo ainda Conde de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, importante organizador do Clube das Corridas – primeira sociedade turfista da cidade, iniciando as atividades em 1850. Esse grupo se transfere para o Prado Fluminense no Engenho Novo, e o Prado do Turf Club funciona até 1893, atendendo principalmente membros da classe trabalhadora.

Enquanto isso, o Derby Club, que estava num terreno que pertencia à Baronesa de Itamaraty, foi comprado pelo engenheiro Paulo de Frontin que montou ali o Prado do Itamaraty em 1884, um novo espaço de corrida destinado aos burgueses da cidade. O Prado Fluminense, localizado no Engenho Novo, abrigava as corridas do Jockey Club, para onde se destinou o antigo Clube das Corridas. Em 1893, o Turf Club fecharia devido à crises econômicas, desde então o terreno ficou ocioso, contudo, as ruas que cercavam o Prado Turf Club continuavam ocupadas. O Derby Club continuou funcionando normalmente até 1932, quando não suportou a pressão da concorrência com o Jockey Club, já instalado na Gávea, e diminui as suas atividades a partir da década de 1920[22]. Desde então, essa região era marcada pela presença de trabalhadores de baixa renda, que frequentavam o Prado Turf Club por ter valores mais acessíveis.

Dessa forma, a região que já se caracterizava a partir da presença de uma classe trabalhadora frequentadora do Turf Club, também contava com residentes desse mesmo nicho social. A vizinhança com a Mangueira também proporcionou influência sobre a formação dessa localidade que, além de próxima a Mangueira, também era muito próxima a Estrada de Ferro. A foto abaixo, que pertence ao acervo do Arquivo Geral da Cidade, foi encomendado pela Prefeitura do Rio

21 *Almanak Laemmert*, ano 1901.
22 "Dos antigos Jockey Club e Derby Club ao moderno Jockey Club Brasileiro", *A Noite* , 21 de julho de 1951.

de Janeiro em 1926, e feito por uma companhia inglesa de cartografia, com a intenção de conhecer aquela região. Podemos observar o terreno do hipódromo Turf Club vazio (acima à esquerda) mas preenchido em seu entorno (em frente à rua São Francisco Xavier), e o Derby Club (centro) em uso e as ruas adjacentes ocupadas. Nesse mesmo período, o governo federal estava estudando terrenos da capital para abrigarem o projeto do Hospital das Clínica e da Faculdade de Medicina, o terreno do Turf Club se tornou uma opção por estar numa "região topográfica central"[23].

Figura 1 - Mapa da região do Maracanã, 1926. Foto do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro com intervenção nossa. Acervo da Prefeitura do Distrito Federal Referência: BR+RJ. AGCRJ.PDF.DSG.AER.02.80

Como se pode ver neste registro, as ruas do entorno do Turf Club (3) e do Derby Club (2) eram bem povoadas em 1926. Também já notamos nesse período a grande extensão da rua São Francisco Xavier, que termina à direita do final do mapa, já na região da Tijuca. A área que circunda o Turf Club, que fica à frente da rua São Francisco Xavier, aparece bem povoada, com diversas construções e loteamentos, como podemos observar no mapa.

23 "Hospital Arthur Bernardes", *Gazeta de Notícias,* 19 de junho de 1926.

Encontramos nos anúncios que as ruas Turf Club, e o trecho mais próximo do hipódromo à rua São Francisco Xavier e à rua Derby Club têm preços de aluguéis na faixa de 200$ a 450$[24]. A venda de casas variava entre 16$000 a 30$000 e a venda de terrenos oscilava entre 10$000 a 16$000[25]. Nessas ruas, as ofertas de aluguel eram mais frequentes do que de vendas, o que nos indica que o poder de compra de imóveis nessa área era menor. Eram comuns anúncios como um "pitoresco porão", ou "pensão para solteiros", e "casas para famílias pequenas"[26] – ofertas que nitidamente eram dirigidas à classe trabalhadora, tanto aos solteiros quanto às famílias. Havia também anúncios de casas de maior valor na rua Derby Club, na altura do prado do Itamaraty, onde o "palacete" de Eduardo de Menezes Dias, "despachante do Ministério Público" residia[27]. A partir disso, podemos notar que quanto mais próximo ao Turf Club e à Estrada de Ferro, menos valorizados os imóveis eram e, além disso, eram de menor qualidade. Na região mais à frente da rua São Francisco Xavier, encontramos ofertas de casas mais valorizadas, como "palacetes"[28] e "prédios"[29] – o que nos indica que a região do Derby Club, no sentido oposto à estação de trem, era mais valorizada do que a região do Turf Club, que era mais próxima à estação.

Para melhor visualizarmos o tipo de morador que habitava a região do antigo Turf Club, que compreendia a rua Turf Club, Derby Club e São Francisco Xavier, basta analisar os anúncios de venda e aluguel, bem como o de demanda por mão de obra para essa região.

---

24 "Casa - Aluga-se", *Correio da Manhã*, 4 de abril de 1926. "Aluga-se casa", *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1923. "Aluga-se", *O Paiz,* 16 de maio de 1924.
25 "Terrenos quase de graça", *Correio da Manhã,* 7 de janeiro de 1927.
26 "Aluga-se um pitoresco porão", *Correio da Manhã,* 4 de janeiro de 1927. "Aluga-se", *Correio da Manhã,* 4 de janeiro de 1927.
27 "O grande escândalo da revista do Supremo Tribunal Federal", *Correio da Manhã*, 9 de janeiro de 1926.
28 "Vende-se Palacete", *Correio da Manhã,* 13 de novembro de 1926.
29 "Ações propostas ontem no foro local", *Correio da Manhã,* 20 de janeiro de 1926.

Tais notas aparecem, geralmente, na seção do subúrbio. Em um desses anúncios era ofertada uma "casa com 3 quartos, 2 salas, cozinha, copa e jardim" na rua São Francisco Xavier "próxima ao Turf Club"[30] – o que mostrava que, mesmo localizado numa região de subúrbio, o bairro do Turf Club ainda contava com casas valorizadas, como é o caso desta, sendo feita de alvenaria e com uma maior quantidade de cômodos. Ainda assim, na mesma região eram anunciadas residências como "duas casinhas de madeira de lei, medindo cada uma 3,20x1,60" na rua Derby Club[31], cujo tamanho e precariedade apontavam para uma realidade bem distante daquela. Por conta disso, podemos notar que se trata de um bairro heterogêneo, no qual grupos sociais mais elevados conviviam com trabalhadores de baixa renda.

As casas definidas como "barracos" apareciam à rua Derby Club, na altura do Turf Club, como é a casa de Honório Fernandes, operário de 22 anos que vivia numa residência desse tipo nessa região, quando foi vítima de um acidente na estação de trem da Mangueira[32]. Segundo Lícia Valladares, os barracos apareceram na cidade antes mesmo da virada do século XX, em consequência da especulação imobiliária que impossibilitou que as moradias dos trabalhadores mais pobres da cidade tivessem uma infraestrutura regular (VALLADARES, 2005, p.15-20)[33]. No entanto, ainda que fosse possível encontrar moradias desse tipo, a região do Turf Club não era caracterizada como uma favela até então. A existência de uma casa desse tipo

30 "Vende-se", *Jornal do Brasil,* 24 de abril de 1921.

31 "Vendem-se" in "Compra e Venda de prédios e terrenos". *Jornal do Brasil,* 29 de janeiro de 1920.

32 "Na assistência e nas ruas", *Gazeta de Notícias,* 7 de agosto de 1928.

33 A autora comenta sobre os materiais utilizados na construção das casas, mas também enfatiza que morar no Rio de Janeiro e em regiões com maior importância, como o Centro e partes da Zona Sul e Zona Norte não era tão barato, assim as encostas de morros e terrenos vendidos ou alugados por grileiros se torna a opção mais vantajosa. Devemos levar em consideração que o salário mínimo ainda não havia sido conquistado, e mesmo quando foi esse não garantia toda a subsistência do trabalhador e sua família.

na rua Derby Club nos indica que aquela região que era ocupada por casas de trabalhadores de baixa renda, se diferenciando de outras localidades daquela região[34]. Na "rua do Jockey Club", no caso a rua Derby Club, podiamos encontrar casas sendo alugadas entre 220$ e 350$, preço médio encontrado em casas do subúrbio, como uma casa na rua Cristóvão Penha, em Piedade, por 200$ ou uma outra casa na rua Cabuçu, no Méier, anunciada por 257$, na mesma seção do Correio da Manhã[35]. Essas ofertas mais baratas nos indicam uma mudança no perfil social dos moradores daquele local.

À medida que a cidade se desenvolvia, no entanto, a especulação imobiliária dessa região passou a se voltar para a classe trabalhadora, que seria beneficiada pela proximidade dos postos de trabalho e dos meios de transporte na região (ABREU, 2006, p.94-96; RODRIGUES, 2020, p.1-18). Nesse sentido, muitos trabalhadores passaram a procurar essa região justamente pela conexão com a cidade proporcionada pelo trem. Assim, percebemos nos anúncios e nas variações de estrutura e valores imobiliários, que a maioria das casas com mais cômodos e de alvenaria eram ofertadas na rua São Francisco Xavier, enquanto as casas mais humildes, e mesmo "pitorescas", eram ofertadas na rua Derby Club e Turf Club, mostrando que tais espaços se tornaram um local atrativo para a classe trabalhadora[36]. As ofertas de casas na região do Turf Club ficavam cada vez mais baratas. Como o anúncio que alerta: "terrenos quase de graça"[37] na rua São Francisco Xavier, já loteados aguardando os compradores, ou mesmo

34 "Vende-se casas", *Correio da Manhã,* 10 de março de 1926. "Aluga-se", *Correio da Manhã,* 4 de janeiro de 1927.

35 "Aluga-se", *Correio da Manhã,* 4 de janeiro de 1927.

36 Maria Laís Pereira da Silva afirma que até a década de 1930, as favelas mais populosas da cidade não estavam nos subúrbios, mas sim nas zonas central, sul e início da norte, correspondendo aos bairros da Tijuca e Engenho Novo, o que nos indica a demanda por casas nessa região do Turf Club. SILVA, Maria Laís Pereira. "Favelas Cariocas 1930-1964". 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

37 "Terrenos quase de graça", *Correio da Manhã,* 7 de janeiro de 1927.

os quartos em "pensões para solteiros" na rua Visconde de Itamaraty, na lateral do terreno do Derby Club[38]. Entretanto, as ofertas mais baratas como os "terrenos quase de graça"[39] passam a ser mais frequentes do que as ofertas de casas mais valorizadas.

Outro vestígio da presença de trabalhadores de baixa renda vivendo nessa região é o caso da mineira Maria Deodoro Xavier. Recém-chegada à cidade, consegue uma "casa de família" para trabalhar e morar na rua São Francisco Xavier. Numa saída para passear de automóvel com um rapaz, Maria sentiu uma estranheza quando eles se encaminharam para um local mais deserto e assim clamou por socorro, sendo atendida por policiais que estavam pela região[40]. Notamos que boa parte da mão de obra feminina de baixa renda dessa região estava em serviços domésticos, dos mais variados. Os homens geralmente se empregavam como operários no setor industrial e de serviços, como é o caso de Octavio Magani que era operário eletricista da Companhia Light, prestando serviços em Cascadura e Madureira[41]. Nesse sentido, podemos verificar a partir das evidências os sinais da heterogeneidade dos moradores desse bairro, que vai desde funcionários da Companhia Light, empregadas domésticas e operários do setor industrial[42].

Em relação à demanda por mão de obra, notamos que as casas de famílias de classe média dessa região demandavam frequentemente nos anúncios por mão de obra feminina em suas casas[43] para executar as tarefas domésticas, ou seja, executando o trabalho reprodutivo dessas famílias. Isso nos leva ao caso de Alice Motta, italiana de 32 anos que assumia

38 "Aluga-se", *Jornal do Brasil,* 31 de dezembro de 1926.
39 "Terrenos quase de graça", *Correio da Manhã,* 7 de janeiro de 1927.
40 "Teve sorte", *O Paiz*, 30 de outubro de 1920.
41 "Quando trabalhava no alto de uma torre", *Correio da Manhã,* 14 de janeiro de 1926.
42 Carvalho afirma que é importante reparar nas heterogeneidade entre os moradores de um mesmo espaço, a fim de fugir das generalizações sobre os que habitam determinado local. CARVALHO, Bruno. *Cidade Porosa. Dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
43 "Precisa-se", *Jornal do Brasil,* 18 de maio de 1920.

o nome de Maria Anna Dolores para oferecer seus serviços domésticos a essas famílias. Entretanto, Alice era uma ladra profissional que utilizava a estratégia de se camuflar de empregada doméstica para adentrar nas casas de famílias de classe média desses bairros, como a casa na rua São Francisco Xavier onde uma "família estrangeira" havia sido sua última vítima antes de ser presa[44]. Era comum até finais de 1930 encontrarmos anúncios como: "precisa-se de ama seca que seja carinhosa"[45] ou "precisa-se de empregada limpa"[46], podemos observar que o primeiro anúncio utiliza um termo que nos remete diretamente à escravidão.

A função de "ama seca", mencionada no anúncio, era realizada por mulheres negras que já não estavam mais em fase de lactação e por isso não podiam amamentar as crianças das sinhás, e assim desempenhavam outras funções do trabalho reprodutivo, como lavar, limpar e cozinhar. Além disso, podemos notar que pela utilização do termo, o anúncio estava se referindo a um certo tipo de mulher para aquela função, de preferência que fosse racializada e que lembrasse a "ama seca" dos tempos escravistas. De forma contrária, o segundo anúncio demanda por uma "empregada limpa", e podemos atrelar aqui esse discurso da limpeza como um mecanismo racista usado para escolher essa empregada, que racializa a mulher desejada para aquela função, mas nesse caso que fosse branca[47]. A partir da análise de Caetana Damasceno, podemos observar que, os dois anúncios de demanda de mão de obra feminina na rua Derby Club são atravessados pelo racismo

44 "Mais outra ladra", *Jornal do Brasil,* 18 de maio de 1920.
45 "Precisa-se", *Jornal do Brasil,* 30 de dezembro de 1926.
46 "Precisa-se", *Jornal do Brasil*, 31 de dezembro de 1926.
47 De acordo com a historiadora Caetana Damasceno, em sua pesquisa sobre os anúncios de jornais ofertando e demandando a mão de obra feminina, o discurso eugenista atravessa frequentemente os anúncios. Por isso, a autora nota dinâmicas racistas atravessando a composição do mundo do trabalho feminino, o qual as funções do trabalho feminino se diferenciam sobretudo pela raça das mulheres. DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência. Da "cor"* à *"boa aparência" no mundo do trabalho carioca (1930-1950).*Seropédica, RJ: Editora UFRRJ, 2011.

latente daquela sociedade no pós abolição, e como estava sendo a condição das mulheres negras no mundo do trabalho.

Outro aspecto daquela região, agora no quesito infraestrutura, pode ser verificado na região da rua São Francisco Xavier com a Derby Club desde o início da década de 1920. Em março deste ano, a prefeitura do Direito Federal recebeu uma carta dos moradores de Vila Isabel reclamando da condição de ruas desse bairro e pedindo melhoramentos dos arruamentos e construção de avenidas que ligassem a São Francisco Xavier com o Andaraí, o que "prestaria imenso serviço à população"[48]. Esses problemas seguiram e notamos a recorrência de notícias de atropelamento nessa mesma rua, como o que matou o menor Olavo, residente da Derby Club nº 12, enquanto brincava na São Francisco Xavier[49]. Esses acidentes eram recorrentes até boa parte da década de 1920, o que ocorreu com Olavo e também com o jornalista Antero Vasconcelos, ao ser atropelado nessa mesma rua em 1927 e também não ter resistido, e até então nenhuma providência havia sido tomada. A constância desses acidentes nos revela a péssima qualidade das ruas e da sinalização de trânsito naquela região.

Com a presença crescente de trabalhadores naquela região, podemos notar que eles passam a se organizar para demandar melhorias na infraestrutura daquele local. Como é a ocasião da ida dos moradores da rua São Francisco Xavier ao *Correio da Manhã,* para mais uma vez reclamar da falta de água na região, e pedindo que daquela vez o jornal chamasse a atenção da "diretoria de Águas e Obras Públicas para a completa falta de água que ali se faz sentir há vários dias"[50]. A reportagem torna evidente a recorrência de falta d'água nesta região. Além disso, os moradores também reclamavam "insistentemente" por intervenções na infraestrutura das ruas, como aponta o jornal *A*

48 "Melhoramentos em Vila Isabel", *O Paiz,* 31 de março de 1920.
49 "No necrotério policial", *Gazeta de Notícias*, 23 de setembro de 1921.
50 "Falta de d'água!", *Correio da Manhã,* 24 de janeiro de 1920.

Noite ao reportar mais uma vez as demandas dos moradores da rua São Francisco Xavier. Desta vez, pedindo a irrigação de um trecho da rua onde estava sendo realizada uma mudança do calçamento que resultou em "verdadeiras nuvens de poeira horrível e sufocante"[51]. A situação revela o menor cuidado dos serviços de obras públicas com os moradores desta localidade. Em 1925, depois de muitas demandas dos moradores à Prefeitura, finalmente o plano de alargamento da rua Derby Club à rua São Francisco Xavier foi projetado pela Secretaria de Obras[52]. Havia tempos que o alargamento dessas vias era demandado pelos moradores, mas somente naquele ano a prefeitura aprovou o projeto, contudo, não há nada que prove a execução de tal plano em sua totalidade ou mesmo em que momento teria sido executada essa obra. Somando-se a isso, eram frequentes os problemas de enchentes na região por conta do assoreamento do Rio Maracanã, que castigou durante muitas décadas os moradores daquela região[53].

As reclamações cotidianas do que era enfrentado pelos moradores do local nos remontam a realidade de um bairro, que abrigava originalmente casas de condições melhores. Contando, por isso, com certa infraestrutura urbana. No entanto, passava a ganhar um perfil nitidamente operário, por conta dos atrativos que possuía, dentre eles, o principal: a estação de trem. Dessa forma, não concentrando apenas trabalhadores de baixa ou média renda, mas ambos, de acordo com a disposição das áreas de mais ou menos valor da região. Assim, encontramos mais famílias de operários nas proximidades do Turf Club em residências mais humildes – mais próximas à linha do trem, Morro da Mangueira e do terreno do hipódromo abandonado[54]. Ao utilizarmos

51 "É preciso irrigar a rua São Francisco Xavier", *A Noite*, 25 de fevereiro de 1924.
52 "Alargamento rua Derby Club", *Gazeta de Notícias,* 28 de setembro de 1925.
53 "A Prefeitura não vê", *A Noite,* 20 de julho de 1920; "A cidade acordou debaixo d'água", *A Noite,* 29 de janeiro de 1927. Apenas na década de 2010 que a prefeitura da cidade criou um sistema de drenagem para esse inconveniente, situado na Praça da Bandeira.
54 "A rua Derby Club esquecida dos poderes municipais", *A Noite,* 4 de janeiro de 1928.

uma escala reduzida de análise neste trabalho, podemos encarar a heterogeneidade dos moradores e das habitações daquela região de forma mais integral, e as transformações do perfil social desses moradores.

Da ocupação do Turf Club ao loteamento do Esqueleto

À medida que a região passava a ser ocupada por trabalhadores de baixa renda, começavam a se avolumar as queixas sobre o esquecimento dessa região pelos "poderes municipais" – como sugeria em janeiro de 1928 um nota publicada no jornal *A Noite*:

> A rua Derby Club, inteiramente construída e bem habitada, contando já com algumas casas de gosto e de preço, com um movimento desusado aos domingos, quando se realizam as corridas de cavalos no prado que lhe dá o nome, vive esquecida da Prefeitura.[55]

Podemos verificar aqui dois pontos importantes trazidos por essa nota: o primeiro é a evidência de que a região era "bem habitada" e mesmo assim estava esquecida. O que nos indica que, para o redator, não seria um problema se fosse um bairro sem "casas de gosto de preço". O segundo ponto é a ideia de abandono já sendo utilizada para se referir a região a partir da redução das atividades do hipódromo, explícito na reportagem pelo emprego da palavra "desusado" para se referir aos dias de domingo, que antes do fechamento do Derby Club era o dia mais movimentado da região. Por conta das condições das ruas que cercavam o espaço do Turf Club, como a Derby Club, Turf Club e São Francisco Xavier, é comum encontrarmos nas buscas em jornais, notícias de atropelamentos, como o de duas crianças que são "atingidas por um automóvel" enquanto brincam. Acidentes de ônibus também eram recorrentes, como um que se chocou com um bonde da linha

55 Idem.

Engenho Novo, e mesmo os incidentes de bondes, como o que deixou uma empregada doméstica ferida, isso se devia a estrutura precária das ruas dali[56]. Tão comum quanto os relatos desses acidentes são as reclamações feitas pelos moradores sobre a causa deles: a péssima condição das ruas dessa região[57].

Queixas como essas não eram infundadas. Desde o final da década de 1920, com a redução das atividades do maior atrativo comercial, como era o Derby Club, os moradores passaram a ser cada vez menos atendidos pelos órgãos municipais e ganhar menos espaço de fala nos jornais. Isso se revela pela ausência de resolução dos problemas que eles vinham apontando, que fica nítida por conta da permanência dos acidentes de trânsito e das queixas dos habitantes. Como o Derby Club atraía membros da burguesia carioca para o local, algum nível de segurança e conforto aquela região deveria proporcionar ao associado, pelo menos nos dias de corrida, mas com a queda nas atividades e a redução de corridas, esse espaço entrou em desuso, se tornando menos importante aos olhos das autoridades municipais.

Foi nesse contexto que o governo federal, que percebia essa região como um vazio, decide cumprir o decreto 15.785 de 8 de novembro de 1922[58], que previa a construção de Hospital das Clínicas nas capitais. O governo comprou em 1926, por intermédio do ministro da justiça Vianna do Castello, o terreno do Turf Club. O objetivo era construir ali o Hospital das Clínicas, até então com nome de Hospital Arthur Bernardes, e a Faculdade de Medicina,

56 "Na Assistência", *O Paiz,* 12 de fevereiro de 1921; "Do bonde ao solo", *O Paiz*, 3 de maio de 1921; "O desastre da rua São Francisco Xavier", *Correio da Manhã,* 15 de outubro de 1926. "Duas crianças vítimas de automóveis", *Diário de Notícias,* 7 de agosto de 1922.

57 "Mais um na Maracanã" in "Casos de Polícia", *O Paiz,* 28 de janeiro de 1927"Um ônibus na Maracanã colheu um operário", *A Noite,* 11 de novembro de 1927; "Na assistência e nas ruas", *Gazeta de Notícias, 7 de agosto de 1928.*

58 "A construção do Hospital das Clínicas", *Gazeta de Notícias,* 16 de junho de 1926.

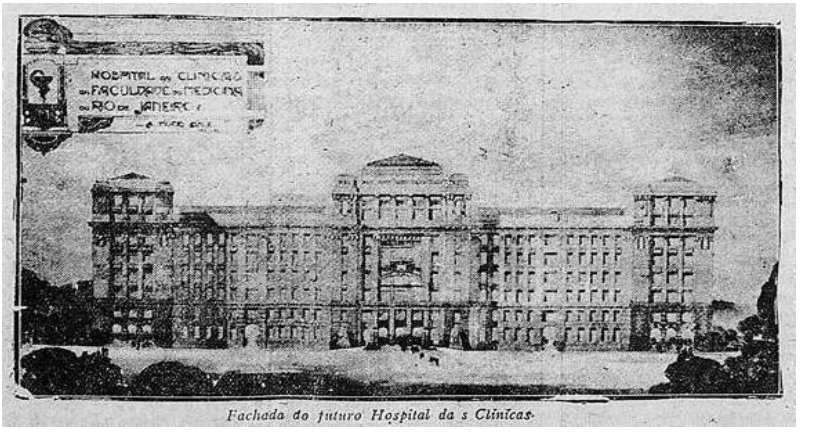
na formação de um "grandioso complexo hospitalar"[59]. O projeto hospitalar passa a ser desenhado para aquele terreno sem um diálogo com os moradores e comerciantes da região. A *Gazeta de Notícia* ao publicar o "lançamento da pedra fundamental do grandioso edifício" e a compra do terreno para sediá-lo menciona que seria uma obra "modernizadora para a região" – na sugestão de que se tratava de espaço atrasado e vazio[60]. Segundo as autoridades envolvidas na construção da obra, ela deveria durar no máximo oito meses, afinal tinham um caráter emergencial e pretendiam marcar os bons feitos do presidente, que estava em final de mandato[61].

Assim, em 1926 o terreno localizado na "estação da Mangueira", que correspondia ao terreno do Turf Club, foi "adquirido pelo governo" para dar vida ao projeto hospitalar, segundo o boletim "Terminologia Hospitalar" da Revista Brasil Social[62]. Parte da pressão da classe médica o coloca em paridade com hospitais internacionais, como o de Berlim e o de Nova York, segundo a comparação que a revista acadêmica fez, o Hospital das Clínicas tinha uma extensão de 144.000 metros quadrados e seria maior do que qualquer outro hospital da América Latina e também do que o New York New Medical Center, Nova York, e o Hospital Virchow em Berlim[63]. Para um projeto tão grandioso e no "centro topográfico do Rio de Janeiro", como menciona o artigo da revista[64], o Estado tinha outros planos para a região que não envolviam construção de habitações, muito menos populares. A pressa para construção do Hospital das Clínicas, estava relacionada com as epidemias que haviam se deflagrado nas duas décadas anteriores[65], e que ainda vitimizava

59 "Hospital Arthur Bernardes", *Gazeta de Notícias,* 19 de junho de 1926.
60 "Hospital Arthur Bernardes", *Gazeta de Notícias,* 20 de junho de 1926.
61 Idem.
62 "Terminologia Hospitalar", *Revista Brasil Social, abril de 1928.*
63 Idem.
64 Idem.
65 "A construção do Hospital das Clínicas", *Gazeta de Notícias,* 16 de junho de 1926.

diversas pessoas. Vale ressaltar que a maioria da população não tinha acesso à assistência hospitalar pública. Dessa maneira, diversos médicos consagrados, como Miguel Couto e Afrânio Peixoto já vinham debatendo e cobrando do "governo federal a ampliação da assistência médica" desde o início da década de 1920, formando inclusive uma comissão que presidiu a Faculdade de Medicina[66].

Em 1928, o desenho do projeto hospitalar foi exposto, tanto para os ministérios envolvidos, quanto para o presidente Arthur Bernardes. Segundo a análise do projeto do Hospital das Clínicas, feito por José de Mendonça, na revista de medicina Brazil-Medico, em agosto de 1928, a "frente voltar-se-á para a rua São Francisco Xavier"[67] e o edifício seria em "monobloco", como afirmou a revista Brasil Social[68]. Assim como podemos reparar na imagem abaixo do projeto, veiculado na Gazeta de Notícias.



Fachada do futuro Hospital das Clínicas

Figura 2 - Fachada do Hospital das Clínicas divulgada pelo Conselho de Assistência Hospitalar. *Gazeta de Notícias,* 3 de fevereiro de 1929.

66 "Notas e Informações", *O Brazil-Medico : Revista Semanal de Medicina e Cirurgia,* 25 de dezembro de 1920.
67 MENDONÇA, José de. "Hospital das Clínicas", *Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia,* 11 de agosto de 1928.
68 "Terminologia Hospitalar", *Revista Brasil Social,* abril de 1928.

Como podemos observar na imagem, o projeto de fato era grandioso. Tratava-se de um prédio em um grande bloco único, com blocos transversais compondo e criando uma estrutura aberta no centro do complexo hospitalar para circulação[69]. O projeto foi aguardado e almejado, durante muito tempo, por médicos e estudantes de medicina da capital, que segundo Miguel Couto, sofria de uma defasagem do "ensino médico"[70]. Em nenhum momento, durante as discussões sobre a construção do hospital, notamos a participação dos moradores da região no planejamento daquela obra. Tampouco verificamos a preocupação do governo federal com aqueles que habitavam a região que iria ser sede do hospital e da faculdade. No pronunciamento que Arthur Bernardes fez em 1929, quando a fachada do hospital foi divulgada, em momento algum menciona os moradores do local ou dá explicações sobre os possíveis impactos das obras na região[71]. O presidente menciona que a obra era "de interesse nacional e urgente", uma vez que ofereceria o "ensino médico" e forneceria ao público um "conjunto de clínicas especializadas" em diversas áreas médicas. Demonstra assim, que para o poder público, era apenas uma instalação da modernidade em um espaço antes dominado pelo suposto vazio. O presidente também se preocupa em enfatizar que essa "obra seria feita em etapas", uma vez que se tratava de um projeto custoso aos cofres públicos[72].

> Porto D'Ave, o engenheiro do projeto hospitalar, e Paulo de Frontin, presidente do Derby Club, planejavam construir na área que era ocupada pelo Turf Club não apenas o novo hospital, mas também "uma praça de acordo com a sumptuosidade do edifício projetado",

69 "Está aprovado o projeto do Hospital das Clínicas", *Gazeta de Notícias,* 3 de fevereiro de 1929.
70 Idem.
71 Idem.
72 Idem.

como mostravam os croquis apresentados à prefeitura[73]. O interessante nessa reportagem sobre o projeto hospitalar é a seguinte análise do jornalista: "claro está que, nesta permuta, cada um defende como pode os interesses que representam, o senador Paulo Frontin, os do Derby Club e o sr. Porto D'Ave os do Hospital"[111,74]. Como fica evidente, os interesses dos moradores da região não estavam sendo levados em conta na construção daquele projeto, ainda que ele fosse interessante para os trabalhadores da cidade. No entanto, o problema em questão é o planejamento desse projeto, em que o governo parte da ideia de vazio naquela região, mesmo ela sendo densamente povoada. Nesse meio, surge a sugestão da construção da praça naquela região, que também é pensada sem a consulta aos moradores. Demonstra, mais uma vez, a forma como o Estado se relaciona com os cidadãos, principalmente aqueles trabalhadores de baixa renda (FISCHER, 2008, p.50-60), que passam despercebidos pelo governo.

Em pouco tempo, no entanto, aquele ambicioso projeto começaria a ser deixado de lado pelo governo. Ainda em 1929 o ministro da justiça Vianna do Castello passou a ser acusado pelo *Correio da Manhã* de estar "privando dos necessários recursos o programa de construção do Hospital das Clínicas", utilizando para outros fins os fundos destinados àquela obra a outros hospitais públicos, como a Cruz Vermelha Brasileira e mesmo privados[75]. Mesmo com esses rumores que pairavam sobre o ministro da justiça, e mais as críticas que vinham sendo tecidas até o início das obras em 1929, por conta da demora em executar o

73 "O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina", *Correio da Manhã*, 21 de abril de 1929.
74 Idem.
75 "Assistência Hospitalar", *Correio da Manhã*, 27 de abril de 1929. [86] "Hospital das Clínicas", *Correio da Manhã,* 26 de abril de 1929. [87] "Hospital das Clínicas", *Correio da Manhã,* 9 de junho de 1929.

projeto[114,76], em junho daquele ano Vianna do Castello visitou o terreno do Turf Club e disse estar "surpreso com o andamento das obras"[115,77]. No entanto, o trabalho de construção daquela obra já levava pelo menos um ano, revelando a lentidão na execução desse projeto. O jornalista, Antonio Velloso, chegou a escrever algumas vezes neste sentido, sempre tensionando e pressionando os membros do Estado a acelerarem a construção do projeto hospitalar por conta da "demora que os estudantes de medicina suportam" com o atraso da construção, sem mencionar os pacientes a serem atendidos ou moradores vizinhos ao hospital[78].

Houve ainda críticas em relação à escolha da localidade para sediar o Hospital e a Faculdade de Medicina. Antonio Leão Velloso era um dos que criticava a opção por aquela região, por considerar que os estudantes de medicina que poderiam se beneficiar do hospital estavam no "outro extremo da cidade" – uma vez que o curso de medicina já estava instalado na Praia Vermelha, na Zona Sul. Para o colunista, o hospital deveria ser construído na Zona Sul, para facilitar o acesso dos profissionais e estudantes que atuassem ali[79]. A ausência da defesa dos interesses populares em todas as reportagens que tratam da construção do Hospital evidenciava que o foco de setores da imprensa não estava nas necessidades e interesses do público que o hospital atenderia, mas sim nas demandas da classe médica. Tal projeto também nos revela que o Estado percebia aquele local enquanto um vazio, que precisava ser ocupado por algum projeto "modernizador"[80] e ser requalificado no espaço da cidade, como mencionam os jornais.

76 "Hospital das Clínicas", *Correio da Manhã,* 26 de abril de 1929.
77 "Hospital das Clínicas", *Correio da Manhã,* 9 de junho de 1929.
78 VELLOSO, Antonio Leão. "Dever dos governos", *Correio da Manhã,* 16 de julho de 1930.
79 VELLOSO, Antonio Leão. "Caminhando para traz", *Correio da Manhã,* 21 de agosto de 1929.
80 "Hospital Arthur Bernardes", *Gazeta de Notícias*, 19 de junho de 1926.

Com a justificativa de que as obras eram de grande porte, elas se tornaram vagadoras. Antonio Leão Velloso, em um dado momento, menciona que tal obra era para "os brasileiros de amanhã", e que só seria concluída em "largo tempo"[81]. Na mesma direção, o presidente Arthur Bernardes, logo quando o projeto havia sido oficialmente aprovado, disse que, em vista do "volume de investimento" para a construção do projeto, ele levaria mais tempo para ser finalizado. Reiterando que as obras iriam demorar a ser concluídas por conta da proporção do prédio[82]. Enquanto as discussões sobre o projeto hospitalar iam se desenrolando entre o governo e os donos do terreno do Derby Club, os moradores da região permaneciam com problemas estruturais nas ruas que iriam compor o complexo hospitalar com a faculdade de medicina.

Com o golpe de 1930 e a promessa do "Estado de Compromisso" (FAUSTO, 1987), que garantiria providências para evitar a suposta procrastinação dos governos anteriores em relação às obras públicas, o problema com a obra também não seria resolvido. Logo que se consolidou o governo provisório, Getúlio Vargas nomeou Adolfo Bergamini como interventor do Distrito Federal. Porém, o governo de Bergamini duraria apenas um ano. Logo depois eleições indiretas para prefeitura do Distrito Federal foram convocadas, e o médico Pedro Ernesto foi eleito para o cargo. Como era esperado, o governo provisório se posicionou em relação ao abandono das obras do Hospital das Clínicas e instaurou uma "sindicância para apurar o que ordenou a paralisação na construção do hospital"[83]. Neste contexto, o médico Pedro

81 VELLOSO, Antonio Leão. "Dever dos governos", *Correio da Manhã,* 16 de julho de 1930.
82 "Está aprovado o projeto do Hospital das Clínicas", *Gazeta de Notícias,* 3 de fevereiro de 1929.
83 "No ministério da instrução" in "Movimento Revolucionário", *Correio da Manhã*, 26 de novembro de 1930.

Ernesto era diretor de Assistência Hospitalar e integrante da comissão de sindicância, além de integrante do dito "movimento revolucionário" de Vargas, assumiu a responsabilidade de auxiliar nas investigações sobre a obra hospitalar.

Apenas no ano seguinte, em 1931, seria finalizado o inquérito aberto em 1930 sobre as investigações da obra hospitalar. Segundo o *Correio da Manhã*, com o atraso nos trabalhos da Junta de Sanções, somente naquele momento os processos referentes a essa investigação chegariam à Procuradoria com o resultado da sindicância aberta em novembro de 1930. De acordo com relatos do procurador Themístocles Cavalcanti, o "engenheiro responsável pela obra Pedro D'Ave e o então diretor de assistência hospitalar Dr, Thompson Motta, e também Viana do Castello"[84], ministro da justiça do governo de Washington Luiz, que eram os responsáveis pela execução da obra, estavam envolvidos num enorme escândalo de desvio de verba pública. Segundo o procurador, se tornava explícita a "natureza corrupta do projeto", cujas "condições em que foi feito aquele empreendimento público foram as mais irregulares possíveis"[85]. O procurador ainda afirma que, "orçada em milhares de contos, sem concorrência, sem registro de contrato do Tribunal de Contas"[86], a investigação indicava a falta de transparência do governo na execução dessa obra. A situação se tornaria um problema não somente para a administração pública, mas para todos que aguardavam esse serviço tão escasso na cidade.

84 Augusto Viana do Castelo nasceu em Curvelo (MG) em 1874, foi deputado em Minas Gerais até 1924, até ser nomeado secretário da Agricultura de seu estado. Pouco depois, porém, em novembro, deixou o cargo de secretário para ocupar o de ministro da Justiça do governo de Washington Luís (1926-1930). Com a deposição de Washington Luís pelo Golpe de 1930, foi também destituído. Fugindo das perseguições políticas exilou-se Europa.

85 "Quem tudo quer", *Correio da Manhã,* 27 de setembro de 1931.

86 "Quem tudo quer", *Correio da Manhã,* 27 de setembro de 1931.

Por essas e outras, um colunista do *Correio da Manhã* apelidou a obra de "elefante branco"[87]. Segundo a coluna, Vianna do Castello havia feito com o Hospital das Clínicas "o mesmo que fizera no caso das despesas com a campanha da Febre Amarela, outro escândalo da República Velha, que a nova ainda não resolveu apurar". Interessante observar a escolha do colunista pelo termo "república velha", que teve por finalidade afirmar a diferença entre o "novo" governo – que terminaria as obras – e o "velho", que as deixava inacabadas[88]. Além disso, a reportagem traz à tona um "esquema de desvio do dinheiro da obra" no Banco do Brasil, por parte do ministro da justiça, "para seu gabinete"[89]. Por fim, ficou evidente que não houveram punidos nesse esquema, que de fato acarretou na paralisação oficial das obras em 1931.

A partir deste decreto oficial do governo provisório, notamos que a região ficou em completo abandono. Com a obra ainda paralisada, os materiais restantes não utilizados teriam sido remanejados e "entregues a vários estabelecimentos de assistência hospitalar e ao Departamento de Saúde Pública, pelo seu respectivo diretor"[90]. O cancelamento das obras se tornou ponto de discussão e crítica ao governo por parte de jornalistas como João Marinho[91], inclusive por antigos integrantes da administração pública, como é o caso de Adolfo Bergamini, primeiro interventor do Distrito Federal. Bergamini faz, no fim do ano de 1932, um texto para o

87 "O Elefante Branco", *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1931.
88 Idem.
89 "Suspensas as obras do Hospital das Clinicas", *Correio da Manhã*, 16 de janeiro, 1931. "Providência errada", *Correio da Manhã*, 5 de fevereiro de 1932. Vale ressaltar que as críticas mais acentuadas ao governo provisório apareciam com maior frequência no *Correio da Manhã*, jornal que ainda que tivesse apoiado em primeiros instantes do golpe Varguista, logo se coloca como crítico ao governo.
90 "O seu a seu dono", *Correio da Manhã,* 11 de fevereiro de 1932.
91 MARINHO, João, "Ocasião perdida pelo prof. João Marinho", *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1931.

Diário Carioca criticando o abandono da "ossatura do Hospital das Clínicas" e a posição da administração pública em abandonar algo que já havia começado a ser construído, e cita como exemplo, inclusive, "duzentas e tantas casas não acabadas da Vila Proletária de Marechal Hermes"[92]. Essas críticas surgiram como reflexo da falta de cumprimento de promessas feitas por Getúlio Vargas em 1930, eram mais comuns de serem encontradas no *Correio da Manhã* – que se tornou um impresso em oposição ao governo. Assim como alguns de seus aliados iniciais, como foi o caso de Adolfo Bergamini.

Em 1934, uma manchete, de página inteira, intitulada "Brilhante defesa da administração do sr. Pedro Ernesto"[93], se referia a discussões na Câmara sobre esses comentários de Adolfo Bergamini em crítica ao então interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto. As críticas tecidas por Bergamini à Pedro Ernesto não eram pontuais, mas sim frequentes, a ponto do deputado Augusto Corsino ter respondido às críticas do deputado Bergamini em relação às políticas públicas para assistência municipal em saúde e educação. O deputado Augusto Corsino, como mesmo diz a manchete, defendeu "ferozmente"[94] o aliado político Pedro Ernesto, citando as obras executadas, em execução e os projetos que estão para ser executados pelo prefeito, e isso inclui o hospital das clínicas. Contudo, o Augusto Corsino lembra de algo crucial, o projeto do hospital das clínicas e da faculdade de medicina não pertencia à administração da prefeitura do Distrito Federal, e sim ao governo federal, dessa forma a prefeitura nada poderia fazer com relação àquele empreendimento.

92 Adolfo Bergamini."Boletim do dia", *Diário Carioca*, 27 de dezembro de 1932.
93 "Brilhante defesa da administração do sr. Pedro Ernesto", *Correio da Manhã,* 29 de agosto de 1934.
94 Idem.

Essa discussão acabou escancarando o abandono da obra por parte do novo governo federal, que deixou aquele espaço numa condição pendente. Além do que, esse debate na Câmara nos indica que a não execução da obra Hospital das Clínicas e o abandono do terreno foram um ponto de tensão no debate público. As críticas nos jornais em relação a todas as ilicitudes na obra e sobre a estrutura abandonada se tornavam cada vez mais frequentes. A ponto de a obra inacabada ter ganhando o apelido de "elefante branco"[95], por conta da imensa estrutura de concreto armado e abandonado numa importante região da cidade. Mais uma vez o terreno do Turf Club estava experimentando o abandono, agora pelas autoridades públicas que além de embargar as obras, não projetaram nenhuma solução para o local. Apenas em 1934 o governo surge com uma solução – não-oficial – para o terreno, em função de um acordo com os "doze funcionários mais modestos"[96] do Ministério da Fazenda.

De acordo com os depoimentos de moradores daquele local, o terreno em que estava situado o "esqueleto" do Hospital das Clínicas, havia sido loteado pelo Ministério da Fazenda e alugado para os "doze funcionários mais modestos desse ministério". Para esses trabalhadores do Ministério da Fazenda, foi crucial que o terreno tivesse entrado em estado de abandono. Essa condição garantiu a possibilidade de negociação entre eles e o Ministério. Contudo, essa solução dada em 1934 para aquele terreno não havia se tornado pública para a sociedade. Apenas em 1947, com as notícias sobre a realização do Censo de Favelas da Prefeitura do Distrito Federal – que foi publicado em 1948[97], que se tornou pública a natureza da formação daquele terreno. Entretanto, o fato de que a

95 "O Elefante Branco", *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1931.
96 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 1947.
97 Prefeitura do Distrito Federal, Censo das Favelas Aspectos Gerais 1948, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

habitação naquele local fosse desconhecida para a sociedade civil, não implica no conhecimento por parte das autoridades públicas sobre as habitações naquele espaço. Em 1938, o *Correio da Manhã* publicou mais uma reclamação dos moradores da região do Turf Club sobre "o que se verificou nos terrenos do ex-futuro Hospital das Clínicas". A queixa não era sobre a construção do hospital, mas sobre seu abandono: "iniciado este durante o governo Bernardes, abandonaram-no a seguir"[137,98], jogando a responsabilidade da estagnação da obra sobre o governo Vargas. Continua afirmando que "o local acha-se transformado em floresta onde se criam répteis e insetos de várias classes. Há tempos pelo lado do prédio incendiado da rua São Francisco Xavier passaram algumas cobras de tamanhos variados"[99]. Uma dessas cobras invadiu a casa de uma senhora, nessa mesma rua, "pelo seu quintal tendo mais de 1,50 metro", "ao alarme dado por um cachorro, a dona dessa casa acudiu" e "salvou-a de ser picada"[100].

Segundo o *Correio da Manhã*, "esses animais só podem proliferar no referido terreno porque o responsável pela sua limpeza não cumpre com suas obrigações", "se o local estivesse capinado, não haveria possibilidade daquilo se transformar numa espécie de sucursal de Butantan"[101]. De fato, animais desse tipo e com esse porte não se reproduziriam em regiões que fossem mais bem atendidas pelo Distrito Sanitário – órgão do município encarregado das diligências sanitárias e higiênicas. De acordo com os moradores do local, estavam "cansados de apelar para as autoridades públicas sanitárias distritais", e que "o guarda sanitário do distrito teve informação disso, mas nenhuma providência tomou".

98 "Cuidado com as cobras", *Correio da Manhã,* 16 de janeiro de 1938.
99 Idem.
100 Idem.
101 Idem.

É importante percebermos os moradores se articulando para demandar das autoridades públicas seus direitos de habitar em um local salubre e receber os serviços que o Estado ofertava. Essa solidariedade se revela tanto para "acudir a vizinha" com a invasão da cobra, quanto para levar o ocorrido aos jornais e ao 8º Distrito Sanitário. Mais que isso, "os moradores do lugar vão dirigir um memorial ao presidente da República"[102]. Demonstrando, assim, que os moradores, ainda que excluídos de um pleno acesso aos serviços municipais e federais (FISCHER, 2008, p.50), sabiam reconhecer as formas de demandar de seus direitos, fossem por memoriais ou reclamações nos jornais.

Em novembro de 1940, o *Jornal do Brasil* publicou na coluna "Coisas da Cidade" uma nota afirmando que:

> O terreno do antigo Turf Club, onde está o esqueleto de um edifício em abandono, retém águas estagnadas ameaçando a vida da numerosa população da importante zona da rua São Francisco Xavier até Vila Isabel, e Mangueira. As autoridades municipais o ignoram seguramente e as autoridades sanitárias igualmente. Os terrenos pertencem ao Ministério da Educação e Saúde, portanto não poderiam estar em melhores mãos. Os projetos de melhoramento dessa zona já foram objeto de estudo de várias comissões e aguardam ordem de início, há vários anos. Ignorando-se a razão de tão perigosa demora. Uma lagoa esverdeada, águas estagnadas e apodrecidas, ali está desafiando os meios do serviço de profilaxia anti-palustre e anti-amarílica[103].

O colunista provavelmente se refere aqui a promessas feitas pela Prefeitura do Distrito Federal, diante das reclamações feitas por moradores sobre as condições das ruas da região, de

102 Idem.
103 "Um foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.

proporcionar "melhoramentos na rua São Francisco Xavier"[104]. Podemos notar também que a coluna caracteriza essa região como uma importante e populosa zona da cidade, demonstrando ser uma região disputada pelos trabalhadores para habitar próximo ao trabalho (ABREU, 2006, p.94-96). Novamente, estamos diante de reclamações do abandono da estrutura do prédio. Dessa vez, o que afetava os moradores eram "focos de mosquitos" por conta de uma "lagoa esverdeada" que se formaram no terreno, e proviam "das escavações que se fizeram para os alicerces do imenso Hospital das Clínicas"[105]. Tanto o aparecimento de cobras e outros insetos, quanto essa condição sanitária do terreno do Turf Club demonstram uma falta de atenção dos poderes municipais com aquela região.

A coluna vai além e afirma que "medidas de saneamento dessa zona poderão produzir grandes somas compensadoras das despesas, mediante o loteamento do terreno"[106]. E por isso indica:

> Especialmente urgente se torna o prolongamento da rua Derby Club até a estação da Mangueira, caminho complementar da grande estrada Rio-São Paulo, no trecho compreendido entre a Avenida Maracanã e Mangueira, onde a rua São Francisco Xavier, extremamente tortuosa, é a única via de trânsito. Tem sofrido numerosos desastres e perdas de vida nesse trecho de rua.
>
> O saneamento desses terrenos do Derby Club e do antigo Turf Club, ambos pertencentes ao Governo Federal, é medida urgente e merece ser atacada com vigor, por daí resultará garantias sanitárias a essa populosa zona e resultados econômicos as rendas públicas – municipais e federais.

104 Câmara Municipal", *Jornal do Brasil*, 20 de setembro de 1932.
105 "Um foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.
106 Idem.

O colunista indica que se revitalizado e saneado o espaço, algum nível de riqueza poderia ser gerado a partir do loteamento daquele lugar. Essa indicação é mais que um indício da disputa por esse local entre diferentes setores sociais. Reforçou também as reclamações feitas por moradores daquela região, ao indicar que a condição daquelas ruas era precária. Por fim, o colunista afirma que "epidemia ocorrendo naqueles arrabaldes" causaria "despesas incalculáveis ao governo". Essa afirmação final nos dá indícios de que aquele local era visto como um potencial foco de epidemias na cidade. Nesse sentido, nota-se o emprego termo "arrabaldes", geralmente usado quando se tratava de regiões de periferia da cidade – o que incluía também as favelas, ainda que localizadas em regiões centrais do Rio de Janeiro e povoadas por uma classe trabalhadora de baixa renda e não branca (VALLADARES, 2005, p.15-20). Além da nomenclatura utilizada pelo autor da coluna "Coisas da Cidade" para se dirigir aquele local, notamos também a rápida conexão de espaços como esse a um processo epidêmico, demonstrando que ainda em 1940 uma das preocupações centrais com essas localidades permanecia a mesma do final do século XIX, os "focos de miasmas", como é intitulada a reportagem, que esses locais produzem. Esse discurso foi responsável pela extinção em massa de cortiços e casas de cômodos do Centro da Cidade, na reforma Pereira Passos, e podemos notar que ainda se mantinha ativo.

Em meio àquela notícia e às reclamações de abandono pelos poderes, sejam eles municipais (que em tese seriam responsáveis pela salubridade a partir do serviço do Distrito Federal) ou federais (que eram os responsáveis oficiais pelo terreno), os problemas com aquele local ganharam proporções um pouco maiores. No mesmo dia que a reportagem do *Jornal do Brasil* foi publicada, o chefe do 8º Distrito Sanitário, Dr. Thibau Júnior, enviou para o diretor da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Social, Victor Tavares

de Moura, uma carta avisando dessa matéria[107]. Incomodado com aquela notícia, Thibau Júnior diz que:

> Além das péssimas condições apontadas, como estagnação de águas, mau cheiro, depósito de imundices, etc. convém salientar que, no meio de toda essa sordidez, aproveitando-se de parte da armadura de concreto abandonada e de construções improvisadas de madeiras, constituiu-se ali uma favela, onde habitam numerosas famílias, na maior miséria[108].

De primeira, Thibau já utiliza termos e adjetivos que não foram empregados pela reportagem, como é o caso de "depósito de imundice" e "favela". Esses dois termos não foram mobilizados no texto da coluna do *Jornal do Brasil*. A palavra mais próxima à favela utilizada foi naquela coluna foi "arrabaldes"[109], que caracterizava também as favelas e periferias, mas não deixa nítida a categoria de favela (VALLADRES, 2005, p.27). No entanto, o chefe do 8º Distrito Sanitário, de forma categórica, utiliza a expressão "favela" para se referir às habitações que os "aproveitadores" teriam construído no esqueleto do Hospital das Clínicas. Esses aproveitadores, a qual se referia Thibau Junior, seriam os primeiros moradores que tiveram acesso ao loteamento concedido pelo Ministério da Fazenda. Contudo, era comum nesse período – e até hoje existe o estigma, de que as localidades desse tipo surgem de maneira espontânea, geralmente fruto de uma invasão ou ocupação por parte de trabalhadores de baixa renda. Na contramão disso, a historiografia sobre favela revelou que boa parte das favelas da cidade daquele período e da atualidade são frutos de loteamento de "grileiros" ou "tubarões

107 Carta: Thibau Júnior, chefe do 8º Distrito Sanitário. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Série Saúde e Assistência, caixa 191, carta de 5 de novembro de 1940.
108 Idem.
109 "Foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940.

de favela" (GONÇALVES, 2013, p.180)[110]. Essas figuras loteavam o próprio terreno ou de outrem, e vendiam ou alugavam para trabalhadores de baixa renda. Tratava-se de pessoas físicas, geralmente ligadas ao mercado imobiliário, ou agentes do próprio Estado, como no caso do Esqueleto[111].

Nesse caso, por ser de posse federal, a responsabilidade pelas habitações do terreno era do próprio Estado, e não de pessoas que estariam se aproveitando da estrutura, como mencionou Thibau Júnior. Brodwyn Fischer defende que o estado varguista foi um dos maiores fomentadores de favelas pela cidade, tanto por lotear quanto por permitir loteamentos irregulares ou por fazer vista grossa às favelas que surgiam em suas propriedades e em propriedades particulares. Nesse sentido, Rafael Gonçalves, em um artigo sobre a governança de Pedro Ernesto na Prefeitura do Distrito Federal, nos mostra que o mesmo dificultou processos de despejos em diversas localidades das favelas – além de promover melhoramentos, como a construção de uma Escola Municipal na Mangueira, favela bem próxima do Esqueleto, creches e postos médicos[112]. De acordo com o depoimento do morador Américo Conceição – que era motorista do Ministério da Fazenda –, o terreno do Esqueleto havia sido loteado em 1934[113], durante a prefeitura de Pedro Ernesto (1931-1936), gestão do ministério da fazenda de Artur de Sousa Costa (1934-1945), e gestão do ministério da educação e saúde de Gustavo Capanema Filho (1934-1945) – que agiram de forma ativa no loteamento daquele local. Segundo o

110 "Os jornais faziam referências constantes aos presumidos proprietários dos terrenos onde estavam implantadas as favelas. Vários deles eram apenas grileiros que a imprensa daquela época havia cognominado de "tubarões de favelas".
111 Idem.
112 GONÇALVES, Rafael. "E o prefeito sobre o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas" in AMOROSO, Mauro, BRUM, Mário e GONÇALVES, Rafael (orgs.). *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Pallas, 2021.
113 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

morador, o loteamento teria sido resultado de um "benefício" garantido pelo Ministério da Fazenda para seus "doze funcionários mais modestos"[114]. Américo Conceição chama de "benefício" a concessão daquele solo, para ressignificar a situação daquelas moradias, que a imprensa do período tentou significar como de "exploração dos moradores"ou de "grilagem"[115].

De acordo com Américo Conceição, os moradores tiveram acesso apenas ao aluguel daquele lote, as casas foram construídas pelos trabalhadores, não pertencendo ao Ministério da Fazenda. O Sr. Américo explica ao *Correio da Manhã* que o seu lote e o dos outros onze funcionários tinham em média "40 metros de frente e 60 metros de fundos". Se tratava de um lote com um tamanho considerável, maior do que os geralmente vistos nessas localidades. Américo mostrou os recibos de pagamento pelo aluguel do lote ao jornalista – que continham o timbre do Ministério da Fazenda, no valor de oito cruzeiros por mês[116]. Assim, podemos verificar que a produção daquele espaço pode até ser de responsabilidade desse ministério – por terem executado o loteamento, contudo, sem a disputa dos doze funcionários para acessar esse terreno e executar o loteamento, a construção daquele espaço não teria ocorrido. A partir da reportagem do *Jornal do Brasil,* a percepção daquela localidade se transforma aos olhos das autoridades municipais. Que além de categorizar aquele espaço enquanto favela, na carta de Thibau Júnior, inclui aquela localidade numa lista informal desenhada por Victor Tavares de Moura, a fim de produzir dados das favelas de maior porte e "irrecuperáveis". Esses dados serviriam para planejar uma "solução para o problema

114 Idem.
115 "Moradores da Favela do Esqueleto explorada pelos Ministérios da Fazenda e Educação", *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1947.
116 Idem.

das favelas", segundo Victor Tavares de Moura, diretor do Departamento de Assistência Social (MOURA, 1940). A partir desse momento, podemos verificar um tensionamento na disputa por esse local que vai se estender por toda a vida do Esqueleto, até o momento de sua extinção.

Um espaço em disputa

Durante o século XX, podemos observar que o "problema favela" ganha local central nos discursos políticos e também nos discursos médicos e sanitaristas, e principalmente no campo do urbanismo, sendo esse tipo de localidade considerada uma "lepra estética" da cidade por homens influentes na esfera pública (VALLADARES, 2005, p.40-45). De forma geral, o aporte técnico, tanto na arquitetura e engenharia quanto na medicina e no sanitarismo, consolidava-se como a forma através da qual o poder público escolheu lidar com essas localidades. Mesmo que tenham absorvido o discurso atrelado à higiene e à falta de saúde utilizado no "Bota-Abaixo" dos cortiços, no início do século XX, as discussões, estudos e projetos sobre favela a partir da década de 1920 haviam dado espaço para as noções de urbanismo. A percepção de "lepra estética", por exemplo, cruzava terminologias tanto da medicina quanto da arquitetura – nesse caso dando sentido a um fenômeno que, para as classes dominantes, se assemelhava a uma doença que decepava a estética urbana[117].

Pode-se perceber, então, uma disputa pelo controle dessas localidades, que muitas vezes eram em áreas valorizadas e de interesse público e privado. Constitui-se, por isso, um cenário de luta pela cidade e disputa pelo controle desses locais no qual a elite, a partir da apropriação das ferramentas institucionais estatais, impõem os seus interesses (DE SOUZA FILGUEIRA, 2021, p.186-201). Em contrapartida,

117 Idem.

os trabalhadores também criam seus espaços de solidariedade para disputar essas mesmas localidades, no entanto, com um acesso mais distanciado dos aparatos do Estado (SADER, 2001). Depois da notícia do "foco de miasmas" que se formava no terreno do antigo Turf Club e do envio da carta do chefe do 8º Distrito Sanitário Thibau Júnior ao secretário-geral de saúde e assistência, Dr. Jesuíno Albuquerque, avisando das condições do local, enviou um parecer ao prefeito Henrique Dodsworth "solicitando as indispensáveis providências (...) junto ao patrimônio federal do Ministério da Fazenda"[118]. Demandava com isso que o Ministério disputasse aquele espaço com aqueles que ali ocupavam, a fim de expulsá-los. Nesse mesmo período, Victor Tavares de Moura estava na diretoria do Departamento de Higiene e Assistência Social, que já vinha desenhando um *Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*[119], em que um levantamento das principais favelas era feito na cidade divididos por suas zonas e, assim, um planejamento de recenseamento passa a ser traçado, no intuito de conhecer mais para melhor conter a expansão das favelas na cidade (VALLADARES, 2005, p.40-45).

Numa lista informal, escrita à mão por Victor Tavares de Moura, aparecem os nomes das localidades mais populosas da cidade, demonstrando quais deveriam ser as regiões recenseadas e que seriam alvo de um projeto maior de extinção das favelas. A localidade do Esqueleto estava incluída como "Favela do Esqueleto ou Favela Derbi Club"[120]. Essa inclusão do Esqueleto na lista, e mesmo a dúvida sobre seu nome,

118 ALBUQUERQUE, Jesuíno. Carta ao Prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth, 9 de novembro de 1940. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Fundo Henrique Dodsworth, Dossiê Saúde e Assistência, caixa 191.

119 Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. VT.MS. 02, 1940.

120 MOURA, Victor Tavares. Lista de Favelas do Distrito Federal. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

demonstram que essa localidade já era reconhecida como favela pela Prefeitura. No entanto, pouco se sabia sobre ela, como indicava a dúvida em relação ao seu próprio nome. Pouco antes do recenseamento iniciar na cidade, em julho de 1947, um anunciante ofertou uma casa na rua Derby Club em que mencionava ter um "certificado da Prefeitura do Distrito Federal provando não haver desapropriação nesse local"[121]. Esse anúncio demonstra que havia alguma preocupação com a possibilidade de desapropriação naquela região. Tratava-se de um período marcado por inúmeras ações de retomada de posse de terrenos em que se formaram favelas, gerando um alarme nos moradores desses locais (GONÇALVES, 2013, p.200).

Pouco tempo depois, em outubro – quando já se realizava o recenseamento –, Victor Tavares de Moura havia dado uma ordem para a "demolição de barracos não habitados" no Esqueleto, na Favela do Variante, Cantagalo e no Morro dos Cabritos. Essas foram algumas das ações da Comissão de Favelas, com a finalidade de frear a expansão dessas localidades. No Esqueleto, noventa e três barracos haviam sido destruídos, enquanto no Variante setenta e dois barracos foram extintos e quarenta e cinco e quarenta e dois, respectivamente, do Cantagalo e Cabritos (MOURA, 1947)[122]. Podemos notar que o Esqueleto era a localidade com mais barracos demolidos, em relação às outras localidades. Demonstrando, assim, haver uma grande demanda de casas naquela região – além disso, essa demolição partia do órgão responsável pela extinção das favelas na cidade. Notamos que, por conta da categorização oficial de favela, foi punida de acordo com os termos Código de Obras de 1937, que previa ações de desapropriação nessas localidades. Naquele momento, o Esqueleto já contava com muito mais moradores do que os primeiros "doze funcionários do Ministério da Fazenda". Segundo

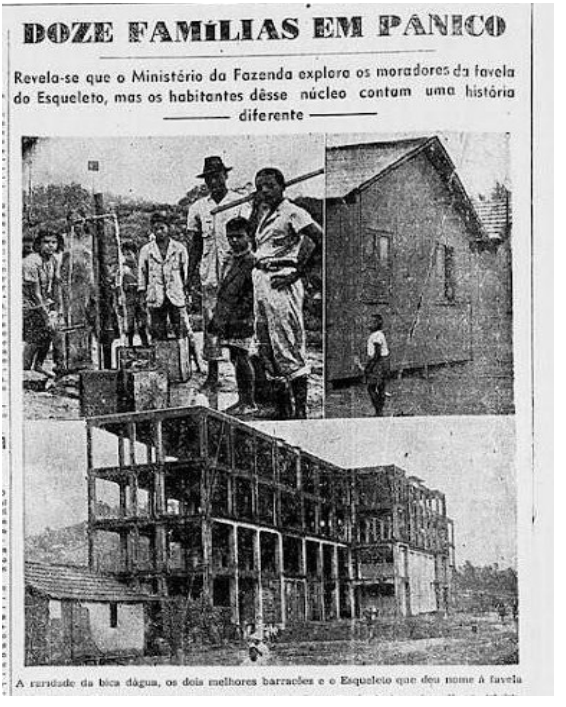
121 "Maracanã" in "Anúncios", *Correio da Manhã,* 18 de julho de 1947.
122 Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

Américo Conceição, a construção de moradias naquele local havia saído do controle do Ministério da Fazenda, que cobrava os aluguéis apenas desses primeiros moradores – o que nos confirma a demanda de casas neste local por trabalhadores[123].

Em dezembro daquele ano, o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias* publicaram a notícia do recenseamento que estava sendo feito pelo Departamento de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal nas favelas da cidade. Os jornais relataram o caso peculiar da "Favela do Esqueleto", onde os "moradores eram explorados pelo próprio governo"[124], "constando na categoria de 'próprios nacionais' nos pagamentos da União"[125] pelo aluguel do lote em que habitavam. O jornal revela uma surpresa com o fato do loteamento do terreno ter sido executado pelo Ministério da Fazenda, e mais ainda com o fato de que aqueles moradores ainda permaneciam pagando aluguel à esta instituição. Para os jornais, essa relação se tratava de uma exploração do Ministério com aqueles "deserdados". Essas afirmativas reforçam um local de passividade dos moradores nesse processo histórico, o que notamos ser equivocado. Tanto as demolições ordenadas pela Prefeitura quanto as reportagens dos jornais geraram um sentimento de "pânico nos moradores do Esqueleto em perder suas casas"[126] em alguma futura intervenção da Prefeitura do Distrito Federal naquele terreno – que parecia estar cada vez mais próxima, ainda mais com a destruição dos noventa e três barracos (MOURA, 1947)[176,127].

123 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947.
124 "Moradores da Favela do Esqueleto explorada pelos Ministérios da Fazenda e Educação",
Diário de Notícias, 20 de dezembro de 1947.
125 "Próprios nacionais nas favelas", *Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1947.
126 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947.
127 Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

A partir disso, os moradores buscaram os jornais para tentar explicar como ocorreu a formação daquele local. O interessante nessa situação é que os moradores buscam se posicionar antes mesmo das autoridades públicas, entrando em contato pouco dias depois com os jornais que publicaram a notícia em tom negativo. Assim, uma equipe de reportagem do *Correio da Manhã* foi ao Esqueleto conversar com os moradores e compreender como se originaram aquelas habitações. Após visita à localidade, o *Correio da Manhã* publicou: "revela-se que o Ministério da Fazenda explora os moradores da favela do Esqueleto, mas os habitantes desse núcleo contam uma história diferente"[177,128]. A manchete já indica um confronto nas versões e perspectivas sobre aquela localidade, como mostra a imagem a seguir.


DOZE FAMÍLIAS EM PÂNICO

Revela-se que o Ministério da Fazenda explora os moradores da favela do Esqueleto, mas os habitantes dêsse núcleo contam uma história diferente

A raridade da bica dágua, os dois melhores barracões e o Esqueleto que deu nome á favela

Figura 3 - Fotografias da reportagem do ***Correio da Manhã***, 31 de dezembro de 1947.

128 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

O título "Doze famílias em pânico" revela um desespero dos moradores quanto ao futuro projeto de extinção, que começava a se concretizar com o recenseamento daquele local. Na fotografia da reportagem, podemos observar na imagem acima à esquerda, um grupo de sete pessoas. Dentre elas, destacavam-se um homem e uma mulher adultos, sendo os outros cinco meninos, em maioria negros. Parecia tratar-se de uma família buscando água em alguma bica da favela, como sugere a presença dos galões enchendo de água. A segunda imagem acima à direita representa uma casa que parece ser de madeira e um menino negro à frente. A terceira imagem, embaixo das outras duas, é do esqueleto do hospital, agora com as residências que foram construídas dentro dele e no seu entorno, ao que parece de alvenaria. As construções que aparecem na imagem constituem uma importante característica de parte dos aspectos das favelas, que são as autoconstruções. Ou seja, casas construídas de acordo com a necessidade da família, e que por isso não seguiam os padrões do Código de Obras de 1937 (GONÇALVES, 2021, p.270-289). Nota-se que a casa no canto esquerdo parece ser de alvenaria. Segundo os moradores entrevistados na reportagem, as casas próximas ao Esqueleto tinham acesso à água e a luz mais facilmente, se aproveitando da estrutura do prédio, sendo as melhores casas da região[179,129]. Acima da foto, uma espécie de legenda repete a afirmação de que os moradores eram explorados pelo Ministério da Fazenda.

O morador que de fato acompanhou o colunista do *Correio da Manhã* num passeio pelo Esqueleto foi o Sr. Américo da Conceição, "homem velho e de cor, de maneiras polidas e voz mansa"[130], que se identificou como motorista do Ministério da Fazenda.

129 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.
130 Idem.

Entrevistado pelo repórter, desmentiu a notícia de que os moradores dali seriam explorados pelo Ministério da Fazenda, e contou o fato da seguinte maneira:

> Todo o terreno que compreende a favela do Esqueleto, administrado pelo Ministério da Educação, pertence ao Ministério da Fazenda, tendo este, há treze anos, resolvido beneficiar um grupo de doze dos seus servidores mais modestos, cedendo-lhes pequenas áreas para a construção de casas. Os barracões, entretanto, foram construídos pelos próprios funcionários a estes pertencem inteiramente, e o Ministério apenas cobra uma pequena taxa mensal, de acordo com o valor da habitação – não se trata de exploração – explicou o velho Conceição.

Nota-se que o próprio morador caracteriza o local como uma favela, explicando a sua dinâmica de administração e loteamento. Américo Conceição também diz que o Ministério da Fazenda teria beneficiado os seus trabalhadores de menor renda ao ceder o lote. Podemos observar que, diante da situação, o morador tenta construir um discurso que demonstre sua gratidão, negando a relação de exploração por parte dos ministérios para defender que "não se trata de exploração". Nesse mesmo sentido, Américo Conceição tenta demonstrar para os entrevistadores que a sua moradia era muito boa, quando menciona que tinha água e "uma horta que dá muitas verduras para meus sete filhos", pagando apenas "oito cruzeiros por mês, valendo o barraco mil e quinhentos cruzeiros". De fato, observamos que as moradias nessa região eram mais caras do que oito cruzeiros, estando numa média de 200 a 400 cruzeiros o aluguel, e a venda em média 10.000 a 20.000 cruzeiros[131]. De todo modo, percebemos que nesse projeto de governo a conciliação com as classes era ponto

131 "Vende-se", *Diário de Notícias,* 8 de setembro de 1946. "Aluga-se casa", *Correio da Manhã,* 28 de outubro de 1947.

central do projeto político. Logo, esse tipo de prática de concessão de benefícios ou favores aos trabalhadores de baixa renda era muito comum. Segundo Fischer, essa prática é fruto da filosofia moral e social do governo Vargas, que mesmo pretendendo estender o acesso à cidadania aos trabalhadores, acabou deixando uma parcela considerável desta classe excluída do acesso a seus direitos, e dependente de benefícios que não eram consolidados (FISCHER, 2006, p.417-425). O loteamento do Esqueleto é a ilustração dessa prática, em que o lote havia sido concedido – mediante aluguel –, mas que corria o risco iminente de desapropriação por parte da prefeitura.

As ações da Prefeitura haviam deixado os moradores inseguros quanto à permanência das moradias no Esqueleto. Em 1947, Victor Tavares de Moura, então secretário-geral de saúde e assistência nomeado pelo prefeito e general (VALLADARES, 1005, p.40-45) Ângelo Mendes de Morais, ficou encarregado de fazer cumprir o projeto "draconiano" de extinção das favelas da cidade iniciado pela prefeitura de Henrique Dodsworth. Entretanto, à medida que Dodsworth demonstrou querer o fim dessas localidades, também estimulou seu crescimento, como no caso do Esqueleto. Quando é avisado do surgimento de uma favela naquele local, sua administração não agiu de forma mais objetiva em relação a isso, pelo contrário: segundo Brodwyn Fischer, esse prefeito indicou a construção de "barracos" naquele local para abrigar uma população de rua atendida pelos órgãos de assistência social da prefeitura (FISCHER, 2008, p.238). A autora também aponta que a prefeitura de Hildebrando Góis, que durou apenas o ano de 1946, teria dado "permissão tácita" à construção de barracos naquela região para algumas pessoas em situação de rua, bem como de ter feito vista grossa às reclamações recebidas sobre aquela área[132]. No entanto, as

132 Idem.

moradias daquele local foram construídas pelos próprios moradores, utilizando materiais de acordo com a necessidade das famílias do Esqueleto – dessa maneira, esse espaço é marcado pelo esforço da autoconstrução por parte desses trabalhadores.

Além do *Correio da Manhã*, os moradores do Esqueleto também procuraram a redação do *Diário de Notícias* em busca de retratação da notícia de que eles seriam "explorados pelo Ministério da Fazenda e da Educação"[133], que apareceu em local de destaque no jornal. No entanto, a resposta dos moradores àquela notícia, demonstrando que "estavam satisfeitos os moradores do Esqueleto"[134], saiu em uma das últimas páginas do jornal, com um destaque muito menor do que a primeira reportagem, mantendo em menor evidência a opinião dos moradores. O jornal deixou evidente que os moradores vão à redação para que "se retratasse em relação à notícia dada", e para evitar que o impresso provocasse um mal-entendido na sociedade sobre o loteamento do Esqueleto. Podemos, assim, perceber uma disputa em relação à própria narrativa da formação do Esqueleto: enquanto os jornais primeiramente publicam a exploração que sofrem os moradores por parte do Ministério, os ditos explorados lutam para que sua narrativa dos fatos ganhe notoriedade e tome o espaço da primeira notícia, positivando aquele local e dando um ar de benfeitoria para a ação dos ministérios. A leitura dessa situação pela lógica clientelista, em que os trabalhadores de baixa renda travavam suas lutas pelo acesso a direitos, pode por vezes embaçar a visão da agência desses trabalhadores. Uma vez que é definida pela "caridade" e "ameaça ou da crítica moral radial contra a lei em si", que retira de perspectiva a atuação desses trabalhadores. Dessa forma, perderíamos de vista

133 "Moradores da Favela do Esqueleto explorada pelos Ministérios da Fazenda e Educação", *Diário de Notícias,* 20 de dezembro de 1947.
134 "Estão satisfeitos os moradores da Favela do Esqueleto", *Diário de Notícias,* 30 de dezembro de 1947.

as estratégias dos moradores na disputa pela permanência naquele local. Porém, não podemos deixar de notar a escassez de direitos dos moradores do Esqueleto, tanto por conta da "tolerância precária" do Estado em relação ao espaço quanto pela escassez de acesso à cidadania por esses trabalhadores de baixa renda[135].

Ao decidir lotear o espaço do Esqueleto e alugá-lo para os "doze servidores mais modestos"[136] do Ministério da Fazenda, o governo agia na lógica da benesse, com a intenção de conceder alguns favores a esses funcionários. Entretanto, o que ofereceram foi um lote com uma situação irregular e pertencente a um projeto de construção hospitalar e da Faculdade de Medicina. Dessa maneira, concedem esse favor, ou esse "benefício", como Américo Conceição menciona, de uma forma precarizada, visto que esses moradores não tinham posse regular daquele terreno, que não estava em situação regular para moradia. Os moradores, mesmo portando o recibo de pagamento na "categoria próprios nacionais" da União, não conseguem, por isso, pleitear de forma legal seus direitos frente à Prefeitura do Distrito Federal. Com a tolerância dos poderes municipais e federais, as moradias do Esqueleto se consolidaram, mas sem nenhum instrumento legal que garantisse o direito à posse daqueles lotes – dando a sensação de instabilidade para aqueles que moram no local e que naquele momento temiam a perda de suas casas para a prefeitura do Distrito Federal.

135 O conceito de "tolerância precária", pensado por Rafael Gonçalves, cai com uma luva nessa situação em que o Esqueleto estava inserido, tratando-se de "um *status* jurídico e político *sui generis*: toleradas, mas jamais consolidadas." GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos.* Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013, pp. 122. FISCHER, Brodwyn. *Direitos por lei ou leis por direitos? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo*. in LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social.* Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 417-425.

136 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

Em meio a essa disputa instaurada por aquele espaço entre a Prefeitura do Distrito Federal, moradores do Esqueleto, setores da sociedade civil – principalmente a imprensa comercial que ainda demandava a retomada das obras do Hospital –, consolidou-se o espaço do Esqueleto. Um jornalista do *Correio da Manhã* aponta para a "deficiência hospitalar da Tijuca"[137] e culpabiliza a inconclusão da obra hospitalar por esse mal abastecimento dos serviços de saúde. Ou seja, outros setores da sociedade – além dos mais interessados que eram os moradores, estavam na disputa pelo terreno do Esqueleto, quer fosse para construir o hospital ou não. Fica evidente, assim, que os moradores do Esqueleto passaram a se alinhar para disputar aquele espaço, seja na organização de uma ida ao *Diário de Notícias* para fazer o jornal ratificar uma narrativa equivocada sobre a natureza da formação do local ou na prestação de depoimento ao *Correio da Manhã* e apresentação da região para os repórteres deste jornal, para desfazer os maus entendidos sobre a natureza do loteamento do Esqueleto.

Ao utilizarem da categoria de "trabalhadores" ou "servidores mais modestos"[138], os moradores do Esqueleto esperavam alcançar certos benefícios ou favores do Ministério da Fazenda e também da prefeitura do Distrito Federal. Era comum nesse período, por conta da associação entre cidadania e trabalho, que trabalhadores mobilizassem essa segunda categoria para pleitear seus direitos. Partiam do entendimento que o trabalho era uma porta de entrada para o mundo do Direito. No entanto, se eram cidadãos, não deveriam ter acesso irrestrito a esse universo, sem depender de concessões ou "benefícios"? Brodwyn Fischer afirma que a legislação varguista, ainda que prometa a extensão da cidadania aos trabalhadores, acabou "forjando as desigualdades sociais no Brasil moderno". Isto

137 "Deficiência hospitalar", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1949.
138 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

porque a cidadania estava atrelada aos direitos das profissões previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, contudo, a maioria dos trabalhadores de baixa renda não tinha acesso à CLT nos ofícios que ocupavam (FISCHER, 2006, p.417-425).

Ao analisar algumas cartas enviadas à Getúlio Vargas, Fischer verificou que se tratavam de pedidos de favores e bem feituras do presidente, quer fosse uma casa num Parque Proletário ou mesmo um pedido de emprego em algum órgão do governo, nessas leituras a autora identifica que era usual a mobilização de certas categorias por parte das pessoas que remetiam as cartas, como "trabalhador" ou "pai/mãe de família"[139] – palavras que nos remetem tanto ao trabalhismo como ao paternalismo característico do governo varguista. Categorias essas que custavam caro para o governo varguista e para o Estado de Compromisso que havia se estabelecido, principalmente no que tange o assistencialismo com as camadas mais empobrecidas. Não à toa, os moradores do Esqueleto estavam clamando pela "bondade e misericórdia"[140] da Prefeitura do Distrito Federal, utilizando além das categorias político sociais, também cristãs. Mobilizando categorias iguais ou semelhantes, os moradores do Esqueleto tentavam disputar a narrativa sobre aquele espaço e garantir a sua permanência nele.

Podemos concluir que essa região, ainda que ocupada por diversos setores da sociedade, tinha uma maior concentração de uma classe trabalhadora de média e baixa renda, mesmo antes da consolidação das moradias do Esqueleto. Com o loteamento do Esqueleto, o número de moradias na região tem um grande salto. De acordo com o que revelou o *Censo de Favelas do Distrito Federal*[141], havia em 1949 1.400 casebres na localidade, com 3.898

139 Idem.
140 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.
141 Prefeitura do Distrito Federal, Censo das Favelas Aspectos Gerais 1948, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

moradores. A região que havia sido habitada inicialmente em 1934 apenas pelos "doze servidores mais modestos do Ministério da Fazenda"[142], agora tinha uma população cem vezes maior em treze anos. Esse crescimento vertiginoso da localidade, nos reforça a ideia de que aquela região era de interesse de trabalhadores de baixa renda, bem como salientou Maurício de Abreu, ao mencionar o crescimento das favelas nos subúrbios da cidade, relacionando ao deslocamento e desenvolvimento da indústria e do setor de serviços dessas regiões (ABREU, 2006, p.95). Diante desse processo de formação e consolidação do espaço do Esqueleto, não faria sentido que essa análise se prendesse à lógica clientelista. Durante todo o processo de loteamento e habitação dessa localidade, ficou evidente a atuação dos moradores, seja na negociação com o Ministério da Fazenda, que levou ao loteamento daquele local para os funcionários desse ministério, ou mesmo na negociação pela permanência das moradias com a Prefeitura do Distrito Federal – que a partir de sua categorização como favela pelo chefe do 8º Distrito Sanitário passou a ser percebida e combatida como uma ameaça à cidade. Portanto, não se pode compreender a história dessa localidade observando apenas as ações do poder público. Assim, olhar a cidade com os olhos dos trabalhadores é enxergar a cidade a partir da perspectiva de quem a constrói, habita, experimenta e se transforma junto com o meio urbano (RODMAN, 2003, p.204-223; OYÓN BAÑALES, 2002, p.11-58) – lutando pela permanência e pelo Direito à Cidade[199,143], construindo não só o espaço mas também, laços de solidariedade que se transformam numa coletividade (SADER, 2001).

142 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.
143 HARVEY, David. *Direito à cidade.* Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

O Esqueleto torna-se uma favela

O ano de 1947 foi marcado pela redemocratização e primeira eleição após o golpe do Estado Novo. Tratava-se de um momento decisivo para os trabalhadores da cidade, que buscavam se envolver nesse processo político. Em setembro daquele ano, o jornal *Tribuna Popular* fez uma grande reportagem sobre as comemorações do primeiro aniversário da constituição, demonstrando o envolvimento dos trabalhadores de diversos locais da cidade nesse evento. "Também na Favela do Esqueleto o povo carioca comemorará a passagem do primeiro aniversário da Carta Magna"[1], noticiava o jornal, a pedido da comissão que os moradores do Esqueleto formaram para organizar e executar o evento na região. Essa comissão havia ido àquela redação para convocar para aquele festejo, não só os moradores do Esqueleto, mas também da Mangueira e da rua São Francisco Xavier. Significativamente, era uma das primeiras vezes que aquela localidade, antes associada ao Turf Club, aparecia nos jornais como "Favela do Esqueleto".

Não é de menor importância que o termo "favela" tenha aparecido para descrever aquela localidade em uma reportagem feita a partir da interlocução com essa comissão formada pelos moradores do Esqueleto. Essa forma de nomear nos indica que os moradores estavam se pautando nas imagens construídas ao longo das décadas anteriores para aqueles espaços definidos como favelas, negociando com seus termos. Ao fazê-lo, respondiam ao fato

1 "Comemorações da semana da Constituição", *Tribuna Popular,* 16 de setembro de 1947.

de que, ainda em 1940, aquele espaço já havia sido categorizado como tal pelo chefe do 8º Distrito Sanitário, que se baseou nos termos do Código de Obras de 1937 para condenar aquela localidade, mas sem utilizar a nomenclatura "Favela do Esqueleto"[2]. Dessa maneira, a Prefeitura passou a enxergar e tratar aquela localidade a partir dessa categoria e dos estigmas que a acompanham, o que reforçou o entendimento de que aquele espaço se tratava de uma favela, mesmo contendo aspectos singulares. Impunha-se por isso, para os moradores locais, lidar com os estigmas associados àquela categoria, que já se encontrava bem definida ao longo da década de 1940.

De fato, o Código de Obras de 1937 já havia condenado oficialmente as favelas da cidade do Rio de Janeiro, vistas como problemas urbanos que precisavam ser extirpados. Entretanto, não é nesse documento que os estigmas sobre essas localidades surgem. Os primeiros estereótipos sobre essa categoria começaram a aparecer ainda no final do século XIX, em um contexto de intenso crescimento urbano e demográfico, nas reportagens e crônicas que passavam a tratar desses espaços de moradia situados nas encostas dos morros da cidade. Tanto Licia Valladares quanto Leonardo Pereira, indicam que o Morro da Providência – como era conhecido até a virada do XX – era ocupado por trabalhadores da região portuária, assim como outros morros da região central do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005)[3]. Esses locais serviam como opções mais acessíveis de moradias aos trabalhadores de baixa renda, que com a virada do XX, rumaram em direção à

2 Carta: Thibau Júnior, chefe do 8º Distrito Sanitário. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Série Saúde e Assistência, caixa 191, carta de 5 de novembro de 1940.

3 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Da Providência à Favela: os trabalhadores e a ocupação de um morro da região portuária do Rio de Janeiro (1856-1901)". *Revista de História USP*, novembro de 2022.

capital federal, principalmente para a região central. Foi neste contexto que o Morro da Providência foi ocupado por combatentes egressos da Guerra de Canudos, que ocorreu no sertão da Bahia. Esses soldados ocuparam uma região específica do Morro da Providência, e por conta da semelhança com o morro que se estabeleceram na campanha de Canudos – Morro da Favella –, o chamaram pelo mesmo nome: favela! O termo não demorou para ser conhecido por pessoas que não habitavam aquele morro, e enfim substituir o nome Providência[4].

Os jornalistas foram os primeiros a subir os morros e conhecer um pouco da realidade do local. A maioria deles lançava um olhar higienista e racista para essas localidades, o que contribuiu para a construção de um estereótipo homogêneo do que era a favela e seu morador. Naquele momento, as reportagens *in loco* se tornavam mais frequentes à medida que essas localidades vinham sendo tomadas como objeto de investigações jornalísticas (PEREIRA, 2018, p.17-38), influenciadas pelos debates cientificistas daquela época. Assim como os jornalistas, os cronistas foram grandes responsáveis pela construção do imaginário sobre as favelas. Machado de Assis, num conto de 1904 em que descreve brevemente o Morro do Castelo (ASSIS, 1982), demonstrou como a curiosidade sobre esses locais estava presente naqueles que nunca haviam estado num local desse tipo. Um nome importante na construção do imaginário sobre as favelas, segundo Licia Valladares, foi Euclides da Cunha que, em *Os Sertões*, narrou a experiência da Guerra de Canudos. As descrições e narrativas sobre esse local reforçaram as associações entre o Morro da Favella, na Bahia, e o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, para o público em

4 PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Da Providência à Favela: os trabalhadores e a ocupação de um morro da região portuária do Rio de Janeiro (1856-1901)". *Revista de História USP*, novembro de 2022.

geral. Essa associação, reproduzida após a popularização da obra de Euclides da Cunha, embasou uma série de discursos sobre esses locais na cidade, que passaram a ser reconhecidos como "arraiais", "aldeias" e "favelas", devido à sua precariedade (VALLADARES, 2005, p.33-36; MATTOS, 2004).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o termo favela passou a ser estendido a todas as localidades de moradias precárias localizadas nas encostas dos morros da cidade. Na década de 1930, o urbanista francês Alfred Agache foi contratado pela Prefeitura do Distrito Federal para desenhar o Plano Diretor da cidade, devido aos problemas urbanos crescentes. Neste estudo, as favelas passam a ser caracterizadas como "cidades satélites de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene" (AGACHE, 2020, p.3). Mais do que definir um tipo de localidade, tal definição também caracterizava de antemão seus moradores, vistos como gente naturalmente incapaz de obedecer às normas que regiam a salubridade pública. Essa percepção limitada influenciou a categorização oficial desses locais, feita pelo Código de Obras de 1937, que também se concentrou em estigmatizar as moradias desses locais como insalubres e desordenadas[5]. Esse código institucionalizou o combate a essas moradias, uma vez que passou a conceber como um delito sanitário e urbano habitar nesses locais[6]. Inevitável não encarar a questão sociorracial como um fator fundamental para a condenação desses espaços, que buscou de diversas formas tornar ilegal a moradia de trabalhadores negros e de baixa renda,

5 Prefeitura do Distrito Federal, *Código de Obras de 1937*, quarta edição. apud GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013, p. 119.
6 Idem.

criminalizando uma das poucas possibilidades que tinham de se integrar a cidade (BRUM; GOMES)[7].

Até a década de 1940, as localidades que eram associadas à categoria "favela" foram objeto de reflexão apenas de cronistas, jornalistas, médicos sanitaristas, e urbanistas, esses últimos eram contemporâneos ao seu surgimento. À medida que as moradias em favelas iam se expandindo ao longo das décadas de 1940 e 1950, notamos um esforço de algumas áreas das Ciências Humanas em compreender tal fenômeno urbano. Uma das primeiras pesquisas importantes sobre essas moradias surgiu em 1942, quando a assistente social Maria Hortência de Nascimento e Silva, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, tomou como objeto o Parque Proletário da Gávea, local próximo à PUC-Rio – dando início a outras pesquisas por parte deste departamento nas favelas adjacentes, como o Parque Proletário, mas também a Favela do Pinto e o Largo da Memória. Em 1948, o primeiro recenseamento era feito nessas localidades, partindo dos esforços da Comissão de Favelas do Departamento de Assistência Social da Prefeitura do Distrito Federal, voltados para "melhor conhecer para melhor controlar o problema das favelas" (VALLADARES, 2005, P.64-65). Esse estudo usa argumentos racistas e eugenistas para justificar a condição de precariedade desses locais, reforçando institucionalmente os estigmas sobre esses locais e seus moradores – indicando o racismo ambiental. Dois anos depois, o IBGE lançou seu recenseamento das favelas do Distrito Federal, utilizando uma metodologia quantitativa, parecida com a do Censo de 1948, mas com uma função diferente: compreender o fenômeno e as especificidades de cada localidade, sem o compromisso direto com sua extinção. Isto tinha a ver com a percepção de Alberto Guimarães, então diretor do IBGE, sobre esses locais. Guimarães se furta dos discursos racistas e opta

7 BRUM, Mario & GOMES, Aluan. *Favela e a questão étnico racial: a gênese do apartheid urbano brasileiro*. in BRUM, Mario, GONÇALVES, Rafael e AMOROSO, Mauro (orgs.). *Pensando as favelas cariocas*. Editora PUC-Rio: Pallas, Volume II (no prelo).

por uma análise sociológica sobre a condição dos moradores de favela, partindo da perspectiva de que se tratava da moradia de trabalhadores de baixa renda da cidade, e que por serem precarizados viviam em tais condições (GUIMARÃES, 1953). Ou seja, Guimarães foge do discurso que culpabilizava o morador de favela por sua condição sociorracial, trazendo novas perspectivas sobre a situação – entendendo o sistema capitalista como causa dessa condição.

Durante a década 1960, os cientistas sociais tomaram a favela como objeto de pesquisa, em função do relatório da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) em parceria com o jornal *O Estado de São Paulo*[8], que continha observações e análises dos Aspectos humanos e econômicos das favelas cariocas (BRUM, 2012, p.121-140). O estudo desenvolvido pela SAGMACS marca o início dos trabalhos de campo em favelas do Rio de Janeiro, desenvolvido por um corpo de cientistas sociais e assistentes sociais. Também foi um dos trabalhos pioneiros no desenvolvimento de métodos quantitativos e qualitativos para compreensão dos aspectos de cada favela, além de ser o início do processo de apropriação dessas localidades como objeto de pesquisa das Ciências Sociais. No entanto, esse estudo partia de uma aliança entre os estudiosos da SAGMACS com o jornal *O Estado de São Paulo* – que publicou o estudo –, que tinha críticas à criação do Estado da Guanabara. Dessa forma, o objetivo final era pressionar o Governo da Guanabara, sob gestão de Carlos Lacerda, trazendo à tona os principais problemas daquele novo estado da federação, como a expansão de favelas e periferias – e, em contrapartida, a modernização de partes valorizadas da cidade (SILVA, 2012). Os pesquisadores das áreas de Serviço Social e Ciências Sociais são os primeiros

8 SAGMACS foi criada em São Paulo pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret, em 1947. O estudo dos Aspectos Gerais das Favelas do Rio de Janeiro foi encomendado pelo jornal paulista *Estado de São Paulo* no contexto em que era discutida a transferência da capital para Brasília. "Aspectos Humanos da Favela Carioca", *Estado de São Paulo*, 13 de abril de 1960.

a tomar a favela como um objeto de produção científica, para as Ciências Humanas, com o propósito de fugir das amarras dos estigmas construídos anteriormente, para enfim conhecer esses espaços de forma plena.

Contudo, até pouco tempo havia a ausência de uma perspectiva fundamental para a compreensão do fenômeno favela: a historiográfica. Ainda que alguns cientistas sociais tivessem feito o exercício de historicizar as favelas, como um meio de compreensão de seu objeto, tal exercício só passou a ser executado por historiadores ao longo dos anos 2000. Segundo Mario Brum e Paulo Knauss, os primeiros trabalhos de historiadores surgiram a reboque não só dos trabalhos das Ciências Sociais, mas também da valorização do patrimônio cultural das favelas, como museus, quadras das Escolas de Samba, e aparelhos culturais auto construídos pelos moradores[9]. Os autores confirmam o volume de apenas 3% de produções sobre favela partindo de historiadores, por isso o exercício de historicizar as favelas é fundamental para a ruptura da percepção homogeneizada sobre elas. As próprias definições gerais do que era entendido como favela partem de concepções rasas e padronizadas, como a noção de surgimento espontâneo desses locais, de acordo com o Plano Agache, ou do pressuposto que os moradores são sempre invasores, como indicou o Código de Obras de 1937. Por essa razão, o ofício do historiador é essencial para trazer à tona novos saberes sobre esses espaços da cidade, que rompem com os estigmas preconceituosos e com a homogeneização destes espaços.

Quando analisamos a origem desses locais de forma mais específica, percebemos a singularidade de cada processo de formação. O Esqueleto, neste caso, foge à uma característica bem geral da categoria favela: a geográfica, pois não estava localizado em uma encosta ou morro da cidade. Maria Laís Silva menciona que as "favelas de rua" foram surgindo em

9 Idem. O Museu da Maré e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, bem como o Museu das Remoções na Vila Autódromo são excelentes exemplos de trabalhos de autoconstrução de aparelhos culturais e sociais por parte dos moradores de favela.

terrenos planos da cidade na década de 1940, e o Esqueleto foi uma das primeiras deste tipo, junto com a Favela do Viaduto de Madureira (SILVA, 2005, p.125). Essa diferença na geografia pode, inclusive, ter remediado o processo de categorização do Esqueleto, uma vez que as moradias ali se originam em 1934, mas só em 1940 aquele local foi categorizado como favela. Além disso, o Esqueleto não havia sido ocupado por meio de invasões, como afirmou o chefe do 8º Distrito Sanitário, Thibau Júnior. O Censo de Favelas de 1948 confirmou que aquele local havia sido ocupado por meio de um loteamento viabilizado pelo Ministério da Fazenda, em que os moradores pagavam o aluguel e tinham documentos que provavam esse vínculo de inquilinato com a União[10]. Por conta disso, o Esqueleto dispunha de uma infraestrutura que minimamente atendia a demanda por água dos moradores – uma vez que contavam com bicas d'água que funcionam dia e noite, segundo os moradores, o que era uma raridade em outras localidades semelhantes[220, 11].

Essas singularidades que encontramos no caso do Esqueleto nos fez questionar os motivos da categorização daquele espaço – partindo da necessidade de compreendê-la, uma vez que fugia a alguns aspectos fundamentais para ser reconhecido como uma favela. Como essas contradições não foram analisadas por pesquisadoras que acompanharam partes da história do Esqueleto – como Fischer, que analisou a formação da localidade a partir da ação do Estado, e Juliana Oakim, que utiliza o Esqueleto como pano de fundo do surgimento da Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara (FISCHER, 2008, p.238; MELLO, 2014) – este capítulo pretende preencher esta lacuna. Para isso, no entanto, buscará não apenas as definições e registros oficiais sobre aquela localidade, mas também a forma pela qual os próprios moradores locais, como aqueles que compuseram em 1947 a comissão que

10 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949. p. 28.
11 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

foi à redação da *Tribuna Popular*, lidaram com ela. Cabe, assim, acompanhar o processo de categorização do Esqueleto como favela a partir do protagonismo dos moradores nesta história (SADER, 1988, p.10).

A categorização oficial como favela

Até o ano de 1947, o local em que se situava o Esqueleto ainda era reconhecido popularmente como bairro do Turf Club, como indicam reportagens que se passam naquela região em que os moradores acionam o *Diário de Notícias* para indicar que não havia distribuição de luz naquela região[12]. O jornal os identificou como moradores do bairro do Turf, sem nenhuma associação aparente com a categoria favela ou com o nome "Esqueleto". Também nos anúncios de venda de imóveis, o local ainda era identificado como bairro do Turf ou Maracanã, ainda sem nenhuma menção ao nome "Esqueleto" ou à categoria favela[13]. Aquele bairro tinha problemas de infraestrutura comuns às regiões habitadas por trabalhadores de baixa renda, mas, ainda assim, não havia sido categorizado como favela oficialmente.

Em 1940, no entanto, Thibau Júnior, que era o chefe do 8º Distrito Sanitário da Prefeitura, tratou de categorizar o local como uma favela, ao observar a condição de insalubridade e precariedade daquele espaço, e as "famílias na maior miséria" que ali habitavam. Ele se baseou para isso nos termos do Código de Obras de 1937, que em seu artigo 349 determinava quais eram os aspectos gerais da categoria favela da seguinte forma:

12 "Um momento de pânico", *A Noite*, 18 de julho de 1938. "Bairro do Turf", *Diário de Notícias*, 15 de junho de 1939.
13 "Aluga-se" in "Anúncios", *Correio da Manhã,* 15 de junho de 1945. "Vende-se" in "Anúncios", *Gazeta de Notícias*, 8 de setembro de 1947.

> conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida[14].

O trecho define as características das favelas de forma geral, o que facilitava o reconhecimento destes termos no Esqueleto. Ainda que as casas do Esqueleto tivessem certa organização por conta do loteamento promovido pelo Ministério da Fazenda, o Código Menciona que mesmo disposta de forma regular o espaço poderia ser categorizado como uma favela. Isto se deve, principalmente, à qualidade do material de construção das casas[15]. Ainda que no Esqueleto fosse possível encontrar casas de materiais mais sólidos como madeira – muito utilizado na época – e alvenaria, diversas casas eram construídas com materiais mais precários, o que fez com que Thibau Júnior reconhecesse aquele espaço como favela. Outro ponto importante para esse reconhecimento tem a ver com o acesso à saneamento básico, água e luz, que no caso do Esqueleto, ainda que não fosse tão precarizado, não contava com um acesso adequado a esses serviços, mais uma característica geral destes locais. Importante ressaltar que, o reconhecimento de um espaço como favela neste momento, partir de termos genéricos e homogêneos.

A maneira generalista de caracterizar as favelas alargou as margens dos espaços que poderiam ser considerados uma favela ou não. O Código de Obras de 1937 passou a ser aplicado no governo de Dodsworth, que buscou atender aos interesses não só do capital imobiliário ao extinguir algumas favelas, mas também da classe médica. Esse código havia sido promulgado na gestão de Olympio de Mello

14 Prefeitura do Distrito Federal, *Código de Obras de 1937*, quarta edição. apud GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013, p. 119.
15 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

do Distrito Federal, que ficou apenas um ano no cargo mas que mesmo assim buscou apoiar medidas que visassem a resolução do "problema das favelas"[16]. Seu antecessor, Pedro Ernesto, havia ficado conhecido por agir de forma mais branda e amistosa em relação a esses espaços e moradores, marcando sua gestão pela criação de políticas públicas que buscavam atender as demandas hospitalares e escolares dos moradores[17]. Olympio de Mello buscou frear o alargamento das políticas sociais aos moradores de favelas implementadas por Pedro Ernesto. Henrique Dodsworth, seu sucessor, apresentou uma postura contraditória, ora estimulando a desapropriação nesses locais, ora permitindo e estimulando sua expansão (FISCHER, 2008, p.238). A depender da gestão da Prefeitura do Distrito Federal, e mesmo da localidade em questão, notamos a maior ou menor execução desse código. Fica evidente a postura ambígua do Estado em relação a esses locais, o que nos indica que o Estado não age de forma estática ou monolítica. O Estado se trata, na verdade, de um projeto político que se altera conforme os interesses das classes dirigentes e as tensões com a classe trabalhadora.

Esse prefeito exterminou grandes favelas da Zona Sul, como o Largo da Memória, por conta da valorização que esta área da cidade vinha ganhando, principalmente como cartão postal do Rio de Janeiro. Em contrapartida, nesse mesmo período esse prefeito mandou construir "barracos" na Favela do Esqueleto para mendigos, que haviam sido atendidos pelo Departamento de Assistência Social[18]. Essas duas posturas em relação a localidades em zonas distintas da cidade nos revelam a contradição na execução dos termos do Código

16 Idem.

17 GONÇALVES, Rafael. "E o prefeito sobre o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas" in AMOROSO, Mauro, BRUM, Mário e GONÇALVES, Rafael (orgs.). *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Pallas, 2021.

18 Idem.

de Obras de 1937 pela Prefeitura, que numa determinada região combate essas moradias e em outra estimula a construção delas. De todo modo, esse documento deu forma à categoria favela enquanto um objeto jurídico, que criou um status *suis generis* para esse tipo de localidade. É justamente neste contexto de aplicação do Código de Obras que o Esqueleto se tornou alvo da categorização do chefe do 8º Distrito Sanitário, em 1940.

Iniciava-se, assim, o reconhecimento oficial da favela como um problema do poder público. Em 1941, o diretor do Departamento de Assistência Social, Victor Tavares de Moura, liderando a Comissão de Favelas da Prefeitura, fez uma lista das favelas que deveriam ser estudadas por essa comissão. Naquele momento, a localidade do Esqueleto ainda não constava neste levantamento[19]. Pouco tempo depois, em 1942, Victor Tavares de Moura criou uma nova lista com as localidades que deveriam sofrer algum tipo de intervenção da Prefeitura, até que houvesse uma solução definitiva para elas. O termo "Favela do Esqueleto" apareceu pela primeira vez nesta listagem, que tinha por finalidade elencar os locais que seriam recenseados pela Prefeitura. O diretor do departamento deixou evidente sua dúvida em relação à forma como

19 MOURA, Victor Tavares. *Lista de Favelas do Distrito Federal*. Abril a setembro de 1941. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940. Estavam incluídas: Quinta do Caju, Ladeira do Asturra, Macedo Sobrinho, Marechal Falcão, Estrada da Tijuca, Estrada dos Macacos, rua Andaraí, rua Lamas Valentinas, Morro de Cuiti, Morro de Santo Antônio, Ruas do Andaraí, Morro da Favela, Ladeira Peixoto, Morro do Trapicheiro, Vila Cruzeiro, Ladeira dos Tabajaras, Morro do Chico, Morro do Macaco, Morro da Cachoeirinha, Morro do Salgueiro, Pereira de Almeida, Ladeira dos Guararapes, Morro Pereira da Silva, rua General Criceiro, Morro da Arrelia, rua Coronel Tamarindo, rua Barão de Piraquara, rua Belizario de Souza, rua Leopoldo, rua Ferreira Pontes, Porto Maria Angú, Morro da Saúde, Praia do Pinto e Largo da Memória. Totalizavam 21.137 moradores.

aquela localidade era chamada ao nomear "Favela do Esqueleto ou Derbi Club"[20].

Nesta lista, Victor Tavares de Moura fez uma anotação *post script* que diz o seguinte: "Há ainda muitas outras favelas no Rio. A lista é das principais pelos aspectos sociais. Como áreas de desintegração social"[21]. De acordo com o diretor, as favelas seriam, assim, áreas de desintegração social – ou seja, espaços que não seriam integrados à cidade, por mais que estivessem na região central ou em sua proximidade. Nesse sentido, a definição de Tavares de Moura passava mais pelo aspecto social desses espaços do que pelos aspectos urbanos. Assim, o próprio registro nesta lista do Esqueleto, um espaço singular que se diferenciava em diversos aspectos infraestruturais das outras localidades definidas como favela, relacionava-se mais com o perfil social de seus moradores – em sua maioria trabalhadores/as negros/as de baixa renda – do que com a sua semelhança física com outras localidades do mesmo tipo. A dúvida que Victor Tavares demonstrou, acerca do nome da localidade listada, nos indica que o termo "Esqueleto" ou "Favela do Esqueleto" pode ter sido dado pelos moradores, já no início da década de 1940, sem ter se popularizado entre os não-moradores. Tanto é que, a primeira vez que o termo "Favela do Esqueleto" apareceu nos jornais foi através de uma interlocução dos moradores[22], o que nos leva a crer que o termo "Esqueleto" tenha sido criado pelos próprios moradores, numa forma irônica de nomear a estrutura de concreto armado do Hospital das Clínicas que ali se encontrava.

---

20 MOURA, Victor Tavares. *Lista de Favelas do Rio,* 1942. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

21 MOURA, Victor Tavares. *Lista de Favelas do Rio,* 1942. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

22 "Comemorações da semana da Constituição", *Tribuna Popular,* 16 de setembro de 1947.

Ainda que a carta do chefe do 8º Distrito Sanitário, Thibau Júnior, tenha qualificado aquele espaço como uma favela, ela não chegava a mencionar o nome dado àquele local pelos moradores em sua carta. Apenas nesta lista de Victor Tavares de Moura, de 1942, que o nome se torna oficial para a Prefeitura. Entretanto, para o público foi em agosto de 1947 que o nome "Favela do Esqueleto" se popularizou. Naquele ano, a localidade ali instalada apareceu nos jornais por conta das discussões na Câmara Municipal – encabeçadas por Arcelina Mochel, do PCB – sobre as "demolições em favelas com uso de força policial"[23]. As denúncias de abuso da força policial naquele local foram levadas à vereadora pelos próprios moradores, que identificaram aquele local como Favela do Esqueleto. A denúncia de demolições com o uso de força policial, feita pelos moradores do local, indicam que para o Estado o Esqueleto já se tratava de uma favela e deveria ser combatido como tal. Esse debate na Câmara ocorreu três meses antes das notícias sobre o recenseamento começarem a ser veiculadas pela grande imprensa da cidade. Podemos notar que, mesmo com a condenação à ilegalidade, os moradores continuavam pressionando as autoridades municipais na luta pela permanência no Esqueleto, mobilizando a categoria favela ao seu favor, para a demanda de direitos. Ou seja, a partir das definições de escassez e precariedade que caracterizam esses locais e das ações da Prefeitura para combatê-los, os moradores demandavam melhorias para minimizar essas violências e garantir direitos básicos, como acesso à moradia.

Os moradores do Esqueleto buscaram o apoio de vereadores do PCB, mais próximos às demandas dos trabalhadores de baixa renda do que os outros políticos, para travar suas lutas na Câmara Municipal[24]. Por conta disso, também se aproximaram do jornal desse

23 "Protestos contra demolição nas favelas", *Tribuna Popular*, 21 de agosto de 1947.
24 Gonçalves menciona a aproximação dos moradores de favelas ao PCB, principalmente à figura do "advogado dos pobres", Magarinos Torres, filiado ao PCB e fundador

partido, o *Tribuna Popular*. É nesse jornal que as primeiras reportagens utilizando o termo "Favela do Esqueleto" são publicadas, através das interlocuções dos moradores. Além disso, também se tratava do contexto de redemocratização após o Estado Novo (1937-1945), que teve como evento principal a eleição de 1947. Em setembro daquele ano, aconteceram "entusiásticas comemorações da 'semana da constituição'", em que "grande massa popular, em comício realizado em Rio Comprido festejou o primeiro aniversário da sua Carta Magna", e também em outros pontos da cidade, como "na Favela do Esqueleto", em que "o povo carioca" também pôde comemorar "a passagem do primeiro aniversário da sua Carta Magna". O jornal *Tribuna Popular* divulgou as comemorações que aconteceram principalmente nos subúrbios e nas favelas da cidade, a pedido dos próprios moradores do Esqueleto:

> A fim de transmitir um convite aos moradores de Mangueira e São Francisco Xavier a participarem dos festejos, uma comissão de moradores daquela favela visitou-nos à tarde de ontem. Toda a população do Esqueleto, informaram-nos os componentes da Comissão, comparecerá às festividades, esperando-se para as mesmas, grande brilhantismo[25].

Os moradores do Esqueleto demonstraram, assim, sua participação na comemoração do aniversário da Constituição de 1946, que marcou a retomada da democracia, o fim da censura, e que abriu margens para resultados mais democráticos nas eleições de 1947. É nesse pleito que o PCB obteve um excelente resultado no Distrito Federal, com a eleição de dezoito vereadores, contando com a eleição de Carlos Marighella para deputado estadual e Luiz Carlos Prestes

da União dos Trabalhadores Favelados. GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos.* Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013, pp. 150-155.

25 "Entusiásticas comemorações da 'semana da constituição'", *Tribuna Popular,* 16 de setembro de 1947.

para o Senado. Tanto Rafael Gonçalves quanto Marcos Pestana e Licia Valladares analisaram a aproximação dos moradores de favelas ao PCB e indicaram que houve uma forte aceitação deste partido nessas localidades. Tal aproximação gerou, inclusive, um receio, tanto no Estado quanto na Igreja Católica, que em pouco tempo numa parceria, criaram a Fundação Leão XIII naquele mesmo ano, como forma de disputar a influência política e moral nessas localidades passou a atuar no Jacarezinho e Barreira do Vasco (GONÇALVES, 2013, p.150; VALLADARES, 2005, p.76; PESTANA, 2016). É neste período que os moradores do Esqueleto passam a utilizar a Câmara como um espaço de disputa por acesso à cidadania e direito à cidade. Importante notar que esses moradores tinham noção das ferramentas que podiam ser acessadas, dentro da dinâmica do Estado – como levar demandas para a Câmara e jornais –, para que pudessem – ainda que pela via da ilegalidade – demandar melhorias no Esqueleto.

O vereador Coelho Filho, também do PCB, recebeu em setembro daquele mesmo ano, segundo o *Jornal do Commercio*, um "memorial com a assinatura de mais de quinhentos moradores da Favela do Esqueleto", pedindo melhorias para o local. Essa demanda também é noticiada pela *Gazeta de Notícias*, que afirmou ser o Esqueleto a favela "mais sacrificada pelos poderes municipais"[26]. Essa afirmação do jornal nos leva a crer que, por estar situado numa região importante da cidade, a Prefeitura tenha – de forma proposital – precarizado os cuidados sanitários ali, a fim de que em algum momento fosse necessária a extinção da localidade (VALLADARES, 1980, p.60). De acordo com Rafael Gonçalves, as moradias deste tipo localizadas em regiões valorizadas da cidade, como o Centro, Zona Sul e algumas áreas da Zona Norte, passaram a ser mais atacadas pela Prefeitura, através da falta de prestação de

26 "Na câmara municipal", *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1947. "Câmara legislativa do Distrito Federal", *Jornal do Commercio,* 18 de setembro de 1947.

serviço ou, em último caso, por ações de desapropriação (GONÇALVES, 2013, p.157). Dessa forma, podemos perceber que, antes mesmo da condenação do Esqueleto se tornar pública, tanto a Prefeitura quanto os moradores já mobilizavam essa categoria para definir o espaço. A Prefeitura utilizava a categoria para executar ações de desapropriação no local, como revelaram os moradores em comunicação com a vereadora Arcelina Mochel, e como apontou o *Relatório e Balancete dos Trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas*, em que teve o Esqueleto como alvo[27]. Os moradores utilizavam essa mesma categoria com intuito de pleitear melhoramentos para o local e acesso aos seus direitos civis, frente às ações brutais de desapropriação da Prefeitura.

Com o objetivo de extinguir essas localidades, a Comissão de Favelas da Prefeitura fez um estudo para planejar seu processo de remoção. O recenseamento foi executado pelo Departamento de Assistência Social e pelo Departamento de Geografia e Estatística entre o final do ano de 1947 e o início de 1948. A repercussão deste estudo passou a ser notícia nos jornais a partir de dezembro de 1947, período em que o Departamento de Assistência Social enviou o relatório do recenseamento do Esqueleto para averiguação do prefeito Mendes de Moraes. Neste contexto, se tornou pública a natureza da formação do Esqueleto, em que o Ministério da Fazenda foi responsável pelo loteamento do terreno e locação a seus "doze funcionários mais modestos"[28], em 1934. A reação dos jornais perante essa informação foi quase que uníssona: "o ministério atuava como grileiro, explorando trabalhadores"[29]. Em uma coluna,

27 TAVARES, Victor de Moura. *Relatório e Balancete dos Trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas até 4 de outubro de 1947.* Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

28 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947.

29 "Prefeito dos granfinos", *Tribuna popular*, dezembro de 1947. "Moradores da Favela do Esqueleto explorada pelos Ministérios da Fazenda e Educação", *Diário de Notícias,* 20 de dezembro de 1947.

o *Correio da Manhã* afirma que o senhorio daqueles moradores era o próprio Ministério da Fazenda, que "havia elevado alguns barracões à categoria de próprio nacional registrados como fontes de renda" da União. Finalizam a coluna ironizando que "ainda se fala em casa popular", numa crítica às políticas de moradias populares do governo Vargas[30]. A *Tribuna Popular,* atenta aos planos da Prefeitura para as favelas da cidade, que haviam se iniciado com esse estudo censitário, logo afirmou que se tratava de um ataque aos trabalhadores de baixa renda. De acordo com o jornal, o prefeito estava disposto a "chegar a soluções nazistas para extinguir as favelas" da paisagem da cidade[31]. De fato, a gestão da prefeitura era simpática aos discursos eugenistas e racistas no momento de caracterizar as favelas e seus moradores (VALLADARES, 2005, p.45). De forma geral, os jornais percebem a situação dos moradores do Esqueleto em relação ao Estado a partir da ótica da exploração e do clientelismo. No entanto, os moradores discordavam dessa perspectiva.

Para demonstrar a discordância dessas reportagens que caracterizaram essa relação como "grilagem" ou "exploração", os moradores mais uma vez mobilizaram a imprensa como um instrumento de luta por suas demandas e narrativas. Buscaram tanto o *Correio da Manhã* quanto o *Diário de Notícias*, para que esses jornais retratassem a sua percepção da relação da localidade com o Ministério da Fazenda e se ratificassem sobre a acusação de exploração do ministério. Para os moradores, o loteamento se tratava de um "benefício" oferecido por essa instituição, em acordo com as demandas de seus funcionários mais modestos, que alugaram os lotes daquele terreno[32]. O morador Américo da Conceição, que morava na rua Turf Club e era motorista do Ministério da Fazenda, esteve no *Diário de Notícias* com outros moradores na tentativa de

30 "Próprios nacionais nas favelas", *Correio da Manhã,* 21 de dezembro de 1947.
31 "Prefeito dos granfinos", *Tribuna popular*, dezembro de 1947.
32 "Estão satisfeitos os moradores da Favela do Esqueleto", *Diário de Notícias,* 30 de dezembro de 1947

demonstrar à Prefeitura que "não havia quaisquer dúvidas sobre o estado de ânimo dos moradores"[33]. No entanto, ainda que tivessem buscado minimizar os danos causados pela categorização oficial como favela, os moradores não conseguiram evitar a estigmatização que aquele espaço viria a sofrer em consequência desse processo.

Em 1949 foi publicado oficialmente o texto do relatório do Censo de 1948, e é nesse momento que as favelas se tornam uma unidade censitária específica, sendo incluída também no Censo Nacional do IBGE a partir de 1950 (GONÇALVES, 2020, p.1-30). No total, 119 favelas, 70.605 casebres e aproximadamente 284 mil pessoas foram recenseadas pela Prefeitura do Distrito Federal, entretanto, alguns núcleos favelados estavam em áreas legalizadas. Por isso, apenas 105 favelas, 34.528 casebres e 138.837 pessoas aparecem no relatório da Prefeitura do Distrito Federal em 1948. Essa variação no número demonstra as próprias contradições do Estado na formulação e entendimento dos termos que caracterizam a categoria favela, influenciada pela ambiguidade do Código de Obras de 1937. Alguns jornalistas aumentavam o número de moradores nas favelas, com intuito de alarmar a cidade sobre a expansão dessas localidades. Osório Borba é um destes jornalistas, chegou a tabular o número de "300 mil habitantes nas favelas da capital", antes mesmo da exposição dos dados oficiais colhidos pelo censo[34]. Uma manchete no *Diário da Noite* menciona que chegavam a "quatrocentos mil moradores nos morros da cidade"[35], nos indica não só o exagero para contabilizar a densidade demográfica desses locais, mas também a homogeneização da geografia desses locais.

Os dados coletados no Esqueleto revelam alguns pontos de similaridade com as demais favelas do Distrito Federal, como uma

33 Idem.
34 BORBA, Osório."A Câmara e o Prefeito", *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1948.
35 "Para redimir a população nos morros", *Diário da Noite*, 24 de fevereiro de 1948.

maioria de mulheres e de pessoas pretas e pardas na composição social. O texto relatório menciona que, no Esqueleto, existiam cerca de 5.027 moradores, dos quais 1.984 eram mulheres, 1.914 homens e

1.129 crianças. O Censo de Favelas de 1948 revela também que a maioria dos moradores desse local eram provenientes do Estado do Rio de Janeiro, demonstrando o fluxo migratório da mão de obra fluminense em direção à região metropolitana. Os migrantes naturais de Minas Gerais eram segundo maior em quantidade, seguido pelos naturais do Espírito Santo[36]. Havia inúmeras dificuldades presentes na experiência de migração, principalmente para uma cidade que se faz pouco acolhedora a certos tipos de migrantes. Dessa forma, as favelas se tornam opções viáveis para a permanência dessas pessoas na capital (ABREU, 2006, p.95). Sobre a questão da migração, Eder Sader percebe que esses migrantes estavam num processo de "desenraizamento", ao abandonar seu local de origem, mas não acompanha a construção social dos locais para os quais esses trabalhadores se estabeleceram (SADER, 1988, p.10). Dessa forma, podemos verificar no Esqueleto esse processo de desterritorialização de pelo menos 73,3% daqueles moradores. No entanto, podemos ver, através de suas lutas, os esforços que eles faziam para construir um espaço digno de se enraizar e, assim, acessar a cidade. Levando isso em consideração, a construção social dessas localidades por si só pode ser considerada uma estratégia de habitar nessa cidade mercantilizada.

O recenseamento não se preocupou em divulgar os dados raciais específicos por localidades, e sim de maneira geral[37]. Trouxeram, no

36 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

37 De acordo com o texto do censo, notamos que este naturaliza uma maioria negra nas favelas e ainda constrói um discurso pautado na eugenia e no racismo para justificar esse fator de composição social das favelas. Brum e Gomes, discutem a relação entre a produção da categoria favela atravessada pela questão racial, observando o racismo permeado nos discursos produzindo um apartamento na construção da cidade. Cf.: BRUM,

texto relatório do recenseamento, a máxima de que nas 105 localidades, cerca de 70% da população era preta ou parda, porém, o estudo não demonstra um somatório detalhado[38]. Entretanto, a discussão racial é um aspecto fundamental na estrutura do texto do relatório, que torna evidente o racismo estrutural e ambiental da Prefeitura do Distrito Federal. O texto buscou dar continuidade aos estigmas racistas que foram incutidos à comunidade negra desde o sistema escravista, afirmando que:

> O preto, via de regra, não soube aproveitar a liberdade oferecida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantir um nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio sem respeito à própria dignidade, priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente elevadas em indumentária exótica, na gafieira, e nos cordões carnavalescos, enfim o que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência. Por outro lado, o índio prefere desaparecer a ter que suportar o trabalho organizado[39].

Esse texto contém vários aspectos racistas e eugenistas, que atrelavam a condição sociorracial do negro – que morava nas favelas – aos seus costumes, cultura e ao seu lazer, como quando o texto menciona que pessoas negras preferiam gastar seus salários com "indumentárias

---

Mario & GOMES, Aluan. *Favela e a questão étnico racial: a gênese do apartheid urbano brasileiro*. in BRUM, Mario, GONÇALVES, Rafael e AMOROSO, Mauro (orgs.). *Pensando as favelas cariocas*. Editora PUC-Rio: Pallas, Volume II (no prelo).

38 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

39 Idem, p. 11.

exóticas, na gafieira"[40] do que investir na melhoria de seus lares. O indígena aparece, nesse texto, de forma invisibilizada, categorizado como preguiçoso e anti-produtivo ao sistema capitalista. Podemos, por isso, verificar o olhar racista presente neste estudo da Prefeitura do Distrito Federal, através da percepção dos costumes e da cultura da população negra e indígena, vista como "exótica" e indigna de investimento, e responsável por sua condição social. Licia Valladares afirma que as classes dirigentes flertavam com os discursos não só racistas, mas também eugenistas para analisar o fenômeno favela e seus habitantes – e atribuindo a condição sociorracial dessa população ao determinismo biológico e genético (VALLADARES, 2005, p.65). Essas máximas trazidas pelo Censo foram na contramão do imaginário de democracia racial que o governo Vargas tentou cristalizar na sociedade. Fischer comenta que, ainda que o Brasil não tenha experimentado uma *apartheid* racial aos moldes estadunidenses, nossas leis foram construídas de forma que apartasse do acesso aos direitos civis, certos grupos sociais, principalmente a população negra e as mulheres (FISCHER, 2008, p.116-120).

Mesmo que o Censo de 1948 não tenha especificado os dados raciais do Esqueleto, podemos verificar, através das fotos que apareciam nos jornais de seus moradores e também a partir da descrição que é dada sobre os mesmos, uma maioria de pessoas negras[41]. Na imagem a seguir, podemos perceber como deveria ser a composição racial do Esqueleto, graças às fotografias feitas pelo *Correio da Manhã*

40 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

41 O Sr. Américo da Conceição e sua filha que falam ao *Correio da Manhã* são pessoas pretas. in "Doze famílias em pânico", 21 de dezembro de 1947. O Sr. Cocadinha, antigo morador também é um homem preto, dá entrevista ao jornal. in "Condomínio nos barracões da favela", *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1948. Foto de um operário preto que agride o ex-patrão ao ser demitido. "Demitido, navalhou o ex-patrão", *Correio da Manhã*, 26 de junho de 1955. Todas essas reportagens descrevem os moradores como pessoas "de cor" ou "preto".

nessas localidades. Uma prática bem comum daquele período, em que jornalistas buscavam registrar essas localidades, com intuito de investigar a natureza, curiosidades e reafirmar estigmas desses espaços (AMOROSO, 2006).

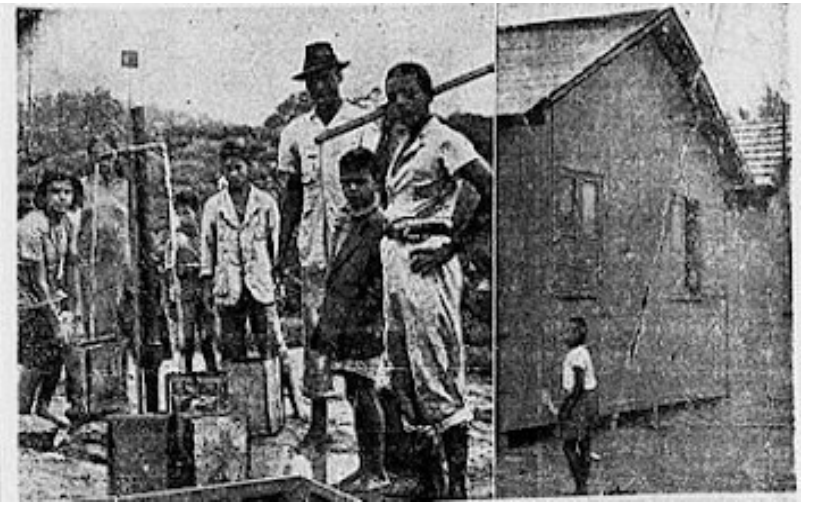


Figura 5 - Moradores do Esqueleto na reportagem do ***Correio da Manhã***, 31 de dezembro de 1947.

Na foto, além dos aspectos relacionados à infraestrutura do local, podemos notar também os aspectos raciais, de gênero e etário dos moradores. Nessa foto podemos ver um grupo de pessoas ao redor de duas bicas que "jorram sem parar", segundo o *Correio da Manhã*. Constam sete moradores na primeira foto à esquerda, dos quais apenas duas – ao canto esquerdo – parecem ser uma menina e uma mulher, e o restante à direita aparenta ser meninos e um homem ao meio. Apenas as mulheres aparentam ter características brancas. O menino da foto ao lado também é negro, assim como os outros na foto à esquerda. Por conta dessas características raciais e sociais dos moradores de favela que Brum e Gomes indicaram que não foram somente as questões urbanísticas e sanitaristas que consolidaram a categoria favela: a questão racial é primordial para

a construção dos signos, significados e estigmas que vem a reboque dessa categoria (BRUM; GOMES).

De acordo com o Censo de 1948, a maioria dos trabalhadores do Esqueleto eram de baixa e média renda, mesmo ocupando majoritariamente o setor de industrial e de serviços não garantiam o salário mínimo. Muitos dos trabalhadores/as negros/as da cidade, neste período, tinham dificuldade em acessar ofícios legalizados, o que era uma consequência da precarização que o Estado proporciona na condição do negro brasileiro. Seu Cocadinha, apelido de Militão Cipriano, era um homem negro morador do Esqueleto e ex-cativo, que oriundo de uma fazenda do estado do Rio de Janeiro, migrou para a cidade em busca de empregos como biscate após a abolição. Se mudou para o Esqueleto após perder sua vaga no Albergue da Boa Vontade, em 1948, e lá passou a vender cocada, mesmo sendo um centenário[42]. A precarização da relação de trabalho e de vida de pessoas negras, como seu Cocadinha, foi analisada por alguns autores, que verificaram as dificuldades enfrentadas pela comunidade negra para se inserir na dinâmica da sociedade de classes, desde o pós abolição, passando pelo processo de industrialização do Brasil, em que essa mão de obra se tornou desvalorizada num cenário de competição (FERNANDES, 1978). Os empecilhos postos pelo mercado de trabalho, como a não formalização das relações de trabalho, tornaram as favelas espaços estratégicos para que esses trabalhadores negros acessassem mais a vagas de trabalho e a cidade[43]. Esse movimento da comunidade negra tornou a categoria *favela* intimamente ligada à categoria *raça*, uma vez que estes espaços foram parte das táticas da

42 "Condomínio nos barracões da favela", *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1948.
43 SANTOS, Carlos Nelson dos. *A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta,* Revista de Administração Municipal nº 165, outubro/novembro de 1982.

comunidade negra para habitar esse grande centro urbano que é o Rio de Janeiro. Em suma, nos permite verificar como a questão racial molda a produção e construção do espaço urbano[44].

O Correio *da Manhã* afirmou, sobre os resultados do estudo, que "não se encontra ali um dos redutos do crime de que se ocupa o noticiário policial, sendo verdade, embora, que parte considerável dos habitantes é constituída de desocupados". Depois o próprio repórter afirma que "a maioria, (...) compõe-se de famílias modestas de funcionários públicos e operários", criando uma contradição em sua fala: o local tinha parte considerável ou não de desocupados? De acordo com o Censo de Favelas, essa informação não procedia, sendo os "desocupados" a minoria no Esqueleto, cerca de 3,5% e 0,76% de pessoas com deficiência[45]. O repórter comenta ainda que era comum observar homens e mulheres trabalhando em seus barracões, alguns tratando de uma pequena horta que cultivavam no quintal, enquanto meninos e meninas sujos em promiscuidade, carregam latas d'água de uma bica que jorra, permanentemente, na entrada da favela[46].

Essa fala do repórter nos indica que os moradores do Esqueleto contavam com certo espaço em seus lotes, que tornava possível cultivar hortas. No entanto, o repórter optou por utilizar o termo "promiscuidade", numa tentativa de estigmatizar o espaço em que crianças brincavam. Esse tipo de termo foi mobilizado não só pelo jornal, mas também aparecendo no Censo de 1948, que reforçou os estigmas pré-existentes sobre esses locais. Nessa mesma reportagem, o morador Américo da Conceição sinalizou que de fato havia moradores com uma horta em casa, e que além de utilizarem-na para o próprio sustento, poderiam fazer uma

44 Idem.
45 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.
46 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã*, 31 de dezembro de 1947.

renda extra vendendo os itens ali cultivados[47]. Além disso, o detalhe para a "bica que jorra" de forma permanente, incomum na maioria das favelas do Rio de Janeiro, indica que o Esqueleto dispunha de um acesso à água abundante, o que era um atrativo para o local. Os dados do recenseamento demonstram que a maioria dos moradores do Esqueleto eram trabalhadores de baixa renda. Havia, naquele espaço, desde "biscates", "cozinheiras", "motorista", "operários" até "servidores públicos", em um conjunto de trabalhadores que tinha renda *per capita* acima da média de outras localidades – com salários variando de Cr$100 a 12.000, em um contexto no qual o salário-mínimo era de Cr$380,00, de acordo com o aumento sinalizado pelo Decreto-Lei 5977, de 1943[48]. Tais dados desmentem a ideia de uma grande quantidade de pessoas "desocupadas", que o *Correio da Manhã* tentou reforçar. De forma contrária, o *Tribuna Popular* faz uma crítica à postura da Prefeitura de Mendes de Moraes em relação àqueles moradores, que, segundo o jornal, seriam trabalhadores precarizados pelo próprio Estado, e que por isso tinham aquele local como uma opção vantajosa de moradia[49]. O governo Vargas criou a ideia de que, através do acesso ao ofício, estaria garantido o acesso à cidadania de um indivíduo, entretanto, o que se nota é que mesmo exercendo ofícios diversos, a maioria dos trabalhadores que moravam em favelas não acessaram a Carteira de Trabalho. Segundo Fischer, apenas 22% desses trabalhadores conseguiram trabalhar de forma legalizada (FISCHER, 2006, p.417-425), o que nos indica uma porosidade nesse alcance dos direitos civis, visto que a maioria dessas pessoas trabalhavam sem vínculos empregatícios, mesmo aqueles que eram empregados nas fábricas da região. Gonçalves afirma que, além disso, os industriais reduziam os salários dos funcionários que habitavam em favelas, com o argumento de

47 Idem.
48 Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.
49 "Prefeito dos granfinos", *Tribuna Popular*, 12 de dezembro de 1947.

que eles gastavam menos com a manutenção de sua vida e da sua família, por morarem em locais mais baratos (GONÇALVES, 2013, p.145). Sendo assim, podemos concluir que esses trabalhadores, em sua maioria pessoas negras, permaneceram distanciadas do acesso à cidadania, por não conseguirem ofícios legalizados de forma permanente.

Com a repercussão do relatório do Censo de 1948, os jornais rapidamente passaram a adotar o termo *favela* para se referir àquele espaço – o que nos indica que a perspectiva que a prefeitura tinha desse local acabou se tornando vitoriosa nos meios de comunicação de massa. O Esqueleto passou cada vez mais a ser percebido através da ótica racista e eugenista da prefeitura, que compreendia esses espaços como locais de desintegração social. Frente a isso, os moradores passaram a sentir o risco iminente de alguma ação da prefeitura para desapropriar o local. Ainda no final de 1947, o Departamento de Assistência Social emite um relatório das ações que o Serviço de Extinção das Favelas havia executado até outubro daquele ano. Victor Tavares de Moura citou no *Relatório Balancete* que havia promovido "a demolição" de "barracos ainda não habitados" em algumas localidades. O Esqueleto foi o maior alvo dessa ação da prefeitura, tendo 93 destruídos, enquanto na Favela do Variante foram 72 casas, no Cantagalo foram 45 e no Morro dos Cabritos haviam sido 49 casas demolidas. Totalizando 259 casas demolidas por aquele departamento até outubro de 1947[50].

A ação de demolição e "despejo" da prefeitura, denunciada por moradores à vereadora Arcelina Mochel pelo abuso da violência, provavelmente foi contabilizada pelo *Relatório Balancete* como parte das 93 casas demolidas no Esqueleto[51]. Dessa forma, podemos reparar

50 TAVARES, Victor de Moura. *Relatório e Balancete dos Trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas até 4 de outubro de 1947.* Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

51 "Protesto contra a demolição de favelas" in "Na câmara municipal", *Gazeta de Notícias*, 21 de agosto de 1947.

que os moradores estavam utilizando a Câmara para denunciar essas ações do Serviço de Extinção das Favelas, e mais que isso, indicavam os usos da força dos aparelhos estatais contra aqueles que ali viviam. Por isso, os moradores tinham vários motivos para desconfiar e temer a prefeitura do Distrito Federal – que nesse contexto se colocava como a maior inimiga dessas localidades, a fim de controlar o "problema das favelas na cidade do Rio de Janeiro"[52].

Após as eleições de 1947 e o suspiro da redemocratização, o país voltou a vivenciar a perseguição política aos partidos que faziam oposição ao governo. Eurico Gaspar Dutra não pestanejou em colocar o PCB na ilegalidade em seu governo, trazendo a marca da militarização para sua gestão. O governo da capital federal não se encontrava em situação diferente devido à gestão do general Ângelo Mendes de Morais, que desenvolveu ações de desapropriação em diversas favelas da cidade para dar início ao plano de extinção delas – em processo que começou com a execução do recenseamento, que permitiria a projeção de ações para enfim exterminar esses locais da paisagem da cidade. Por conta disso, cada vez mais os moradores do Esqueleto passavam a ser vistos como intrusos na cidade. Numa reportagem de 1951, o *Diário da Noite* menciona o número de "15 mil párias na Favela do Esqueleto"[53]. Além de exagerar nos dados demográficos, o jornalista Costa Filho, autor da coluna, utilizou o termo "párias" ao se referir aos moradores do local – que nos remete às castas sociais hinduístas, em que o pária é aquele sujeito sem casta, que vive à margem da sociedade. De forma evidente, o autor enxergava esses moradores como marginais à cidade e sem classe, indo de acordo com os postulados pela prefeitura.

52 TAVARES, Victor de Moura. *Relatório e Balancete dos Trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas até 4 de outubro de 1947*. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.
53 FILHO, M. Costa."15 mil párias na Favela do Esqueleto", *Diário da Noite*, 25 de janeiro de 1951.

Essa marginalização atravessava esses moradores tanto no âmbito econômico quanto social. No âmbito econômico, podemos notar esses moradores pertencendo ao grupo que tinha renda *per capita* mínima ou menor do que a mínima – que podemos compreender como o exército de reserva da sociedade capitalista[54]. No âmbito social, podemos notar nas análises feitas por Janice Perlman em algumas favelas do Rio de Janeiro que o discurso da marginalidade, além de estar pautado numa questão de classe, também era fundamentado pela questão racial. O mito da marginalidade, de acordo com a autora, fora endossado tanto pelo Estado quanto pela Fundação Leão XIII – que tinha como objetivo a "identificação dos pobres urbanos" para a formulação de políticas que tratassem do problema, com um caráter civilizatório. Além disso, o migrante era uma figura importante nessa composição dos sujeitos marginalizados, visto que representavam a vida rural no ambiente urbano e moderno. Valladares comenta que durante um tempo, os sociólogos viam as favelas como grandes áreas rurais em espaços urbanos, corroborando com a percepção que o migrante natural do campo trazia consigo o atraso ao mundo urbano (VALLADARES, 2005, p.126). Sobretudo, o que está em voga é a concepção de um grupo – marginalizado –, que estava em detrimento a outro grupo, hegemônico e cercado de privilégios (PERLMAN, 2002, p.124-132). Por se tratar de Brasil, e de um contexto ainda próximo à abolição da escravidão, notadamente os indivíduos que foram marginalizados pelo Estado eram pretos, indígenas, pardos, e seus descendentes.

54 Não à toa, Milton Santos afirmou que o processo de marginalização urbana estava diretamente relacionado ao processo de urbanização, e que a ideia de marginalidade está diretamente ligada à exclusão de determinados grupos das atividades propriamente urbanas e econômicas. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2012.

O reconhecimento dessa população "pobre urbana", como menciona Perlman, era feito pelos jornais, como no caso da manchete de primeira capa do *Correio da Manhã* intitulada: "Favelado, esse pobre esquecido". Na coluna, é caracterizado esse lugar social dos trabalhadores de baixa renda no espaço urbano, que de acordo com as análises desse jornal, "em sua maioria vão para o Morro da Favella ou para a Favela do Esqueleto"[55]. O jornal tratou de apontar as dificuldades de integração dessa população na cidade, começando pelo problema de habitação. Importante notar que o Esqueleto estava sendo tão atrativo para esses trabalhadores quanto o Morro da Favela, atual Providência. De outro modo, os aspectos psicossociais da marginalidade levados em conta por Perlman, mencionam o conflito cultural presente na interação entre a subcultura dessa população favelada e a cultura hegemônica. O que geraria um sentimento de "inadequação" e mesmo "desilusão" nessas pessoas, visto que eram colocadas à margem da sociedade. Perlman ressalta, porém, que as "situações marginais não dão margem automaticamente a personalidades marginais", isto se caracteriza por uma questão mais pessoal do que coletiva (PERLMAN, 2002, p.124-132).

Dessa maneira, a autora buscou evidenciar em suas análises que a teoria da marginalidade se tratava de um mito, e não de uma realidade – e tinha por finalidade culpar e afastar os moradores de favela do acesso aos direitos, "mascarando a falta de disposição dos poderosos para compartilhar seus privilégios"[56]. Tanto para o governo federal quanto para o governo do município, uma solução viável para a população que vivia nessas localidades era a sua transferência para os Parques Proletários Provisórios, que tinham como finalidade a construção de uma moralidade a partir das lógicas hegemônicas – cristã e

55 "Favelado, esse pobre esquecido", *Correio da Manhã*, 30 de 1951.
56 Idem, pp. 135.

capitalista (BURGOS, 2004). No entanto, esse projeto de Victor Tavares de Moura fracassou em menos de dez anos, se mostrando uma solução ineficiente para os problemas habitacionais da cidade. Ainda assim, jornalistas acreditavam que a "recuperação moral dos favelados" se daria através de sua transferência para esses Parques, como indicou a manchete do *Correio da Manhã.* Na coluna, há ainda uma pressão para que o presidente Eurico Gaspar Dutra transfira os moradores do Esqueleto e de outras localidades para algum Parque, com a finalidade de "acabar com o espetáculo deprimente das favelas"[57].

O mito da marginalidade serviu como justificativa para uma abordagem cada vez mais violenta com os moradores do Esqueleto. Se já em 1947, essa população reclamava de abuso de força policial, na década de 1950 as reclamações e denúncias deste tipo de abuso se tornaram cotidianas[58]. É também neste contexto que um plano de recuperação das favelas é projetado pelo governo municipal. Esse plano visava promover melhoramentos na infraestrutura, segurança e educação desses espaços. Contudo, o que se verifica é o aumento da presença da polícia nesses locais, como revelaram os moradores em entrevista ao *Tribuna Popular* em 1955[59]. Além disso, foi instaurado um combate às biroscas da localidade, proibindo o fornecimento de alimentos a esses estabelecimentos. De acordo com o Última Hora, se tratava de uma "nova modalidade de agressão às favelas", num período em que a carestia dominava essas localidades, o governo municipal decidiu proibir o funcionamento de estabelecimentos comerciais e biroscas em "favelas planas", uma vez que, para a prefeitura, os moradores destas planícies tinham facilidades de comprar

57 "Parque Proletário uma solução", *Correio da Manhã,* 23 de julho de 1950.
58 "O crime da Favela do Esqueleto", *Diário da Noite,* 11 de janeiro de 1950. "Um banho e um tiro no operário", Última Hora, 12 de julho de 1951. "Blitz contra os traficantes de maconha", *Correio da Manhã,* 19 de março de 1953.
59 "Centenas de favelados clamam contra a violência policial", Última *Hora*, 25 de janeiro de 1955.

no comércio fora da favela. Essa medida, além de desabastecer os mercados locais e dificultar o acesso à gêneros alimentícios básicos – como arroz e feijão, visavam esfacelar as estratégias que os moradores e "birosqueiros" tinham desenvolvido no comércio, como a abertura de conta para aquelas pessoas que não pudesse pagar a mercadoria no ato da compra, os obrigando a consumir no mercado de fora da favela, que não oferecia essas vantagens[60]. Tanto os moradores quanto os comerciantes do Esqueleto, buscaram o coronel Rosas, da Polícia Militar, responsável pelo fechamento desses estabelecimentos, e o Última *Hora*, na tentativa de evitar o cumprimento dessa medida.

Podemos verificar que é um coronel da polícia que se torna o responsável pela fiscalização do comércio no Esqueleto. Isto nos indica a constante atuação deste braço do Estado no local. Essa presença passa a ser tão frequente que, além das notícias de tiroteios e cercos policiais nas colunas sobre segurança pública, tirinhas passaram a ser feitas retratando essa rotina, como a imagem a seguir.

Figura 6 – "Os sete dias de Bartolomeu Pimpão", ***A Manhã,*** 1º de julho de 1951.

60 "Cel. Rosas fecha as biroscas mas não pede postos de abastecimentos nos SAPS", Última *Hora*, 12 de julho de 1951.

Esse desenho demonstra o olhar racista e marginalizador dos jornais em relação a esses locais. Esta tirinha faz parte da coluna de cartoon em que o personagem Bartolomeu Pimpão passeia pela cidade do Rio de Janeiro, vai em vários espaços característicos da cidade, como Floresta da Tijuca, Jockey Club e, dentre eles, as favelas. Bartolomeu Pimpão, o personagem homem magro à esquerda, passou no Esqueleto que, segundo o colunista, era um território de ladrões e marginais. Em contrapartida, nos outros locais da cidade que Bartolomeu passou representavam uma experiência de "civilidade", remetendo à modernidade[61]. O autor deixou evidente que, em territórios como o Esqueleto, as experiências seriam negativas, geralmente associadas à violência e marginalidade. Essa tirinha também explicita a forma que as mulheres moradoras desses locais – majoritariamente negras – eram vistas pela imprensa da época, mesmo sendo mulheres, eram afastadas do padrão de feminilidade da época. Essas noções e percepções sobre moradores/as do Esqueleto eram enviesadas pelos estigmas que cercavam a categoria favela, construídos através de perspectivas racistas e classistas por parte da prefeitura do Distrito Federal.

É nesse período que campanhas para a extinção do Esqueleto passam a ser executadas tanto pela gestão municipal quanto pela própria imprensa. Se no final da década de 1940, a prefeitura já atuava demolindo casas naquele espaço, nos anos 1950 as ações seriam ainda mais violentas. No início do ano de 1953, um incêndio atingiu o Esqueleto de forma súbita. Segundo os moradores no local, em entrevista ao *Diário da Noite*, o fogo havia começado "no interior da estrutura de concreto armado do Hospital das Clínicas"[62]. De acordo com as análises da prefeitura, publicadas tanto no *Diário da Noite* quanto

61 "Os sete dias de Bartolomeu Pimpão", *A Manhã,* 1 de julho de 1951.
62 "Mar de chamas na Favela do Esqueleto", *Diário da Noite,* 30 de maio de 1953.

no *Diário de Notícias,* cerca de trezentas casas foram atingidas pelo fogo, deixando por volta de mil pessoas desabrigadas. Esse desastre fomentou debates acalorados na Câmara Municipal, em que o vereador Aristides Saldanha, do PCB, acusou autoridades municipais de terem provocado o incêndio no Esqueleto, em vista do crescente combate da gestão municipal à essas localidades[63]. O final da década de 1940 foi marcado por incêndios conduzidos pela própria prefeitura, como o que ocorreu no Largo da Memória, em que o prefeito em exercício Henrique Dodsworth deu início à destruição do local ateando pessoalmente a primeira chama[64]. Por conta da frequência dessas práticas, o vereador e os moradores do Esqueleto desconfiavam da agência da prefeitura neste crime, e demandaram a abertura de um inquérito investigativo. Segundo o presidente da Comissão Especial de Favelas da Câmara, o vereador Couto de Sousa, as autoridades municipais não tinham participação no incêndio e inclusive haviam mandado equipes tanto para conter o fogo quanto para alojar os moradores desabrigados no Albergue da Boa Vontade e outras instituições filantrópicas.

O imaginário negativo que se criou e consolidou sobre o local e seus habitantes foi crucial para a organização dos moradores em torno da disputa pela permanência no Esqueleto e por direito à cidade e cidadania. Por isso, a precarização desta localidade se aprofundou, e a situação mais visível, neste sentido, foi a do episódio do incêndio do Esqueleto, em que não tiveram o serviço adequado prestado pela prefeitura, no sentido de garantir abrigo para as vítimas dos acidente e recuperação de suas casas, que ficou por conta dos moradores. Podemos verificar que houve uma piora no tratamento que a Prefeitura

63 "Novamente na Câmara Municipal o problema das favelas do Rio", *Diário de Notícias,* 3 de junho de 1953.

64 "Fogueira de quase um quilômetro entre a Gávea e o Leblon", *Diário da Noite*, 25 de maio de 1942. Cf.: VALLADARES, Licia. *A invenção da Favela: do mito de origem* à *favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pp. 59.

dava ao Esqueleto, sendo menos atendido por órgãos municipais. No entanto, os moradores seguiram demandando por melhoramentos na infraestrutura nos jornais, mesmo que não fossem atendidos pelos serviços públicos. Nesse ínterim, passaram a ser vistos como marginais à lógica urbana da capital federal, recebendo, por isso, um outro tipo de tratamento social. Esse período marcou o início das campanhas nos jornais pela extinção do Esqueleto, e a atuação da prefeitura neste mesmo sentido, no entanto, não contavam com o tensionamento por parte dos moradores.

A favela em luta

Mesmo antes da categorização oficial do Esqueleto ser exposta pelo Censo de 1948 e pelas notícias que o anunciavam, os moradores já estavam mobilizando a categoria. Nesse primeiro momento, mobilizaram essa categoria não para garantir direitos políticos *stricto sensu,* mas por seu direito ao lazer. Se tratava das festividades em comemoração ao primeiro aniversário da Constituição, uma comissão de moradores foi ao *Tribuna Popular* convocar habitantes – não só do Esqueleto, mas também da Mangueira e arredores – para uma grande comemoração popular que aconteceria no local. Nesta convocatória, essa comissão se refere ao espaço como "Favela do Esqueleto", demonstrando que o uso da categoria não servia apenas para a luta política, objetivamente, mas também para demarcar aquele espaço como um local de solidariedade, que se reforçaram nesses momentos de comemoração[65]. Se tratava de um período esperançoso para os moradores das favelas do Rio de Janeiro, o momento de redemocratização entre os anos de 1946 e 1947 marcaram um horizonte de possibilidades de garantia de direitos. A aproximação dos habitantes do

65 "Entusiásticas comemorações da 'semana da constituição'", *Tribuna Popular,* 16 de setembro de 1947.

Esqueleto com os da Mangueira, e também dos vereadores do PCB indica a mobilização política dos moradores não só do Esqueleto, mas de diversas localidades da cidade.

No final de 1947, o termo "Favela do Esqueleto" passou a aparecer com mais frequência nos jornais, devido às discussões desencadeadas pelo recenseamento das favelas pela prefeitura. Ao utilizar o termo favela para se referir ao Esqueleto, os jornais fizeram questão de reforçar as ideias e estigmas já consolidados sobre esses espaços pela opinião pública. Termos como "arraias da miséria", "espetáculo de horrores", "foco de miasmas" eram frequentemente empregados para caracterizar a "Favela do Esqueleto", demonstrando não só o olhar higienista, mas principalmente eugenista para esses lugares[66]. De forma contrária, os moradores utilizavam essa categoria de maneira bem diversa – como fazia o sr. Américo da Conceição, que caracterizava a favela com espaço legítimo de moradia de trabalhadores, muitos deles ligados ao Ministério da Fazenda. Além disso, Américo frisou que a conquista do local se tratou de um benefício e não de uma invasão, buscando positivar o significado daquele espaço que tentavam limitar a partir do viés da exploração – que depreciava não somente o Ministério da Fazenda, mas principalmente os moradores, que ficavam representados como os "pobres deserdados explorados" pela instituição[67]. Ao evidenciarem que o espaço era composto por trabalhadores de baixa renda que, em articulação com o Ministério, conseguiram acessar aquele loteamento, Américo e sua filha Ivone buscaram romper com a representação de vítima ou de explorados construída pelo *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*[68].

66 "Foco de miasmas", *Jornal do Brasil,* 5 de novembro de 1940. "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947. "Favelado, esse pobre esquecido", *Correio da Manhã*, 30 de 1951.

67 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947.

68 "Moradores da Favela do Esqueleto explorada pelos Ministérios da Fazenda e Educação", *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1947. "Próprios nacionais nas favelas", *Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1947.

Com as discussões levantadas sobre as moradias no Esqueleto pela imprensa e pela prefeitura, os moradores passaram a se articular e buscar cada vez mais para a disputa em torno da categoria favela. Buscaram o vereador Coelho Filho (PCB) para demandar melhorias na infraestrutura do Esqueleto através de um memorial assinado, segundo o *Gazeta de Notícias*, por quinhentos moradores. De acordo com esse jornal, o Esqueleto era uma das "favelas mais sacrificadas pelas autoridades municipais"[69], demonstrando que o local sofria não só com a ausência no oferecimento de serviços àquele local, mas também com as frequentes ações de desapropriação no local. Essa observação do jornal nos indica que a atuação da prefeitura no Esqueleto tinha a intenção de sufocar aquele espaço e seus moradores. Segundo Gonçalves, as localidades que mais sofriam ações deste tipo da prefeitura eram também aquelas com maior valor imobiliário. Não só Gonçalves, mas Pestana também afirmou que as ações da prefeitura no Esqueleto foram imbricadas pelo interesse do capital imobiliário, pois estava localizado próximo à Tijuca, bairro valorizado na cidade (PESTANA, 2016, p.100; GONÇALVES, 2013, p.97).

No início de 1950, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística publicou o seu Censo de Favelas do Distrito Federal, com muitas influências metodológicas do Censo de Favelas da Prefeitura do Distrito Federal. Ainda que tenha muitas semelhanças com o primeiro censo, este estudo foi construído com uma outra perspectiva sobre os moradores de favela da cidade. Alberto Passos Guimarães era diretor do IBGE no período daquela pesquisa, e por ter uma construção social e política diferente da de Victor Tavares de Moura, via os moradores de favela como trabalhadores de baixa renda, que pela crescente especulação imobiliária da cidade, não conseguiam habitar em locais com maior infraestrutura próximos aos postos de

69 "Na câmara municipal", *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1947.

trabalho (GUIMARÃES, 1953). Além disso, Guimarães busca fazer uma análise interseccional de classe e raça, que é inexistente no Censo de 1948. Afirma que "as atividades de caráter mais elevado' e as 'posições superiores' não são facilmente acessíveis" para as pessoas pretas e pardas, reconhecendo uma estrutura de hierarquia racial que alimenta a desigualdade espacial[70]. Entretanto, o recenseamento não especifica a quantidade de moradores por raça em cada localidade, limitando-se a apontar uma maioria de moradores pretos e pardos.

Neste relatório, Alberto Guimarães afirma que a burguesia industrial tinha muito interesse em determinadas favelas, principalmente aquelas localizadas em bairros com desenvolvimento industrial, que se nutria da mão de obra que habitava nas favelas (GUIMARÃES, 1953). Esse estudo revelou as regiões com o maior número de habitantes de favelas, sendo o bairro do Engenho Novo aquele com as favelas mais densas – dentre elas, o Esqueleto. A Favela do Jacarezinho tinha 18.424 habitantes, Mangueira 8.949, Esqueleto "do Maracanã" 6.770 e a Serra do Engenho Novo com 4.753 habitantes. Depois, Gávea e Copacabana eram os bairros com as favelas mais densas, A Praia do Pinto sendo a maior, com 7.142, na Gávea e Favela Euclides da Rocha, com 3.267 moradores, em Copacabana[71]. Isto se deve aos locais que eram mais atrativos para os trabalhadores de baixa renda, por ofertarem mais oportunidades de emprego, já que se tratava de bairros que estavam expandindo o setor industrial e de serviços. O "Morro Jacarezinho", como era chamado no censo, era a maior favela da época e estava localizado numa importante área industrial da Zona da Leopoldina – por isso, concentrava uma população tão grande. Seguindo a lista, as maiores localidades eram Mangueira, São Carlos, Praia do Pinto e Esqueleto, respectivamente.

70 Idem, p.20.
71 Idem, p. 40.

Assim, o Esqueleto, em 1950, era a quinta maior favela da cidade do Rio de Janeiro, o que passou a atrair as atenções e interesses de diversos setores sociais. Cada vez mais trabalhadores se mudam para o local, e em contrapartida, o poder público aumenta suas investidas para controlar a localidade[72].

Por conta disto, não se pode ignorar que a construção do Estádio do Maracanã, entre 1949 e 1950, impactou a vida dos moradores do Esqueleto e o espaço em si. Podemos verificar um aumento de 34,6% da população do Esqueleto no período de construção do Estádio (GUIMARÃES, 1953), que provavelmente tem relação com as obras do estádio. Ainda que não haja fontes que comprovem uma relação direta entre o aumento populacional do Esqueleto com a construção do Maracanã, podemos supor que parte dos trabalhadores da obra tenham passado a habitar no Esqueleto – assim como aconteceu em outras obras deste período, como a Avenida Brasil, em que moradores passaram a morar nas favelas que compõem a Maré (VIEIRA, 2008). Além disso, a construção do Estádio em si marca a tentativa do Estado de modernizar a região do Maracanã, com o maior estádio de futebol da América Latina. Aquela localidade passou a ser cada vez mais cobiçada pelas classes dirigentes que, com a construção do Maracanã, aproveitam para traçar um novo argumento em que justificaria a necessidade de extinção do Esqueleto. Boa parte dos jornalistas esportivos, incluindo Mário Filho – influente na construção e no projeto desse estádio –, afirmavam que a geografia escolhida para a construção daquele estádio, que iria ser o símbolo da Copa de 1950, era errônea por estar situado ao lado de uma favela[73]. No entanto, o governo apostou mesmo assim naquele espaço, que de todo modo é muito bem localizado na cidade, e constrói o estádio.

72 Idem, p. 21.

73 FILHO, Mário. "Pedra fundamental do Estádio Municipal", *Globo Sportivo*, 23 de janeiro de 1948. "Dutra faz o Estádio Municipal", *Jornal dos Sports*, 15 de março de 1950.

Além das reclamações sobre a precariedade da infraestrutura do Esqueleto e das invasões policiais, os moradores também se articularam em torno da categoria favela para lutar por seus direitos políticos. Em 1951, alguns moradores vão à redação do jornal *A Noite* para denunciar a perseguição da 8º Delegacia de Vigilância, que estava coibindo e agredindo moradores por conta de "queixas eleitorais". Os moradores afirmaram que estavam sendo cerceados a tal ponto pela polícia, que até o abastecimento das biroscas ficou prejudicado. Pediram também que parassem as revistas que "causavam vexame, principalmente nas mulheres"[74]. Esse não era o contexto político mais democrático que tivemos, havia pouco tempo que o PCB havia sido colocado na ilegalidade, e os moradores do Esqueleto que frequentemente buscaram ajuda das lideranças desse partido passaram também a ser alvo desta censura política.

De todo modo, o que podemos notar é que a organização e ação dos moradores se complexifica à medida que os ataques ao Esqueleto se tornam mais frequentes. Com a ilegalidade do PCB, os moradores do Esqueleto buscaram os parlamentares dissidentes desse partido e outros políticos que fossem mais abertos às suas demandas. É o caso do vereador Aristides Saldanha, que havia sido do PCB, mas com sua extinção migrou para o Partido Republicano Trabalhista, e foi procurado pelos moradores do Esqueleto. Na ocasião, o incêndio criminoso que havia destruído uma parte daquela localidade não seria investigado pelas autoridades municipais, apenas com o pedido de Aristides Saldanha, em nome dos moradores do Esqueleto, que um inquérito foi instaurado para a investigação do mesmo[75]. A prefeitura, no entanto, mandou apenas agentes municipais e bombeiros para cuidar dos desalojados, mas não indicou interesse em investigar as

74 "Um apelo ao chefe da nação e ao prefeito", *A Noite*, 23 de junho de 1951.
75 "Novamente na Câmara Municipal o problema das favelas do Rio", *Diário de Notícias,* 3 de junho de 1953

causas desse crime. O vereador, porém, abriu uma discussão delicada e polêmica na Câmara, acusando a própria prefeitura de ter agenciado aquele incêndio, por ter interesse na desapropriação daquele local. Além disso, o vereador Cotrim Neto, "da bancada independente", fez uma crítica à prefeitura, que poderia ter utilizado do orçamento municipal para socorrer as famílias desalojadas, mas que não o fez[76]. Na foto abaixo podemos ver o cenário do Esqueleto nesse episódio.

Figura 7 – Incêndio no Esqueleto foto da revista ***O Mundo Ilustrado,*** 3 de junho de 1953.

A revista *O Mundo Ilustrado*, ao narrar o acontecimento e também no subtítulo da manchete, deixou transparecer que o incêndio havia destruído todo o local, bem como o Última Hora. O Esqueleto tinha, neste período, mais de 6 mil habitantes, nem todos haviam sido afetados pelo incêndio, uma vez que o número de desalojados

76 "Novamente na Câmara Municipal o problema das favelas do Rio", *Diário de Notícias,* 3 de junho de 1953.

estava entre 500 e 1.000 pessoas. No entanto, esses jornais reforçaram a ideia de que a localidade havia sido destruída. Além disso, podemos notar na foto de capa da revista o local em que incêndio aconteceu, dentro da estrutura de concreto do Hospital das Clínicas, que segundo esta reportagem havia começado por conta de um acidente com querosene. Podemos ver na fotografia a quantidade de pessoas se movimentando para salvar pertences e ajudar aqueles que estavam feridos, a revista fala que o trabalho de apagar o fogo foi realizado pelos moradores em conjunto com os bombeiros. Nas imagens abaixo, podemos ver o desespero das pessoas para resgatarem os pertences que não haviam sido consumidos pelas chamas.

Figura 8 - Incêndio no Esqueleto, foto da revista *O Mundo Ilustrado*, 3 de junho de 1953.

Nesta imagem, podemos verificar que o Esqueleto já era um local muito povoado e que esse episódio havia impactado de forma muito grave a vida desses moradores. Os jornais que comentam esse episódio, de forma geral, falaram da solidariedade entre os moradores nos resgates e na decisão de permanecerem naquele espaço. Podemos

ver na foto moradores ajudando uns aos outros, levando móveis, cuidando de crianças e apagando chamas, como mencionou a revista. No meio à esquerda, podemos ver um rapaz de farda, provavelmente da guarda municipal, parado apenas observando enquanto os todos os moradores estavam correndo para salvar seus pertences. Mais uma vez, em vista do descaso público, se organizaram para disputar o seu direito à permanência no Esqueleto e para sobreviver frente às ações da prefeitura – constituindo-se cada vez mais enquanto um coletivo nessa luta por permanência e direitos (SADER, 1988, p.10).

O prefeito Dulcídio Cardoso junto com o presidente da Comissão de Extinção das Favelas, coronel da polícia militar Osvaldo Melquiades, prometeram deslocar os desabrigados do Esqueleto para algum Parque Proletário, sem necessariamente que esses moradores concordassem[77]. De forma contrária ao que interessava à prefeitura, os moradores desejavam permanecer no Esqueleto e logo trataram de improvisar suas casas com lençóis e materiais não convencionais para garantir a permanência no espaço. Os moradores falaram com o Última Hora e demandaram providências cabíveis da prefeitura para a reconstrução de suas casas. Além disso, reclamaram em uníssono do descaso das autoridades municipais em resolver aquela situação. Um morador exclamou: "esse negócio de falar não adianta. Nós estamos com frio e fome!". Segundo outros habitantes locais, a prefeitura não cumpriu com o prometido, nem realocou os desabrigados num dos Parques Proletários. Uma moradora que estava numa tenda improvisada chegou a afirmar que "não adianta nem mais jornal falar, só quando Deus quiser", indicando não só o abandono àquelas pessoas vinte dias após o ocorrido, mas a ineficiência e omissão da prefeitura diante daquela calamidade[78].

77 "O incêndio na Favela do Esqueleto", *A Noite,* 1 de junho de 1953.
78 "Agora são de pano os barracos do Esqueleto", Última *Hora,* 22 de junho de 1953.

Ainda que a reportagem do Última Hora tenha ido coletar depoimentos dos moradores sobre o incêndio – majoritariamente em tom de cobrança –, o título e no subtítulo da coluna fizeram a opção de reforçar que "agora são de pano os barracos do Esqueleto" e que se faziam de "trapos, lençóis e colchas na antiga favela". Mesmo com os moradores permanecendo na localidade após o incêndio, o autor da coluna decidiu afirmar que se tratava de uma "antiga favela". A afirmação cria uma ideia de que o Esqueleto havia acabado, contudo isso não passava de uma notícia tendenciosa e comprometida com a sua extinção – ainda que no imaginário[79]. Essa era uma forma de reforçar os estigmas e a opinião pública sobre o destino final que essas localidades deveriam ter. Mesmo tendo sido um incêndio que desalojou entre 500 e 1.000 famílias, a notícia do incêndio em si repercutiu muito pouco nos jornais da imprensa comercial. Apenas o *Diário da Noite, Diário de Notícia, Mundo Ilustrado* e Última Hora que mencionam o ocorrido e deram algum destaque para as cobranças dos moradores à prefeitura, para recuperar suas moradias. Os outros jornais mencionam apenas a condição de maior precariedade do Esqueleto após o acidente, mas seguem com as reportagens sensacionalistas sobre crimes que ocorriam no local[80].

Mesmo após este incidente, os moradores continuaram buscando os jornais e as autoridades públicas para garantir melhorias no local. Nesse contexto, o vereador Aristides Saldanha continuou pressionando outros vereadores e a prefeitura para que medidas cabíveis fossem tomadas, a fim de resolver o desalento dos moradores que tiveram suas casas perdidas. O presidente do PTB, João Goulart, esteve no local depois do incêndio e ofereceu os serviços do médico do partido aos que haviam se ferido na ocasião, também prometeu que iria pressionar as autoridades públicas, incluindo o presidente

79 Idem.
80 "Crime de morte na Favela do Esqueleto", *Correio da Manhã*, 26 de agosto de 1953.

Getúlio Vargas, para financiar a recuperação das moradias dos desalojados[81]. Não apareceu nos jornais alguma medida que tenha sido executada pela prefeitura, no intuito de acolher e auxiliar os moradores do Esqueleto. Dessa forma, fica evidente que a reconstrução do Esqueleto foi feita pelos próprios moradores do local. Essa omissão da prefeitura em prestar serviço àquela localidade e seus habitantes nos indica uma postura a favor da destruição completa daquele local. Os jornais falam inclusive da esparsa ajuda dos bombeiros, justificando que "os moradores atrapalharam a ação dos bombeiros carregando seus móveis"[82] – numa tentativa de culpabilizar os moradores mesmo num momento em que sofriam com uma tragédia. A omissão de socorro do Estado pode nos indicar a intenção da prefeitura de desocupar o Esqueleto e deixar o terreno livre para a intervenção do capital imobiliário, como ocorreu no Largo da Memória e Favela da Praia do Pinto, incendiadas pela prefeitura (VALLADARES, 1978).

Em contrapartida, a polícia passou a ser cada vez mais presente no ambiente. Boa parte das notícias sobre o Esqueleto que apareceram logo após o incêndio estavam localizadas nas seções policiais. Os jornais mencionavam diversos episódios de tiroteios, em que diversas vezes moradores eram atingidos[83]. Além de sofrerem com a violência, os moradores do local eram alvo de reportagens que afirmavam que "a Favela do Esqueleto não passa de um covil de vagabundos", associando todos os moradores do local à atividades criminosas[84]. Neste sentido, passaram a ser cada vez mais comuns as reportagens que reproduziam esse imaginário, reforçando a ação da polícia nesses locais e a metáfora de "cidade

81 "Mar de chamas na Favela do Esqueleto", *Diário da Noite,* 30 de maio de 1953.
82 "O incêndio na Favela do Esqueleto", *Mundo Ilustrado*, 9 de junho de 1953.
83 "Bandidos romperam o cerco na batalha campal na Mangueira", Última *Hora,* 24 de agosto de 1953. "Na favela do Esqueleto", in "Ronda na Cidade", *Correio da Manhã,* 28 de outubro de 1953. "Tiroteio na favela do Esqueleto", *Correio da Manhã,* 16 de janeiro de 1954.
84 "Morto um quadrilheiro na Favela do Esqueleto", Última *Hora*, 8 de setembro de 1953.

em guerra" – em que esses grupos de lugares mais precarizados estariam colocando a segurança da cidade em risco, logo precisavam ser coibidos pela polícia. Segundo Márcia Leite, esse discurso era muito pautado no mito da marginalidade, o que justificaria as ações desmedidas nesses locais para combater o crime organizado (LEITE, 2012, p.379).

As incursões dos policiais atrás de bandidos aterrorizavam mulheres e crianças no Esqueleto, que em um determinado momento se aproximaram à Associação Feminina do Distrito Federal para pedir que essas "operações de guerra" parassem no Esqueleto – exclamando que elas precisavam de "escolas para seus filhos", acesso à higiene e saúde[85]. As moradoras, ao entrarem em contato com essa associação de mulheres, majoritariamente da classe média da cidade, mobilizam a categoria favela para demandar serviços que ainda não acessavam. Tudo indica que as crianças do Esqueleto estudavam na escola municipal da Mangueira pelo menos desde a década de 1940. Entretanto, com o crescimento do Esqueleto e da Mangueira, essa escola provavelmente não dava conta de absorver todas as crianças. Por isso, essas moradoras do Esqueleto indicaram a importância da construção de uma escola dentro daquele local. Interessante também salientar esse movimento de mulheres no Esqueleto, que se articularam com a finalidade de garantir acessos mínimos a seus filhos e a sua localidade. Silvia Federici mencionou que o primeiro movimento que podemos identificar como feminista foi justamente organizado por mães que lutavam por políticas sociais para manutenção da vida de seus filhos (FEDERICI, 2019, p.88). Dessa forma, ainda que o movimento de mulheres do Esqueleto não pareça necessariamente feminista, pode de algum modo ser encarado como tal, já que se organizaram apenas entre mulheres para demandar políticas sociais que garantissem a manutenção de sua vida e de sua família, com demandas que iam

85 "Escolas para seus filhos", Última *Hora,* 25 de janeiro de 1954.

além das escolas, passando pelo acesso à postos de saúde, saneamento básico e o fim da violência policial[86].

É neste contexto, de acirramento das disputas entre moradores do Esqueleto que a União dos Trabalhadores Favelados foi fundada pelo advogado e integrante do Partido Comunista Brasileira, Magarinos Torres Filho, numa tentativa de criar centralidade para as lutas dos trabalhadores favelados contra a desapropriação e demais violações de direitos. Essa associação foi a primeira a construir uma organização conjunta dos moradores de diferentes localidades da cidade. Tiveram atuação em diversas localidades, incluindo o Esqueleto, onde buscaram defender as reivindicações dos moradores por melhor infraestrutura urbana, que estava presente em outros pontos da cidade, como escolas, iluminação, redes de água e esgoto, entre outras coisas. De acordo com Marco Pestana, se tratava de um momento de ebulição do associativismo nas favelas da cidade e neste sentido, os moradores do Esqueleto acompanharam esse processo, se apropriando da UTF como uma ferramenta de luta por seus direitos desde 1954, mesmo ano em que a associação havia sido fundada (PESTANA, 2016, p.68). As demandas fundamentais desta associação eram a permanência das moradias nas localidades, acesso às infraestruturas urbanas e na luta por direitos, numa tentativa de se proteger das ações violentas do Estado.

Os pedidos aos jornais e à Câmara para que cessassem as "blitz" e abusos de força policial continuaram por parte dos moradores. Numa ocasião, a violência cometida pela polícia foi tão severa que os moradores mais uma vez se organizaram para ir ao gabinete do ministro da justiça, "clamando pelo fim da violência policial na Favela do Esqueleto"[87]. Novamente, os moradores utilizaram a categoria, com a finalidade de se proteger de ataques da Prefeitura e da polícia militar. Demandaram nessa

86 "Escolas para seus filhos", Última *Hora,* 25 de janeiro de 1954.
87 "Centenas de favelados clamam contra a violência policial", Última Hora, 25 de janeiro de 1955.

reunião que fossem respeitados enquanto trabalhadores e que parassem as invasões nas casas dos moradores e revistas que coibiram, inclusive, as mulheres do local. Uma professora, que mantinha uma pequena escola no local para alfabetizar as crianças, se queixou de ameaças feitas pela Guarda Municipal para que fechasse o espaço. Além de social, o perigo representado pela localidade parecia também político – como mostrava o caso do operário da Fábrica Corcovado, que foi preso na região do Esqueleto, onde morava, por panfletar em apoio ao senador Mozart Lago, chegando a perder o emprego na fábrica que trabalhava[88]. Não podemos ignorar a reclamação anterior dos moradores de ações violentas da polícia por questões políticas[89]. Isto nos indica uma restrição do exercício político de moradores do Esqueleto.

Outras graves denúncias de tortura e abuso de poder, principalmente por parte da Guarda Municipal e Policia Militar, foram feitas pelos moradores. Concluíram a entrevista pontuando que "em Copacabana também há criminosos", cobrando que as autoridades agissem da mesma forma nesse bairro que agiam no Esqueleto. Não à toa os moradores utilizaram o exemplo de um bairro valorizado, para evidenciar a diferença no tratamento policial, que se pautava não só pelo preconceito de classe, mas principalmente racial. Com essa provocação, os moradores demonstraram uma identificação com a categoria favela, em que estavam unidos e articulados. Como sugerido por Eder Sader (SADER, 1988, p.10), evidenciavam com isso a formação de laços de identidade que não se articulavam por filiações partidárias, religiosas ou institucionais. Como trabalhadores que eram, em sua maior parte negros, criavam laços baseados no compartilhamento de experiências enquanto moradores do Esqueleto, passando a ter na categoria favela uma das bases principais de sua articulação.

88 "Preso operário quando fazia propaganda eleitoral", Última *Hora,* 2 de outubro de 1954.
89 "Um apelo ao chefe da nação e ao prefeito", *A Noite*, 23 de junho de 1951.

Os estigmas para além da luta

> Paraíso dos bandidos mais perigosos, refúgio das prostitutas, dos foragidos da Lei, escola dos vícios e também reduto das famílias despejadas e moradia de gente humilde, tudo isto misturado formou a Favela do Esqueleto, palco de tantas tragédias e tantos outros acontecimentos terríveis e festivos. Lágrimas e sorrisos só eram notados nos rostos das crianças. (ANJOS, 1969)

Essa descrição do Esqueleto, feita em 1969 pelo jornalista pernambucano Geraldo dos Anjos, faz parte de uma série de narrativas que ele criou para compor um livro de contos intitulado *Os dias agonizantes da Favela do Esqueleto*. A forma pela qual o autor enxergava aquele local, misturando realidade com ficção, produziu uma obra que descreve apenas as ausências e experiências negativas de seus moradores e o imaginário social constituído em torno delas, como na citada acima. Boa parte dos contos, ainda que tratem sobre o cotidiano dos moradores, não passa de um relato de violências que seriam, para esse autor, constantes no Esqueleto. O autor elenca diversos agentes sociais entendidos como à margem da sociedade: prostitutas, ladrões e pessoas adictas como os principais componentes daquele local, com a intenção de depreciar e reforçar a marginalização dos moradores. Afirma que o Esqueleto se tratava de um "palco de tantas tragédias e tantos outros acontecimentos terríveis e festivos"[90], reforçando que as experiências negativas se sobrepunham às positivas. Dessa forma, a maneira pela qual o autor caracteriza a região sugere que ele via o Esqueleto como um refúgio para os indivíduos que estavam à margem da sociedade, fugindo das normas morais e bons costumes. Sabemos que não foi a mistura desses elementos que originou o Esqueleto,

90 Idem.

como o autor afirmou nesse trecho. O que fundou o Esqueleto foi a articulação coletiva de trabalhadores de baixa renda do Ministério da Fazenda para negociar o acesso ao loteamento do Esqueleto.

O jornalista pernambucano do *Jornal do Commercio* era o responsável pelas reportagens policiais, dessa forma, tinha o costume de andar por diversas localidades da cidade. A partir das experiências dessas andanças, também no Esqueleto, o jornalista decide narrar a vida do bandido Pajeú – o nome é em menção a um rio pernambucano – que teria "alma de anjo". Uma espécie de anti-herói, ao estilo Hélio Oiticica (OTICICA, 1968), em que era amado pelos moradores do Esqueleto, por conta de sua prestação de ajuda, e odiado pela polícia. As crônicas narram um pouco da contradição desse personagem, sempre com o pano de fundo estereotipado do Esqueleto e seus habitantes – principalmente as crianças. Segundo comentário de Mário Valle[91], na orelha do livro, Geraldo dos Anjos seria um "historiador de costumes", por trazer esses "relatos agonizantes da Favela do Esqueleto". Essa história dos costumes estaria pautada pela lógica hegemônica, em que percebia tanto o espaço do Esqueleto quanto seus moradores através do olhar policialesco, racista e higienista.

Uma série de dedicatórias é feita pelo autor à batalhões da polícia militar e ao governador em exercício na publicação do livro: Francisco Negrão de Lima. Esse governador foi um dos grandes agentes do capital imobiliário, responsável pela extinção de dezenas de favelas pela cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a bibliografia, Negrão de Lima destruiu mais favelas do que seu antecessor Carlos Lacerda, ainda que o imaginário reforce o contrário (GONÇALVES, 2013, p.210).

91 De acordo com o Memorial da Resistência de São Paulo, Luiz Mário Valle Correio Lima (1945), seria um coronel do Exército. Serviu no 1º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1970. Foi acusado de sequestrar, torturar e assassinar um militante. Na comissão da verdade não se defendeu das acusações, permanecendo calado durante o depoimento. Acessado em 29/10/2022.

Enquanto isso, o autor menciona que "sem os moradores do Esqueleto não teria feito o livro" e que com eles havia aprendido muito e partilhado "emocionados e raros momentos festivos". Mesmo tendo reforçado constantemente a agonia que era morar no Esqueleto, o autor confessa que havia momentos de alegria e lazer entre os moradores. Podemos encarar, inclusive, esses festejos como uma forma de resistência aos ataques que vinham sofrendo e que só lhes causavam mazelas.

Assim como Geraldo dos Anjos, os seus pares também reproduziram o mesmo tipo de percepção do Esqueleto e de seus moradores, mesmo aqueles que estavam escrevendo para jornais mais progressistas, como *A Luta Democrática* ou *Tribuna Popular.* Os jornais da imprensa empresarial foram os principais responsáveis pela consolidação dos estigmas sobre o Esqueleto. Abaixo podemos verificar uma manchete sobre uma incursão da polícia no local.

> A expedição militar enviada até à Favela do Esqueleto houve-se airosamente em missão, cercando o objetivo e provocando a rendição em massa do inimigo. Seiscentos prisioneiros, farto material bélico apreendido e levantamento do moral da tropa, constituem o proveitoso saldo desta operação que, no setor artístico e histórico, assinalou também feitos de suma importância.
>
> Reconquistou o Brasil, para seus museus, presas de guerra de valor inestimável até então em poder de destacados cabos de guerra do Território Livre do Esqueleto[92].

Os termos adotados pelo colunista do *Correio da Manhã* dão a impressão de que se descrevia uma batalha contra um exército inimigo. De fato, se tratava de uma "operação de guerra", como as mulheres do Esqueleto já haviam pontuado em entrevista[93], empreitada

92 "Os decoradores do Esqueleto", *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1955.
93 "Escolas para seus filhos", Última *Hora,* 25 de janeiro de 1954.

pela polícia. De forma bem nítida, os moradores foram colocados como inimigos da sociedade e da ordem. Eram, segundo o *Correio da Manhã*, "cabos de guerra do Território Livre do Esqueleto", ou seja, soldados de um território que não pertencia à cidade. Nas linhas seguintes, a coluna menciona que o "Território Livre do Esqueleto"[94] fazia "fronteira com a cidade do Rio de Janeiro", reforçando a ideia de desintegração da cidade. Como consequência, abria-se margem para a construção da "metáfora da guerra", que justifica até hoje operações policiais nesses locais (LEITE, 2012, p.379). Já que esses territórios eram colocados como à parte do espaço citadino, poderiam ser atacados como verdadeiros inimigos de guerra. Além disso, acharam nessa "expedição militar" três urnas funerárias, que se verificou serem de inconfidentes da Conjuração Mineira. As urnas estavam num determinado "bungalow", dentro da estrutura de concreto, cujos moradores Chico Oliveira e Lulu Cabral são acusados de terem roubado essas urnas, que usavam como objeto decorativo de suas casas, sem ter ciência do que se tratavam aquelas urnas. Essas "relíquias históricas eram de propriedade do Serviço do Patrimônio Histórico"[95] e estavam dentro da estrutura do Hospital das Clínicas desde o abandono desse projeto pelo governo federal. Ainda que os moradores não tivessem noção de que se tratavam de urnas de inconfidentes, os jornais e as autoridades públicas logo trataram de os culpar por ter tomado posse de objetos que haviam sido abandonados pelo Estado. Atualmente, as urnas encontradas no Esqueleto estão expostas no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

A descrição dessa "expedição militar" nos indica que, apesar dos moradores terem feito diversos esforços para positivar a categoria favela, reafirmando aquele espaço enquanto um território da classe

94 "Os decoradores do Esqueleto", *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1955.
95 "Os decoradores do Esqueleto", *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1955.

trabalhadora, os jornais mantiveram os discursos que alimentavam o mito da marginalidade. Um colunista do Última Hora que assinava como Everardo, responsável pela coluna "Hora Bolas", definia como uma "geografia de morte a do Maracanã: ao sul a favela do Esqueleto, onde se mata qualquer um". A afirmação em tom de piada do colunista nos indica que essa percepção do Esqueleto e de seus moradores estava bem consolidada na sociedade, a ponto de fazer graça com esse estigma – o que de certo modo só reforça mais o preconceito[96].

Com o amplo apoio da imprensa do período a este tipo de ação violenta do Estado, os "cercos" policiais se tornaram cada vez mais frequentes, ainda que os moradores fizessem denúncias afirmando as violações cometidas por parte dos policiais. Em abril de 1956, uma "blitz" é armada no Esqueleto, bem na altura do Estádio do Maracanã, em que segundo Última Hora, cerca de "quinhentos homens da polícia militar e cães amestrados" fazem uma "blitz espetacular". Na imagem a seguir, podemos ver a entrada do Estádio do Maracanã bem ao fundo da cena.

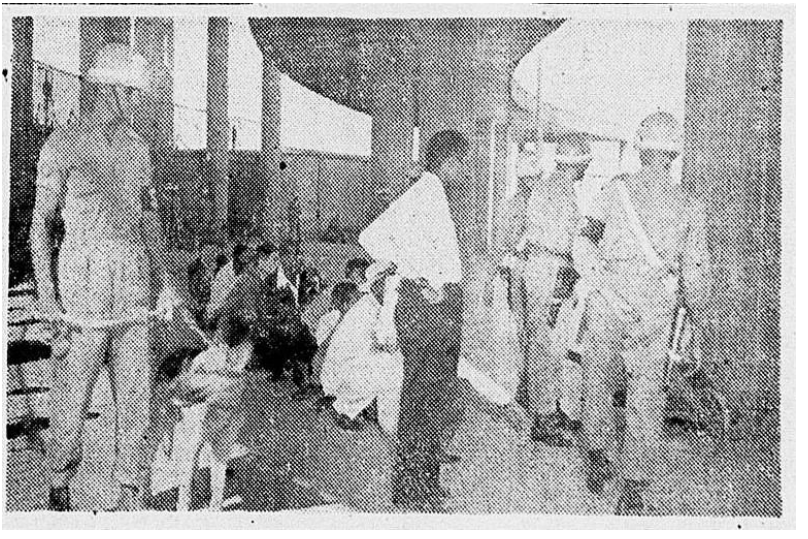


Figura 9 – Foto Última ***Hora*** do cerco policial com cães no Esqueleto, 4 de abril de 1956.

96 "Geografia da morte", Última *Hora,* 1 de dezembro de 1956.

Podemos verificar nesta fotografia moradores sendo revistados pela polícia, no canto esquerdo podemos ver um guarda de pé segurando um cachorro – usado na blitz, enquanto moradores estavam sentados no chão – de forma acuada – atrás de outros três guardas, que aparecem no canto direito da foto. Ao fundo, podemos ver os pilotis do Estádio do Maracanã, indicando que essa revista estava sendo feita justamente na entrada do estádio que dava de frente para o Esqueleto, sendo separados apenas pelo Rio dos Cachorros[97]. Após a construção do Estádio Maracanã, essa região passou a ser mais controlada pela polícia, uma vez que se consolidou como uma área valorizada por conta disso, diversos jornalistas, em especial Everardo do Última *Hora,* que fez duras críticas à proximidade do estádio com o Esqueleto.

Atrelado a isso, havia uma dificuldade desde os anos 1950 de abastecimento no local, devido a essas "blitz", que segundo os moradores, revistavam todas as mercadorias, impedindo várias de entrarem no Esqueleto[98]. Essas ações da polícia aumentaram a carestia no Esqueleto, num período em que o poder de compra de famílias de baixa renda já estava reduzido[99]. Esse movimento das classes dirigentes era uma tentativa de desoxigenar o Esqueleto, até que fosse inviável para os moradores se manterem no local.

No entanto, os moradores continuaram se posicionando contra esse tipo de narrativa da imprensa e também contra a abordagem da polícia. Novamente, apelaram para os jornais, a fim de denunciar os abusos da força policial, em que chegam a afirmar que estavam com "repulsa da violência das autoridades"[100]. Essa denúncia deixou explí-

97 "500 policiais e cães amestrados no cerco do Esqueleto", Última *Hora*, 4 de abril de 1956.
98 "Centenas de favelados clamam contra a violência policial", Última *Hora*, 25 de janeiro de 1955.
99 "Campanha contra a carestia", *Correio da Manhã,* 28 de março de 1955.
100 "Repulsa dos favelados à violência das autoridades", *A Luta democrática*, 22 de junho de 1956.

cito o medo desses da experiência de guerra que havia sido imposta pelo Estado, demonstrando estarem temerosos com as consequências dessas ações. A experiência dos moradores competia com uma narrativa hegemônica, pautada no mito da marginalidade e no racismo. A partir dos relatos dos moradores, podemos verificar que durante a década de 1950, o imaginário negativo sobre o Esqueleto se consolidou, sendo marcado por um maior controle policial.

Num dado momento do livro de Geraldo dos Anjos, é mencionado o depoimento de uma moradora, que ele chamou de Selma. Segundo Geraldo, a mulher sonhava em um dia viver num local "sem tiroteio, sem ver a violência da polícia, arrombando as portas dos barracos durante as blitz". O anseio da moradora, neste conto de Geraldo, demonstra que a reclamação e insatisfação dos moradores com esse tipo de ação da polícia era frequente e geral nos habitantes do Esqueleto. O autor menciona, inclusive, que muitos repórteres eram mobilizados pela imprensa para acompanhar a captura de "marginais" no Esqueleto. Essa observação do autor nos indica que havia um interesse da imprensa comercial em vender esse tipo de noticiário de violência que tivesse as favelas como um pano de fundo, assim como ainda hoje fazem sucesso os jornais televisivos de caráter sensacionalista e policialesco. No entanto, o autor não menciona essa mobilização da imprensa para cobrir "caçadas de desgraçados" em tom crítico, mas sim corroborando com esse movimento (ANJOS, 1969). Geraldo construiu, dessa forma, uma narrativa em que se fazia necessária a desapropriação do Esqueleto.

A partir do livro e dos jornais, podemos verificar o quanto o mito da marginalidade estava entranhado nas manchetes e no imaginário daqueles que não viviam nas favelas. Assim como no início do século XX, os escritores e jornalistas continuaram influentes na construção de um determinado olhar para essas localidades (VALLADARES, 2005, p.59) – geralmente partindo de estereótipos racistas

e higienistas, para retratar os problemas cotidianos e reforçar ações de coerção do Estado. Como os moradores conseguiam acessar os jornais para expor suas angústias e demandas, tanto para a sociedade civil quanto para as autoridades públicas, podemos verificar que os jornais eram espaços de disputa de narrativas sobre o que se passava na Favela do Esqueleto (PEREIRA, 2016, p.1-21). Os moradores levavam suas experiências para o jornal, fazendo oposição aos estereótipos aos quais se pautavam boa parte dos discursos da imprensa do Rio de Janeiro e mostrando outras facetas da Favela do Esqueleto e de seus habitantes.

Até o final dos anos 1950, os moradores resistiram às inúmeras tentativas de desestruturação do Esqueleto. O incêndio, as operações policiais, o desabastecimento e a falta de serviços públicos foram alguns dos obstáculos que esses moradores tiveram que encarar para permanecer na localidade, tendo a prefeitura como algoz. Conforme o tempo seguia, eram cada vez mais percebidos como indesejáveis e perigosos àquela região e à cidade, de forma geral. Assim, podemos verificar que a definição do Esqueleto como uma favela foi parte do processo de estigmatização, dos moradores e do local, que tinha como objetivo afastar a pobreza das áreas nobres da cidade, tornando "agonizante" os dias ali, como disse Geraldo dos Anjos. Nesse momento, a campanha e atuação da Prefeitura no sentido de extinguir esse espaço da cidade se intensificaram, contudo, tiveram que contar com a resistência dos moradores, que não estavam dispostos a sair daquele espaço e a renunciar a seus direitos.

Seja favelado, seja herói

Entre 1950 e 1960, as favelas do Rio de Janeiro registraram um crescimento exponencial, o Esqueleto em si cresceu cerca de 50% entre essas décadas[1]. Com a expansão das moradias nessas localidades, a disputa dos trabalhadores de baixa renda por acesso à cidade se tornava cada vez mais acirrada, uma vez que o discurso a favor da erradicação desses espaços vinha ganhando cada vez mais força. Ao final da década de 1950, a Favela do Esqueleto já estava mais do que condenada ao desaparecimento. Ainda em 1957, a Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan) anunciou a obra da primeira linha do "metrô carioca", que ligaria o Largo da Lapa à Praça Saens Peña. A linha do metrô cortaria um trecho da Favela do Esqueleto e, segundo a Sursan, seria necessária a desapropriação de parte da localidade para a construção das estações de embarque e desembarque do metrô[2]. Os bairros da Tijuca e do Méier se tornavam regiões cada vez mais atrativas para o capital imobiliário e para as obras modernizadoras da prefeitura do Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara (GONÇALVES, 2013, p.238). Podemos notar, de todo modo, que a prefeitura do Distrito Federal, mesmo com a vigência da Lei das Favelas de 1956 (que assegurava a permanência das habitações das favelas da cidade e congelamento dos aluguéis[3]), decidiu

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento de Favelas do Rio de Janeiro 1960*, 1961.

2 "Linha de Metrô e remoção do Esqueleto pela Sursan", Última *Hora,* 03 de maio de 1957.

3 A Lei das Favelas foi aprovada em 1956, e previa que os moradores de favela não poderiam ser despejados por dois anos, após a publicação da lei, e também seria assegurado aos moradores a permanência nas suas habitações. Num primeiro momento a Lei parece beneficiar os favelados, contudo os coloca em conflito direto com os proprietários dos terrenos. Como o Esqueleto estava situado num terreno público, a medida só garantiu a permanência dos mo-

criar um novo projeto de obra pública para a localidade, em que se considerava a desapropriação parcial do Esqueleto. Podemos notar que, mesmo com a Lei das Favelas em vigor, um projeto de intervenção foi direcionado ao Esqueleto, o que pôs em xeque a legitimidade desta lei.

De forma dialética, os moradores do Esqueleto permaneceram se articulando e se organizando à medida que os ataques da prefeitura se intensificaram. Tanto que em 1959, os moradores do Esqueleto, em conjunto com moradores de outras favelas da cidade, promoveram um Congresso de Favelados[4]. O objetivo do congresso, além de alinhar as pautas dos moradores de favela, era o de construir uma crítica à Serfha, Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas. Esse órgão, criado em 1956 como substituto da Comissão das Favelas instaurada três anos antes, tinha como objetivo não apenas o combate à expansão de novas favelas na cidade, mas também a erradicação daquelas já existentes (GONÇALVES, 2013, p.228). Entretanto, podemos notar que, para os moradores destas localidades, o papel da Serfha deveria ser o de um órgão que promovesse melhorias nas localidades que havia se proposto a atuar. Não vendo essas melhorias, os moradores, principalmente do Esqueleto, questionam o funcionamento dessa organização. Segundo Gonçalves, a Serfha pouco cumpriu com o

radores no local por aquele período de aplicação da lei. Cf.: GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos.* Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013, pp. 193.

4 "Congresso de Favelados vai mostrar ao Prefeito que a Serfha não existe", *Correio da Manhã,* 2 de abril de 1959. A pesquisa de Juliana Oakim Mello apontou que o primeiro Congresso de Favelados ocorreu apenas em 1964, a partir da ação da FAFEG nessas localidades, no entanto, o primeiro congresso que podemos ter notícia ocorreu no Esqueleto em 1959, graças às ações da Associação dos Homens de Boa Vontade. Cf.: MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. *""Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970".* 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

que prometeu, no sentido de erradicação e controle das favelas. De forma contrária, pode-se notar uma expansão dessas localidades entre o final dos anos 1950 e início de 1960[5].

Neste congresso, os moradores do Esqueleto, através da figura de Antônio Emídio reforçam a mudança do nome da localidade para "Bairro Nossa Senhora das Graças", afirmando que quem visitasse a "antiga Favela do Esqueleto" ficaria surpreendido com o trabalho de melhoramentos já executado pela "Associação dos Homens de Boa Vontade". A associação era composta por "operários cristãos" que, em prol da "antiga Favela do Esqueleto", articularam mutirões para autoconstrução na localidade, além de negociarem encaminhamentos a escolas e hospitais para os moradores[6]. Segundo Antônio Emídio, presidente da Associação, os moradores do Esqueleto estavam prontos para cooperar com a prefeitura para a promoção de melhoramentos na localidade. De forma estratégica, podemos notar que a Associação dos Homens de Boa Vontade, formada por alguns moradores do Esqueleto, decidiu mudar o nome da localidade utilizando a categoria bairro e abandonando a categoria favela – escolhendo ainda para isso o nome de uma divindade católica. Essa ação demonstra as estratégias dos moradores para permanecer no local e conquistar melhorias – e se fosse necessário para isso ressignificar o nome do Esqueleto para outro termo, que condissesse com a moral cristã e as normas urbanas, esses moradores estavam dispostos a fazê-lo.

Essa aproximação aos discursos da Igreja Católica tinha a ver com o fortalecimento das ideologias sociais católicas dentro dos movimentos sociais de favela, que tiveram a figura de Dom Hélder Câmara, um importante articulador político entre o Estado e os moradores de favela. O

5 Idem.

6 "Congresso de Favelados vai mostrar ao Prefeito que a Serfha não existe", *Correio da Manhã,*

2 de abril de 1959.

bispo havia se tornado mais popular entre os favelados após a construção da Cruzada São Sebastião, conjunto que não só abrigou os moradores desapropriados da Favela da Praia do Pinto, na Lagoa, como também garantiu que esses moradores ficassem próximos de seus postos de trabalho. Essa conquista se tornou uma prova de que era possível transferir moradores para conjuntos habitacionais nas regiões em que já habitavam. Por isso, os moradores do Esqueleto buscaram uma conexão com Dom Hélder, numa tentativa que o líder católico pudesse mitigar as ações da prefeitura no local, assim como havia feito com os moradores da Praia do Pinto[7]. Segundo Valladares, a aproximação dos moradores de diversas favelas à Dom Hélder vem a reboque da ilegalidade do Partido Comunista, que havia se tornado um importante aliado na luta dos moradores de favela. Com a suspensão dos direitos políticos deste partido, os moradores do Esqueleto passaram a se aproximar da figura de Dom Hélder, que atuava ativamente nos debates sobre desapropriação de favelas (VALLADARES, 2005, p.75). Essa mudança das figuras que os moradores do Esqueleto se aproximaram nos indicam uma certa autonomia do movimento de moradores do Esqueleto (SADER, 1988, p.10), que num dado momento estiveram mais próximos ao PCB e que, por conta da sua ilegalidade, se aproximaram à figura de Dom Hélder Câmara, que representava as ideologias sociais da Igreja Católica.

Dessa forma, a Associação dos Homens de Boa Vontade se identificava enquanto um movimento que seguia essas ideologias sociais católicas, representadas naquele período pela figura de Dom Hélder. Essa Associação se apresentou publicamente pela primeira vez quando a prefeitura, por conta dos projetos de obras públicas da região, ameaçou o local de despejo[8]. A repor-

7 "Moradores da Favela do Esqueleto fazem apelo à Dom Helder Câmara e a Prefeitura do Distrito Federal", *Correio da Manhã*, 14 de março de 1959.
8 "Favela do Esqueleto em pé de guerra: Prefeitura do Distrito Federal quer despejar 70 mil pessoas", Última Hora, 9 de março de 1959.

tagem mencionou o número de 70 mil pessoas a serem expulsas do Esqueleto pela Sursan, para a construção da Avenida Radial Oeste que ligaria a Zona Norte ao Centro. O número de moradores citado pela reportagem se tratava de um exagero, de caráter sensacionalista, com intenção de alarmar a opinião pública para a densidade demográfica do Esqueleto. Claudio Ramos, associado e morador do Esqueleto, afirmava que os moradores queriam "ser tratados como homens e não como bichos", defendendo que a medida da Sursan e da prefeitura representava um ataque direto à dignidade dos moradores daquele local. Além disso, Cláudio Ramos explica que o "bairro Nossa Senhora das Graças" estava organizado pela luta por acesso aos seus direitos enquanto moradores da cidade. Afirma ainda que era inviável para os moradores do Esqueleto, que recebiam um salário-mínimo, serem deslocados para bairros distantes como Parada de Lucas e terem que "despender mais dinheiro com transporte"[9]. Claudio Ramos mencionou que, a partir daquele momento, iniciava-se uma forte disputa entre os moradores do Esqueleto e a Sursan.

O discurso de Claudio mobilizou uma série de questões importantes, dentre elas, a percepção de que os moradores do Esqueleto estavam sendo tratados pela prefeitura como animais, sendo desconsiderados e excluídos do planejamento urbano da cidade. A fala de Cláudio nos deixou evidente a consciência dos moradores sobre o olhar eugenista e racista do governo lançado para o Esqueleto. Por isso, traçaram estratégias diversas e buscaram, por dentro da dinâmica das classes dirigentes e dos signos hegemônicos, lutar pela permanência no Esqueleto – apelando mesmo para a mudança de nome e de categoria espacial para garantir o maior acesso à direitos e pertencimento à cidade. Tratava-se de uma luta que partia das margens da cidade,

9 Idem.

ainda que o Esqueleto estivesse localizado num ponto central no mapa do Rio de Janeiro.

Com a transferência da capital federal para Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek, foi puxada a demanda por parlamentares da UDN visando transformar a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, em um novo estado da federação, junto à cidade de Niterói. Essa medida tinha o intuito de manter o status e protagonismo que a cidade havia conquistado desde a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro no século XVIII. De acordo com Gonçalves e Amoroso, a transferência da capital para Brasília trouxe à tona problemas antigos da cidade, principalmente a questão habitacional, que havia se tornado pauta principal nos debates públicos. Isto se devia ao crescimento das favelas na década de 1950, nesse sentido, o projeto de modernização da cidade, pautado pelo discurso do nacional desenvolvimentismo, indicava, mais um vez, que a as favelas não deveriam fazer parte da paisagem moderna da cidade (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p.209-226). O Estado da Guanabara é fundado então, em 1960, tendo projetos pautados principalmente pelo interesse do capital imobiliário e industrial, que tinha atenção concentrada neste período, na modernização dos bairros da Tijuca e Méier. Essa transformação eleva o Rio de Janeiro à cidade-Estado, na tentativa de manter o prestígio e centralidade política de capital federal.

O primeiro governo da Guanabara foi de Carlos Lacerda, da UDN, grande defensor da criação do novo estado. Sua gestão foi marcada pela contradição em relação às favelas da cidade, ora indicando a necessidade de erradicação de algumas, ora promovendo pequenas melhorias em outras. Lacerda buscou, durante sua gestão, incorporar os interesses do capital imobiliário e da burguesia carioca aos projetos políticos que tinha para o estado. Por perceberem essa tendência de Lacerda, os moradores do Esqueleto e de outras favelas

passaram a se mobilizar cada vez mais, em articulação que culminou na fundação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, FAFEG, em 1963. A FAFEG tinha como princípio fundamental a pauta "urbanização sim, remoção não", demanda que aglutinava os diversos moradores de favelas da cidade (MELLO, 2014). Essa federação se constituiu enquanto um movimento autônomo das associações de moradores de favela em reação aos ataques do governo Lacerda, em que o elemento de identificação entre os associados era conduzido pela identidade espacial dos favelados, orientados pela luta pelo direito de permanência das favelas da cidade. Desde o seu surgimento, a FAFEG teve importante atuação nos debates sobre favela e nas disputas pela permanência dos moradores de diversas localidades da cidade. Em 1975, o Estado da Guanabara teve seu fim decretado através de uma lei federal, da gestão do general Ernesto Geisel, que indicou a incorporação da cidade do Rio de Janeiro ao estado, agora como capital fluminense. Por conta desta mudança, a FAFEG se transformou em Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro, FAFERJ, e continua ativa na luta pelo direito das favelas do Rio de Janeiro.

O golpe civil-militar de 1964 mudou completamente o cenário da luta dos moradores do Esqueleto e, principalmente, a atuação da FAFEG, que se tornou mais intensa. Com o golpe, os planos do governo Lacerda de pôr em prática a política de erradicação de favelas se tornou possível. Além disso, o aparato militar garantiu o controle da reação dos movimentos sociais à essa medida. De forma imediata à consolidação do governo golpista, a secretária de Serviço Social, Sandra Cavalcanti, enviou uma carta ao presidente Castelo Branco, parabenizando o mesmo pela "revolução" e buscando apoio para a nova política habitacional (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, p.209-226). Nitidamente, a secretária buscou o apoio para execução da política de desapropriação, que havia sido rejeitada pelo

presidente destituído pelo golpe, João Goulart. O governo Castelo Branco não só apoiou a política habitacional do governo Lacerda, como criou inúmeros meios de executá-la, como a criação do Banco Nacional de Habitação e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que facilitava a compra de casas por trabalhadores. De acordo com Gonçalves, os meios desenvolvidos para a execução da política de desapropriação de favelas se tornaram mais lucrativo para o governo do que a própria erradicação de favelas – e o que se verifica é que a condição social do morador que fosse atravessado por essa medida não foi uma prioridade nessa política pública, que buscou atender apenas os interesses do capital. Como o Esqueleto estava numa região cobiçada e por isso ameaçada de desapropriação, os moradores logo passaram a temer que as desapropriações fossem realizadas.

Há pouco mais de dez anos que trabalhos no campo da História das Favelas têm se debruçado sobre o processo de desapropriação promovida pelo Estado da Guanabara na década de 1960, buscando evidenciar não só a atuação do Estado neste contexto, mas também a atuação dos moradores nas negociações e resistência à essa política. A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro afirmou que as violações de direitos humanos nas favelas durante a ditadura se estruturaram a partir de dois eixos: as remoções forçadas e a presença militarizada do Estado no cotidiano dos moradores (OAKIM; PESTANA, 2015). As discussões que puderam ser levantadas por conta da Comissão Estadual da Verdade inserem as violações de direitos humanos nas favelas em um contexto geral de perda de direitos políticos e autoritarismo promovidos pela ditadura civil-militar, ainda pouco explorados e ressaltados pela historiografia que se debruça sobre esse período (FICO, 2004; FERREIRA, 2001). No entanto, os trabalhos que buscaram analisar a política de "remoções" de Carlos Lacerda e seu sucessor Negrão de Lima, ainda que privilegiando a atuação dos moradores, não foram centralizados em apenas uma favela. A análise

de apenas um processo de luta contra a desapropriação e mesmo a erradicação da favela em si proporciona uma dimensão mais específica e em escala reduzida deste contexto da história da cidade, em que poderemos enxergar de mais perto a experiência e agência dos moradores. Seguindo a trilha de outros trabalhos que já apontaram nesta direção ao tratar de outras localidades, temos a intenção, neste capítulo, de evidenciar as articulações e movimentações dos moradores do Esqueleto pela permanência na localidade, acesso à cidadania e direito à cidade durante um momento de exceção de direitos – o que permitirá ainda analisar o papel dos movimentos sociais de favela na luta pela democracia no Brasil (PESTANA, 2022, p.183).

O Esqueleto em pé de guerra

Em 1959, os planos da Sursan de desapropriar parte do Esqueleto finalmente se confirmaram, mas por conta da construção da avenida Radial Oeste[10], e não da construção da estação de metrô Maracanã, da linha 1, como havia sido informado em 1957[11]. Por conta dessa ameaça, os moradores do Esqueleto fundaram a Associação de Homens de Boa Vontade – que, como bem mencionou o morador e associado Cláudio Ramos em entrevista[12], tinha como objetivo pressionar a Sursan, que havia feito uma proposta de desapropriar parte do Esqueleto por "poucos cruzeiros", sem atender a demanda dos moradores de permanecer perto do trabalho. De acordo com o líder da Associação, o sr. Antônio Emídio, a Sursan pretendia pagar entre 3 e 5 mil cruzeiros para que moradores abandonassem suas casas,

10 "Favela do Esqueleto em pé de guerra: Prefeitura do Distrito Federal quer despejar 70 mil pessoas", Última Hora, 9 de março de 1959.
11 "Linha de Metrô e remoção do Esqueleto pela Sursan", Última *Hora,* 03 de maio de 1957.
12 "Favela do Esqueleto em pé de guerra: Prefeitura do Distrito Federal quer despejar 70 mil pessoas", Última Hora, 9 de março de 1959.

enquanto a construção de uma casa na localidade custava em média 30 mil cruzeiros. A partir disso, a Associação de Homens de Boa Vontade travou uma disputa com a Sursan e com outros órgãos da prefeitura do Distrito Federal, a fim de evitar que o local pudesse ser removido, como desejavam as classes dirigentes. Por isso o Última Hora intitulou a manchete de "Favela do Esqueleto em pé de guerra: Prefeitura do Distrito Federal quer despejar 70 mil pessoas", com exceção do exagero no número de habitantes do Esqueleto, de fato os moradores haviam travado uma batalha declarada com a Sursan, a fim de garantir que a localidade não fosse erradicada.

Os moradores do local se reuniram de forma emergencial para decidir como apelariam para a prefeitura do Distrito Federal. Neste contexto, evocam Dom Hélder Câmara como um apoio na luta pela permanência da localidade. Eles se identificaram na reportagem como moradores do "bairro Nossa Senhora das Graças" ou "bairro das Graças", "antiga Favela do Esqueleto", e mencionaram que estavam se sentindo ameaçados pela possibilidade de erradicação do local. Sendo assim, pediram que o terreno "abandonado" ao lado do "bairro das Graças" fosse aproveitado pela Sursan, ao invés do espaço que o Esqueleto ocupava. Outra sugestão dos moradores era que eles ocupassem o 2º e 3º andar do esqueleto do Hospital das Clínicas, devidamente "recuperados e cercados", enquanto a Sursan recuperava o resto do terreno e a obra da avenida fosse executada[13]. De forma bem nítida, notamos que a última sugestão da comissão de moradores tem inspiração na Cruzada São Sebastião, que pode concretizar a possibilidade de transferência dos moradores para um local próximo ao que habitavam em condições urbanas adequadas. No mais, podemos verificar que os moradores trazem soluções palpáveis

13 "Moradores da Favela do Esqueleto fazem apelo a Dom Helder Câmara e a Prefeitura do Distrito Federal ", *Correio da Manhã,* 14 de março de 1959.

para o problema da precariedade na localidade, além de se colocaram constantemente disponíveis a resolver os problemas locais, quer fosse com mutirões ou ações de autoconstrução[14].

A criação da Associação dos Homens de Boa Vontade foi uma tentativa de aproximar o movimento dos moradores no Esqueleto a uma demanda geral dos moradores de favela da cidade, que vinha sendo endossado por Dom Hélder Câmara e pelas ideologias sociais da Igreja Católica (VALLADARES, 2005, p.75). O bispo auxiliar do Rio de Janeiro era conhecido por ser da ala mais à esquerda da Igreja Católica, apelidado de "defensor dos pobres", como mencionou Valladares[15]. Ao longo da década de 1950 o bispo esteve à frente de uma grande campanha em defesa dos favelados da cidade, pautando discussões pelo bem-estar dos moradores e não somente do ponto de vista higiênico-urbanista. É importante frisar que a Cruzada São Sebastião, criada por Dom Hélder em 1955 no Leblon para abrigar os desapropriados da Praia do Pinto, era uma instituição concorrente à Fundação Leão XIII, também católica. Dom Hélder acreditava que a participação dos moradores nos processos de construção de suas comunidades – atribuindo sentido de cristã às favelas, que para ele potencializava o morador de favela enquanto um sujeito político[16]. O líder da Associação dos Homens de Boa Vontade, o sr. Antonio Emidio, e seu braço-direito, o associado Cláudio Ramos, tinham um discurso bem alinhado à corrente ideológica da Igreja Católica, liderada por Dom Hélder, tanto é que os moradores enviaram a ele aquele apelo pela permanência do Esqueleto.

14 SANTOS, Carlos Nelson dos. *A desordem* é *só uma ordem que exige uma leitura mais atenta,* Revista de Administração Municipal nº 165, outubro/novembro de 1982.
15 Idem.
16 Idem.

Podemos verificar que o movimento de moradores do Esqueleto ao longo das décadas de 1940 à 1960 buscou articulação com diferentes atores sociais, tanto com lideranças do Partido Comunista quanto lideranças católicas e, majoritariamente, com outros moradores de favela. Isto nos indica que este movimento não era homogêneo nem em sua composição, menos ainda em suas estratégias e atuação. Para Eder Sader, a construção do sujeito coletivo faz parte de uma autonomia do movimento social de instituições partidárias ou religiosas, em torno de um interesse mútuo deslocado de institucionalidade, como os movimentos pelo direito à moradia. No caso do Esqueleto, podemos observar que os moradores organizados se aproximaram do PCB ao longo da década de 1940, e com a ilegalidade deste partido, passaram a construir alianças com a vertente mais progressista da Igreja Católica, se aproximando de figuras como Dom Hélder Câmara e Padre José Sanz Artola (PESTANA, 2022, p.200-210) – o que sugere que havia uma certa autonomia e heterogeneidade no movimento dos moradores do Esqueleto nesta luta por permanência e acesso à direitos. Além disso, podemos notar como os moradores continuaram utilizando diversos signos hegemônicos, como no caso da identificação da composição da Associação dos Homens de Boa Vontade: "operários cristãos", que tinham como mote a moralidade cristã e a categoria "trabalhador" na busca de acesso e reconhecimento jurídico por parte do Estado (FISCHER, 2006, p.417-425). Dessa forma, podemos ver que as estratégias adotadas por esses moradores são heterogêneas ao longo das décadas, demonstrando a flexibilização e autonomia desses moradores (PESTANA, 2022). Por fim, é importante ressaltar a discriminação de gênero no nome da associação, que marcava um protagonismo das lideranças masculinas da favela, ainda que as mulheres fossem maioria no local e articuladas nesses movimentos, a sua agência foi invisibilizada dentro desses espaços, como aponta

o artigo de Márcia de Araujo e Anne-Marie Veillette, que ressalta a manutenção da luta política executada pelas moradoras (ARAÚJO; VEILLETTE, 2021; PESTANA, 2022, p. 237).

Em fevereiro de 1959, graças à articulação da Associação dos Homens de Boa Vontade e à liderança de Antônio Emidio, os moradores do Esqueleto buscaram o jornal *O Globo* para dar um entrevista afirmando que a localidade queria "deixar de ser favela", passando a ser tratada como bairro – no caso, "bairro Nossa Senhora das Graças" ou "bairro das Graças". A foto de Antônio Emídio, abaixo, foi tirada pela reportagem do *O Globo* no momento da entrevista.

O Sr. Antônio Emídio, que é uma espécie de prefeito da Favela do Esqueleto

Figura 10 – Fotografia de Antônio Emídio, líder da Associação. ***O Globo***, 25 de fevereiro de 1959.

Na legenda da foto, a reportagem mencionou que ele era uma "espécie de prefeito da Favela do Esqueleto", o que nos indica a popularidade de Antônio, e sua capacidade de conexão com os moradores do Esqueleto. Esses moradores se reuniram no Aimoré Futebol Club, localizado no Esqueleto, para discutir sobre a mudança de

nome e de categoria da localidade, além de afinarem as demandas que deveriam enviar ao Secretário de Obras e Viação e à Prefeitura do Distrito Federal. Antônio Emídio e Claudio Ramos, cabeças da associação, afirmam que os moradores já haviam iniciado ações de melhoramentos no Esqueleto, mas haviam feito diversas demandas – como construção de lixeiras na localidade, que não haviam sido atendidas pela prefeitura[17]. Podemos notar que os moradores estavam buscando se livrar da categoria favela, uma vez que compreenderam que essa categoria os afastava do acesso pleno aos direitos à cidadania e à cidade (FISCHER, 2008; GONÇALVES, 2013). Um movimento parecido acontece com a favela Parque União, na Maré, que inicialmente foi chamado de Bairro Magarinos Torres, numa tentativa de romper com a categoria favela, que limitava as ações do Estado e dos moradores (PESTANA, 2016).

Além da mudança na categoria, nesta reportagem Claudio e Antônio evidenciaram uma prática muito comum nas favelas: as obras de autoconstrução, que tinham por finalidade melhorar a infraestrutura da localidade e das casas[18]. Os moradores de favelas investiam seus recursos financeiros nessas obras de melhorias, que deveriam ser executadas pela prefeitura ou pelo Estado, os mutirões e as autoconstruções são práticas comuns até hoje. Contudo, para Marco Pestana, existe a possibilidade de, ao suprir um serviço que deveria ser executado pelo Estado, que esses moradores diminuíssem a possibilidade de um tensionamento com o Estado (PESTANA, 2016, p.111). Isto porque, segundo Pestana, ao substituir as obrigações do Estado pelo trabalho dos moradores, as reivindicações e tensionamento com os órgãos responsáveis por essas reformas seriam menores, uma vez que os problemas estavam sendo resolvidos entre os próprios moradores.

17 "A Favela do Esqueleto quer deixar de ser favela", *O Globo,*25 de fevereiro de 1959.
18 "A Favela do Esqueleto quer deixar de ser favela", *O Globo,*25 de fevereiro de 1959.

De forma contrária, no caso do Esqueleto podemos verificar que, mesmo os moradores realizando obras de melhoramento na região, as reivindicações se mantiveram ativas, demonstrando que as duas ações eram possíveis: suprir o serviço precário do Estado e seguir nas reivindicações por melhorias. De todo modo, a articulação promovida para executar essas obras de autoconstrução demonstram que foram os moradores os responsáveis pelas melhorias e crescimento do Esqueleto (LOW, 2016, p.68-93). De forma estratégica, os moradores do Esqueleto se colocaram disponíveis para negociar e trabalhar junto ao Estado para a recuperação daquele local nos moldes urbanístico e higiênico, como mencionou Cláudio Ramos, indicando que as melhorias já vinham sendo feitas.

Por conta da ameaça de remoção de um trecho do Esqueleto, a Associação dos Homens de Boa Vontade se reuniu para constituir o Congresso dos Favelados, que ocorreu no Esqueleto em 1959. O líder da associação, Antônio Emídio, foi até a redação do *Jornal do Brasil* para convidar ao prefeito Sá Ferreira Alvim e a todos os moradores das favelas da cidade para participar do congresso. Antônio mencionou novamente que a Associação havia feito inúmeros esforços no Esqueleto, junto aos moradores, para melhorias na localidade, como a higienização do espaço, encaminhamento dos moradores à escola, creches e hospitais, afirmando que o interesse dos moradores era no desenvolvimento do "bairro das Graças". O líder da associação também mencionou que havia uma articulação entre diversas favelas, entre elas: Jacarezinho, Barro Vermelho, Rocinha, Andaraí, Borel, Mangueira, Formiga e Candelária – tanto para a construção do Congresso quanto no alinhamento de demandas[19]. Além disso, havia uma demanda para

19 "Congresso dos favelados vai mostrar ao prefeito que serfha não existe", Última *Hora*, 2 de abril de 1959.

o congresso da criação de um policiamento especial para as favelas, composto apenas por moradores das localidades, numa tentativa de diminuir a repressão policial nesses locais. Interessante observar que, ainda que a associação tenha pautado a mudança de categoria para bairro, continuaram se articulando com moradores de favela e se denominando como favelados.

Os moradores convidaram o prefeito ao evento, revelando a existência de uma coalizão entre as associações das favelas, que nos indica um alinhamento de pauta, principalmente entre as localidades citadas por Antônio, além de uma tentativa de negociação com a prefeitura. Alguns políticos, como José Talarico do PTB, tentaram aparelhar o congresso para seu partido, mas foram logo minados pelos líderes das associações que informaram não tolerar "influência partidária no congresso". De forma contrária, a presença de Dom Hélder Câmara era essencial no evento, que contou com uma reunião dos líderes das associações com o bispo para encaminhamento do "Relatório Reinaldo Reis onde estavam relacionadas várias medidas de melhorias nas favelas"[20]. As reuniões para organização do Congresso ocorriam na sala de imprensa do Ministério do Trabalho, no entanto, sem o conhecimento do Ministério. A construção desse congresso marcou o início da busca por unidade nos movimentos de favelas, que tinha um caráter autônomo e apartidário, como indicaram os organizadores do congresso, que repudiaram algum nível de aparelhamento do evento. A partir dessa articulação entre a Associação dos Homens de Boa Vontade, Confederação de Trabalhadores

20 "Centro de favelados pedirá hoje Congresso de Favelas com todos e sem políticos", *Jornal do Brasil*, 28 de março de 1959. Ao contrário do que afirmou Juliana Oakim de Mello, o primeiro Congresso de Favelados não aconteceu em 1964, e sim em 1959. Cf.: MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. ""Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970". 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

Cristãos, outras associações de moradores, além do apoio de Dom Hélder Câmara (MELLO, 2014). Podemos verificar que se tratava de um período de maior articulação política entre os moradores de Esqueleto com outras redes políticas, o que indica que esses moradores exerciam práticas democráticas de construção política local, bem antes de 1960. Gonçalves e Amoroso mencionaram que a articulação dos moradores de favela é contemporânea a formação dessas localidades, ou seja, os moradores resistem nesses espaços desde que as primeiras casas foram erguidas nos morros do Centro da Cidade (AMOROSO, 2014, p.209-226) – o caso do Esqueleto não foge à essa regra, os moradores se articularam de diversas formas desde o início da construção daquele espaço, em 1934.

O congresso, além de pautar as demandas dos moradores de favelas, tinha como finalidade criticar a atuação da prefeitura, em seus diferentes órgãos, principalmente a Serfha, o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas. Os moradores acreditavam que esse órgão tinha a função de melhoria nas favelas, como indicam os depoimentos de Antonio Emídio ao mencionar que os trabalhadores já estavam executando melhorias no Esqueleto, enquanto nenhuma providência era tomada pela Serfha[21]. No entanto, de acordo com as análises de Gonçalves, a Serfha não havia sido criada com a função de recuperar essas localidades, mas com o objetivo de erradicá-las e combater sua expansão que também não foram realizadas com sucesso, isto porque o crescimento das favelas ente 1950 e 1960 alcançaram níveis altíssimos (GONÇALVES, 2013, p.228). De todo modo, mais uma vez ficou evidente nas falas de Antônio Emídio que o trabalho organizado pelos moradores era responsável pela manutenção e melhoria daquela localidade, assim

21 "Congresso de Favelados vai mostrar ao Prefeito que a Serfha não existe", *Correio da Manhã,* 2 de abril de 1959.

como afirmou o arquiteto Carlos Nelson dos Santos, que defendia que a autoconstrução nas favelas era uma estratégia de inserção desses moradores na dinâmica da cidade[22]. Para o arquiteto, a favela não representava um problema na cidade, mas uma solução para o acesso dos trabalhadores de baixa renda ao espaço urbano.

No ano seguinte, em 1960, o projeto de Juscelino Kubitschek de levar a capital federal para o Centro-Oeste se concretizava e a cidade do Rio de Janeiro deixava de ser o epicentro da república. Deputados e líderes da UDN, principalmente Carlos Lacerda, pautaram a necessidade de transformar o Rio de Janeiro em um novo estado federativo, que seria o Estado da Guanabara e permitiria a manutenção da centralidade política da antiga capital federal. A formação deste estado visava garantir a manutenção do poder que a cidade do Rio de Janeiro tinha no cenário nacional, mantendo o privilégio no repasse de recursos e financiamentos federais e internacionais nos projetos guanabarinos[23]. Uma das pautas principais do projeto político do Estado da Guanabara foi a crise habitacional, principalmente vivenciada no Rio de Janeiro, por conta do crescimento das favelas. Logo na transição de capital federal para Estado da Guanabara, a Sursan garantiu que os projetos de desapropriação ou mesmo recuperação de favelas e de outras áreas da cidade seriam mantidos. Além disso, neste pronunciamento a Sursan anunciou a ordem de desapropriação de 495 casas do Esqueleto, com intuito de abrir o caminho para as obras da avenida Radial Oeste[24]. A medida e o projeto político do Estado da Guanabara nos indicam que as favelas continuavam sendo vistas como "inimigas número um" do projeto de modernização da

22 SANTOS, Carlos Nelson dos. *A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta,* Revista de Administração Municipal nº 165, outubro/novembro de 1982.
23 AMOROSO, Mauro. GONÇALVES, Rafael Soares. "Golpe militar e remoções de favelas cariocas. Revisitando um passado ainda atual". *Revista Acervo,* RIO DE JANEIRO, V. 27, Nº 1, P. 209-226, JAN./JUN. 2014 – P. 209-226.
24 "A Sursan", *Diário de Notícias,* 26 de junho de 1960.

cidade e do Estado da Guanabara, bem como afirmou o colunista do *Correio da Manhã,* num texto que versava sobre a tentativa de modernizar a cidade[25].

Numa tentativa de construir uma crítica à essa modernização da cidade, e mesmo do país, Padre Louis-Joseph Lebret, José Arthur Rios, entre outros, articularam um estudo censitário com métodos qualitativos e quantitativos, que foi executado nas favelas do Rio de Janeiro, entre 1959 e 1960[26]. O estudo "Aspectos Gerais das Favelas do Rio de Janeiro" marcou a apreensão da realidade das favelas pela sociologia, partindo de outros métodos de análise e compreensão dessas localidades[27]. A principal crítica do grupo que compôs a SAGMACS era o projeto político modernizador, tanto federal quanto guanabarino, que previa a requalificação dos espaços da cidade, enquanto as favelas eram excluídas desse projeto e, além disso, vistas como um empecilho da modernização, como indicou o colunista do *Correio da Manhã*. O estudo confirmou um aumento exponencial dessas localidades, tanto o crescimento das existentes quanto o surgimento de novas localidades, principalmente nos subúrbios – para onde estavam sendo transferidos os moradores desapropriados de outras áreas da cidade[28]. A seguir podemos ver o croqui do Esqueleto feito pela equipe deste estudo, em que podemos reparar nas ruas adjacentes que cercam o local, e mesmo as ruas internas.

---

25 "Cidade que acompanha o progresso", *Correio da Manhã,* 20 de janeiro de 1960.
26 SAGMACS foi criada em São Paulo pelo frei dominicano Louis-Joseph Lebret, 1947. O estudo dos *Aspectos Gerais das Favelas do Rio de Janeiro* foi encomendado pelo jornal *Estado de São Paulo* no contexto em que era discutida a transferência da capital para Brasília. "Aspectos Humanos da Favela Carioca", Estado de São Paulo, 13 de abril de 1960. MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SILVA, Luiz Antônio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.) Favelas Cariocas, ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
27 Idem.
28 SAGMACS. Relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1960. 13 de abril de 1960.

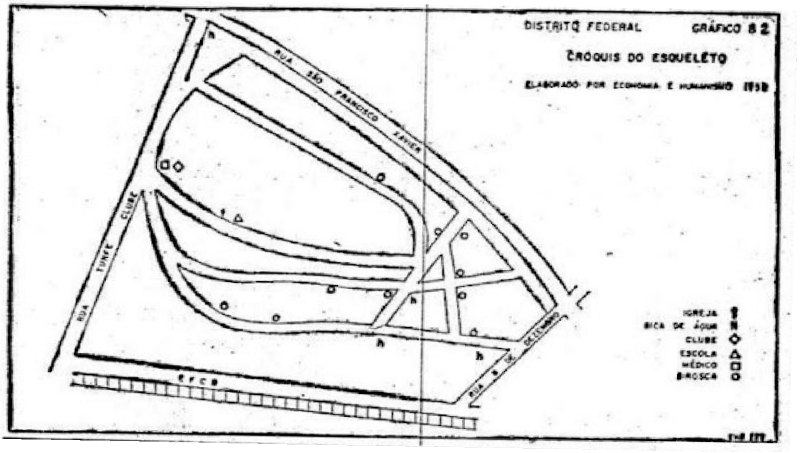


Figura 11 – Croqui do Esqueleto do estudo da SAGMACS, *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1960. 13 de abril de 1960.

Esse croqui indica as principais vias da localidade, que de acordo com a análise da SAGMACS eram largas para o padrão que se encontrava nas demais favelas. Além disso, estudo revelou que a população do Esqueleto havia dobrado entre 1950 e 1960, saindo de 5.080 para 12.000. Isto torna evidente que o local se tornava cada vez mais atrativo, principalmente para pessoas que haviam sido expulsas de outras favelas e precisavam se manter próximas ao centro da cidade, como afirmou o *Diário de Notícias*, ao dizer que o Morro da Favela e o Esqueleto eram o destino preferido desses moradores[29]. O próprio estudo mencionou um relatório publicado pelo jornal *Estado de São Paulo* mostrando que provavelmente o pico de crescimento do Esqueleto tenha se dado a partir de 1940, quando as obras da Avenida Presidente Vargas se iniciaram – o que implicou na desapropriação de diversos cortiços e casas de cômodos da região, além da geração de empregos na região central, que atraiu trabalhadores para regiões próximas[30]. Além disso, o estudo apontou que diversos moradores da

29 "Com a prefeitura e a comissão de favelas", *Diário de Notícias,* 20 de março de 1960.
30 SAGMACS. Relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1960. 13 de abril de 1960.

Mangueira se mudaram para o Esqueleto por questões diversas – o que constitui mais um indício sobre a existência de uma estrutura mais desenvolvida da localidade em relação a outras favelas localizadas nas encostas de morros, como a Mangueira.

De acordo com os resultados e com o relatório, o Esqueleto de fato era uma localidade relativamente bem estruturada, com dois clubes, duas escolas e outros serviços. Nesse sentido, mais da metade dos moradores conseguiam acessar à água, luz, e cerca de 50% dos moradores tinham acesso à saneamento regular[31]. Quanto aos moradores, a maioria deles trabalhava no setor industrial e de serviços, ocupando em sua maioria cargos nas fábricas vizinhas, como a Fábrica Chapéu Mangueira, Red Indian e Café Paulistas. Por ser uma favela de grande porte e densa, o Esqueleto tinha diversas biroscas, lojas de colchoaria, armarinho, depósito de gelo, quitanda, alfaiataria, entre outros, para atender apenas a sua população – ou seja, o Esqueleto tinha uma intensa movimentação em seu mercado interno. Esses dados nos indicam que o Esqueleto era um local com possibilidade de recuperação e "urbanização", como os moradores diziam na época.

A bibliografia sobre a história das políticas de desapropriação do Estado da Guanabara aponta para o papel central dos interesses do capital imobiliário e da burguesia carioca na construção das políticas habitacionais (BRUM, 2011; PESTANA, 2022; VALLADARES, 1980). Por isso, a recuperação dessas localidades não era pauta central do projeto habitacional do Estado, e sim a erradicação destas. De acordo com Pestana, a intervenção que o Estado se propôs a fazer no Esqueleto para a abertura da avenida Radial Oeste se orientava apenas pelos anseios do mercado imobiliário, que promovia especulações na região da Tijuca e do Méier, e principalmente pela demanda crescente da indústria automobilística, que passou a

31 Idem.

pautar a necessidade de abertura de grandes artérias para conectar a Zona Norte ao Centro (PESTANAA, 2016, p.100). Percebendo os planos desse novo estado federativo, a Associação dos Homens de Boa Vontade, em nome dos moradores do Esqueleto, através da liderança de Antônio Emídio e Cláudio Ramos, foram ao Última Hora avisar que a localidade havia mudado de nome oficialmente, agora se chamava "bairro das Nossa Senhora das Graças" (GONÇALVES, 2013, p.122). A mudança do nome e da categoria já havia sido anunciada no Congresso feito pela Associação no ano anterior. Contudo, a busca pela oficialização nos indica que os moradores queriam o reconhecimento daquele nome por parte do governador, o que viam como parte importante da estratégia de legitimação do seu espaço. Essa mudança nos indica que os habitantes estavam cientes do perigo iminente de desapropriação por se enquadrarem na categoria favela, que os desamparava juridicamente[32].

Pouco tempo depois de eleito governador, Carlos Lacerda buscou se alinhar aos interesses destes moradores. Mesmo ainda afirmando ser necessária a desapropriação do Esqueleto para a construção da avenida[33], anunciava um novo nome para a "tristemente famosa Favela do Esqueleto", que passaria a se chamar "Vila de São Jorge". Mandou logo pregarem uma placa com o novo nome na entrada da localidade, e que, além disso, promoveu um evento de inauguração da placa[34]. O novo governador decidiu não acolher o pedido de reconhecimento do Esqueleto como bairro Nossa Senhora das Graças, feito pelos moradores, e também criou uma nova nomenclatura e categoria para aquela localidade: a de vila de São Jorge. Nem mesmo a padroeira para o local, que os moradores escolheram, foi respeitada

32 "Plantão militar", Última *Hora,* 30 de janeiro de 1960.
33 "Lacerda vê que de pé favela mata avenida", Última *Hora,* 20 de dezembro de 1960.
34 "Lacerda muda o nome da Favela do Esqueleto", *Diário de Notícias,* 8 de abril de 1961.

por Lacerda. Essa medida do governador está inserida num contexto em que um forte investimento em construção de vilas pela cidade havia sido feito, numa tentativa de expandir as moradias próximas de áreas industriais (GONÇALVES, 2013, p.140).

Se tornou evidente a intenção de Lacerda em buscar apoio político de alguns moradores, tanto é que de forma conjunta à mudança de nome do local também foi criada a associação "Amigos da Vila de São Jorge". Segundo Pestana, era comum que Lacerda tentasse criar laços, a partir de troca de favores, com alguns moradores que faziam parte das associações, neste caso não é evidente se associação é criada pelos moradores ou por Lacerda (PESTANA, 2016, p.199). Se tratava de uma estratégia do governador que, ao se aproximar de alguns moradores que corroboraram com seus projetos, recebendo para isso benefícios, abria-se a possibilidade de maior aceitação desses projetos entre eles. Essa estratégia de Lacerda servia como uma máscara à política de combate às favelas para os moradores, o que podia evitar ou amenizar um tensionamento entre ele e os moradores. Anos mais tarde, em 1964, o presidente da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, Etevaldo Justino, afirmou que essa prática de criação de vilas por Carlos Lacerda constituía uma estratégia política do governo e que não resolviam o problema das favelas[35]. Etevaldo nos reforça a ideia de que os moradores percebiam as jogadas de Lacerda, porém cada morador buscava seus meios de garantir sua sobrevivência – o que muita das vezes pode ser entendido como uma cooptação por parte do Estado em troca de favores, mas que evidencia as negociações desses sujeitos com o poder público (VALLADARES, 1978, p.110).

35 "Líder favelado acusa a farsa das vilas operárias", *Correio da Manhã,* 4 de novembro de 1964.

O ano de 1961 foi marcado por essa incerteza. Ora Lacerda anunciava uma melhoria para o Esqueleto, ora anunciava a possibilidade de desapropriação. Essa forma de administrar essas localidades indica a transformação no "controle negociado" exercido pelo governo (GONÇALVES, 2013). No caso do Esqueleto, indica que se tratava de uma área de interesse para vários setores sociais, dessa forma a atuação contraditória de Lacerda podia lhe garantir uma mínima conciliação com os moradores para que seus projetos fossem executados sem maiores problemas. Numa coluna do jornal *A Luta Democrática*, Eloy Dutra mencionou que o governo da Guanabara agia de maneira inconstitucional com os moradores de favelas, mencionando a fala de um morador do Esqueleto – que ele não identificou –, que reclamou não se sentir um cidadão da Guanabara pela forma em que era tratado pelo Estado. De forma evidente, o morador indica que pessoas que vinham de um local como o dele não faziam parte do projeto político que vinha sendo implementado pela Guanabara, demonstrando a consciência de seu lugar de fala na cidade (RODMAN, 2003, p. 204-223). O morador escancara o antigo problema da escassez de direitos para trabalhadores de baixa renda que viviam nas favelas, em que essas localidades eram vistas como provisórias e ilegais (FISCHER, 2006, p.417-425).

Enquanto acontecia a disputa entre Lacerda e Associação dos Homens de Boa Vontade ocorria, os moradores do Esqueleto continuavam a ser alvo de uma política repressiva por parte dos órgãos de segurança pública do Estado. As ocorrências de tiroteios causados pela polícia, bem como as invasões às residências, só escalonavam e passaram a ser notícias diárias e, em consequência disso, o Esqueleto seria condenado como "antro de bandidos", uma "jurisdição braba"[36]. Um dos casos mais chocantes de violação nesta localidade por

36 "Jurisdição braba", *Correio da Manhã,* 30 de janeiro de 1960. "Recebem balas os desconhecidos", *A Luta democrática,* 19 de fevereiro de 1960. "Perpétuo: Prendo caveirinha a hora que quiser", Última *Hora,* 25 de outubro de 1961. "Operário Baliado", *Correio da Manhã,* 14 de maio de 1961.

parte da polícia é o caso de Efigênia de Sousa. A mulher, que estava grávida de poucos meses, estava andando com o filho Waldeir pelo Esqueleto na garupa da bicicleta, quando acabaram trombando com João "Nortista", o "alcaguete" do Posto Policial do Esqueleto. O homem começou a proferir ofensas à mulher e ao filho e os levaram diretamente para esse posto policial, onde foram recebidos pelo detetive chefe do posto. Segundo Efigênia, João logo fez um "carnaval" para o detetive, e quando ela foi explicar a situação, logo foi silenciada pelo detetive, que exclamou: "Cala a boca, prostituta!". Efigênia responde de pronto negando acusação e em seguida leva uma bofetada na cara do detetive chefe. Seu filho entrou na situação em defesa da mãe e foi espancado com um "pau de roseira", que também serviu para espancar a mãe. Esse crime ocorreu um dia antes de Efigênia ir ao Última Hora para denunciar o ocorrido, logo após de ter ido ao hospital e ter constatado a morte de seu feto por conta das agressões, além da prisão de seu filho Waldeir[37]. Esse caso é estarrecedor e a maneira como o detetive conduz toda a situação, a partir da agressão verbal e física à "acusada" – que indicou estar grávida – só expõe o racismo e machismo que sustentavam essas práticas, que eram tão naturalizadas que não ganharam a proporção que deveriam, afinal, o detetive chefe não foi afastado pela agressão à Efigênia.

No final de 1961, a Sursan anunciou de fato o início das obras para a abertura da Avenida Radial Oeste, que cortaria o Esqueleto, paralela à Estrada de Ferro da Central do Brasil[38]. Logo em seguida, uma comissão foi formada pelos moradores do Esqueleto contra a construção daquela via, na mesma semana que o governador sobrevoou a localidade com o engenheiro da obra. Essas atitudes do governador geravam maior insegurança entre os moradores, que mesmo assim procuraram manter

37 JUNIOR, Pinheiro, "Polícia sem mãe", in "Cidade Nua", Última *Hora,* 17 de março de 1961.
38 "Radial" in "Coisas da Cidade", Última *Hora,* 28 de setembro de 1961.

as articulações entre si e entre outros movimentos sociais. Na imagem abaixo, podemos observar a região em que a avenida seria construída.

Figura 12 – Fotografia anterior à Radial Oeste. Arquivo Memórias do Rio, sem data.

Podemos reparar bem ao fundo da imagem, o Estádio Maracanã, e logo ao lado, as casas que compunham o Esqueleto. As casas aparecem tanto do lado direito da foto – região onde hoje se localiza o campus da UERJ –, bem próxima ao Maracanã, bem como as casas aparecem também ao lado esquerdo, paralelo à Estrada de Ferro. Pode-se notar que já existia uma via aberta entre esses dois lados do Esqueleto. No entanto, o projeto da avenida Radial Oeste previa uma alargamento desta via, em que o número de pistas seria ampliado. Os moradores que faziam parte dessa comissão afirmaram que estar dispostos a cooperar com a mão de obra, de pedreiros e outros serviços, para "urbanizar a Favela do Esqueleto", dialogar com Lacerda, mas que não aceitariam sair da localidade[39]. Novamente, os mo-

39 "Favela do Esqueleto", *Estado de São Paulo*, 22 de dezembro de 1961.

radores se organizaram em comissões para buscar o diálogo e evitar que a localidade de fato sofresse uma desapropriação. Mesmo depois de todas as tentativas de negociação e articulação, Lacerda decide consolidar seus projetos de modernização da região do Esqueleto. A obra desta avenida é contemporânea à entrada da indústria automobilística no Brasil, que é, na realidade, nada mais do que o reflexo da ação do Estado em benefício do capital industrial (PESTANA, 2022, p.98). Contudo, os moradores se mantiveram mobilizados contra estes projetos, pautando as suas demandas e tensionando a relação com as elites em prol de seus interesses, mantendo-se em "pé de guerra"[40].

Os heróis anônimos do Esqueleto

No momento em que a Sursan anunciou a parceria com a Fundação Leão XIII para a construção de casas num espaço às margens da Avenida Brasil, que estava sendo aterrado pelo governo da Guanabara, a desapropriação do trecho do Esqueleto se tornou mais próxima para os moradores[41]. Tanto é que, logo após a confirmação da escolha do espaço para qual seriam transferidos, os moradores do Esqueleto buscaram os jornais para reiterar "não querer mudar-se" para esse terreno em Bonsucesso, e que iriam "desrespeitar" as ordens de despejo da prefeitura[42]. Desde que o plano de desapropriação de um trecho do Esqueleto surgiu no final de 1957, os moradores tinham se colocado contrários à ideia de serem retirados daquele espaço. Na realidade, se formos contabilizar desde 1947, quando a prefeitura, junto a seus agentes do Departamento de Assistência Social, apontou para a insalubridade local e para a possibilidade do Esqueleto ser erradicado,

40 "Favela do Esqueleto em pé de guerra: Prefeitura do Distrito Federal quer despejar 70 mil pessoas", Última Hora, 9 de março de 1959.
41 "Esta semana novo núcleo para favelados do Esqueleto", Última *Hora,* 13 de julho de 1961.
42 "Não querem mudar-se", *O Estado de São Paulo*, 15 de julho de 1961.

os moradores já se articulavam para negociar com o poder público de modo a traçar estratégias de permanência no local. Mesmo com as tentativas de negociação dos moradores ao longo dessa década, o governo de Carlos Lacerda decidiu iniciar a desapropriação de um trecho do Esqueleto. Diante disto, os moradores se mantiveram unidos por seus laços de solidariedade, buscando tensionar e questionar o Estado e os órgãos responsáveis a respeito da medida adotada.

Importante ressaltar que a maioria dos estudos sobre a política de desapropriação da Guanabara, empreendidas por Carlos Lacerda e Negrão de Lima, não costuma citar essa primeira desapropriação no Esqueleto (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, p.209-226; MELLO, 2014; PESTANA, 2022). Em trabalho recente, Marcos Pestana analisa a política de remoção e as ações dos moradores para evitar a erradicação dessas localidades, acompanhando a desapropriação do Esqueleto a partir de 1964, mas não menciona esse primeiro ataque do governo da Guanabara no início da década de 1960 (PESTANA, 2022). Por isso, é importante ressaltar que, antes mesmo de sua erradicação total, que se deu em 1965, o Esqueleto vinha sendo alvo de ações de desapropriação por parte da prefeitura e também do Estado da Guanabara, sendo a primeira grande ação de desapropriação desenvolvida em 1961.

No final deste ano, os moradores que viviam na região mais próxima à Estrada de Ferro da Central do Brasil começaram a ser desapropriados e transferidos para o Centro de Habitação Provisória, CHP, construído pelo governo Lacerda às margens da Avenida Brasil, na altura de Bonsucesso. O secretário de Serviço Social, José Arthur Rios, nomeou o local de Nova Holanda, por estar no mesmo nível da baía, assim como a Holanda é do mesmo nível do mar. O CHP era administrado por essa secretaria e gerenciado pela Fundação Leão XIII, que ficou responsável pelo cadastramento dos moradores transferidos para o local. Mais de 500 moradores foram transferidos para o CHP da Nova Holanda entre o final de 1961 e 1962 – mesmo contra sua própria

vontade, que havia sido exposta através dos jornais[43]. Um morador do Esqueleto enviou uma carta ao Última *Hora* reclamando que seu salário como metalúrgico não garantia a manutenção de sua família, e caso fosse deslocado para esse aterro, sua condição se tornaria ainda pior[44]. Essa era a maior crítica dos moradores do Esqueleto à transferência imposta pelo Estado da Guanabara, pois estavam sendo deslocados para um local onde o emprego nem os serviços, como hospitais, escolas e trens estavam disponíveis. Neste sentido, vale observar na reclamação do morador que o salário-mínimo estabelecido pelo Estado não supria sequer a manutenção da vida da família dos trabalhadores formais – sendo que a maioria dos moradores dessas localidades exercia funções informais no mercado de trabalho, que não lhes garantia o salário mínimo e outros direitos (FISCHER, 2006, p.417-425).

A transferência dos moradores do Esqueleto para a Nova Holanda começou em meados de 1961 e terminou oficialmente no início de 1962. Conforme informaram os moradores transferidos para a Nova Holanda em depoimentos coletados por um dos fundadores do Centro Estudos Ações Solidárias da Maré, Antônio Carlos Vieira, as condições das moradias do CHP não eram adequadas. As construções eram de caráter provisório, pois a intenção era transferir posteriormente esses moradores para a Zona Oeste e, por isso, era uma construção de baixa qualidade, onde não havia saneamento adequado e sequer distribuição de água e luz para todo o espaço (VIEIRA, 2008, p.34). A partir disso, podemos constatar que a preocupação do governo em relação às favelas não passava perto da questão sanitária, visto que estavam sendo deslocados para locais com pouca estrutura sanitária e urbana, que, inclusive, os próprios moradores construíram.

43 "Não querem mudar-se", *O Estado de São Paulo*, 15 de julho de 1961.
44 "Tem doze mil cruzeiros mensais mas não pode educar os oito filhos", Última *Hora*, 13 de junho de 1961.

Pudemos encontrar apenas uma ficha referente ao cadastramento feito em 1960, era de dona Geutilia Barbosa Silva, de 38 anos, natural da Paraíba, tecelã e doméstica, com quatro filhos menores de idade, tinha de eletrodoméstico ao chegar no Esqueleto apenas seu ferro de passar roupa e um rádio[45]. A maioria das fichas cadastrais, hoje arquivadas no Arquivo Dona Orosina Vieira do Museu da Maré, eram de moradores provenientes do Esqueleto (VIEIRA, 2008), no entanto, eram fichas de um recadastramento realizado entre 1970-1976 pela Fundação Leão XIII, a fim de renovar a titularidade das casas, que já haviam sido transferidas para outras pessoas (VALLADARES, 1978). Dona Geutilia e os outros moradores que haviam sido transferidos eram naturais de estados como Paraíba, Bahia, Minas Gerais e, principalmente, do Estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2019). Muitas casas eram cadastradas em nomes de mulheres, mas de forma evidente, a maioria dos cadastrados era de homens – o que podemos perceber é que, em caso de falecimento do marido, ou outra condição do tipo, as casas eram transferidas para as esposas. A maioria dos moradores transferidos estava em idade ativa para o mercado de trabalho, o que indica que a transferência para um local distante tenha afetado a permanência desses moradores em seus empregos.

45 Museu da Maré, Arquivo Dona Orosina Vieira. Fichas Cadastrais da Fundação Leão XIII dos moradores transferidos para o Centro de Habitação Provisória entre 1960-1975. As fichas cadastrais da Fundação Leão XIII, que contêm os dados dos moradores do Esqueleto transferidos em 1961, foram perdidas em quase sua totalidade pela falta de conservação da Fundação Leão XIII, que se localizava no prédio hoje ocupado pela Redes da Maré, na Nova Holanda. De acordo com a direção do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) no início dos anos 2000 a direção da instituição foi comunicada da saída da Fundação do prédio e, convocada para conferir se algum documento que ali estava poderia interessá-los. Assim, a direção do CEASM entra em contato com essas fichas cadastrais, que não haviam sido conservadas, logo sofreram com a ação do tempo e do clima, além disso, parte destas fichas foi perdida antes mesmo da direção entrar em contato com elas.

A maioria dos moradores provenientes do Esqueleto, recadastrados nas fichas dos anos 1970, 1972 e 1976, era trabalhadores, grande parte deles do setor de serviços e da indústria. As mulheres geralmente eram trabalhadoras do setor de serviços, exercendo funções domésticas para outras famílias. Grande parte das casas eram ocupadas por famílias de mais de três pessoas, como é o caso de Geutilia, que foi morar na rua Principal da Nova Holanda[46]. Assim como essa moradora, boa parte das famílias preferia investir na obtenção de eletrodomésticos que pudessem ser carregados em caso de desapropriação, como ferro de passar roupa e rádio (GONÇALVES, 2013). Esses moradores transferidos tiveram que se organizar em comissões para garantir o acesso de água e luz na localidade e, por isso, continuaram travando diversas lutas, tanto com a Fundação Leão XIII quanto com o governo do Estado da Guanabara para garantir mínimas condições de habitabilidade na Nova Holanda (SILVA, 2007). Enquanto isso, aqueles que não haviam sido desapropriados do Esqueleto lutavam para manter a localidade de pé, frente a diversas ameaças da Sursan e de Lacerda.

Em meio à desapropriação do trecho do Esqueleto e o início das obras de abertura da avenida Radial Oeste, uma adutora que passava por baixo da localidade se rompeu, provocando ali um alagamento generalizado[47]. Os moradores ficaram revoltados com a situação que foi causada no local e avisaram que não desistiriam de permanecer no Esqueleto e de enfrentar Carlos Lacerda[48]. Nesse sentido, reclamaram que os órgãos do governo não estavam providenciando nenhuma ajuda aos moradores que foram afetados pela enchente do

46 Museu da Maré, Arquivo Dona Orosina Vieira. Fichas Cadastrais da Fundação Leão XIII dos moradores transferidos para o Centro de Habitação Provisória entre 1960-1975.
47 "Acidente na sub adutora provoca colapso total", *Diário de Notícias,* 7 de dezembro de 1960.
48 "Esqueleto resistirá a Lacerda", Última *Hora,* 21 de dezembro de 1960.

Esqueleto. Indignados com tamanha omissão, os moradores decidem invadir um "bloco de apartamentos do condomínio São José" da Serfha em Manguinhos que estava vazio, para ocupar, uma vez que suas casas haviam sido inundadas com o acidente da adutora. Imediatamente um o "choque da PM" despeja as pessoas, que não tiveram seu dilema resolvido pela Serfha, afirmando que o prédio não tinha condições para receber esses moradores "pois estava prestes a ruir"[49]. O problema com a adutora, que gerava falta de água e inundação no Esqueleto, perdurou por pelo menos dois anos, em que frequentemente algum problema ocorria com essa tubulação[50]. A escolha de invadir e ocupar esse prédio ocioso revela mais uma das estratégias que foram implementadas pelos moradores do Esqueleto na tentativa de acessar direitos básicos do cidadão, além de forçar a atuação dos órgãos da Prefeitura que eles achavam ser responsáveis pela melhoria das favelas.

Porém, não devemos deixar de ressaltar que, situações como esta, em que uma adutora rompe e inunda toda a localidade, sem a prestação de serviço de reparo adequada pelo Estado, era uma prática comum para sufocar e acelerar a desapropriação de determinados locais. Para Brodwyn Fischer, tanto os incêndios quanto a omissão de prestação de serviços como estes eram práticas que buscavam precarizar a habitabilidade, até que os moradores abandonassem suas casas (FISCHER, 2008, p.238). Foi o que acabou ocorrendo com alguns desses moradores que tiveram suas casas alagadas e, por isso, aceitaram ir para a Nova Holanda[51]. Além disso, a Sursan garantiu que as casas mais próximas ao Estádio Maracanã fossem também desapropriadas, mesmo sem estarem no caminho da obra de abertura

49 "Serpha despeja favelados", *Ultima Hora,* 20 de fevereiro de 1962.
50 "ZN sem água: conserto na adutora vai demorar", Última *Hora,* 18 de janeiro de 1962.
51 "ZN sem água: conserto na adutora vai demorar", Última *Hora,* 18 de janeiro de 1962.

da avenida[52] – o que deixa mais evidente o processo de gentrificação pelo qual aquela região estava passando, graças à atuação do Estado e do capital imobiliário e industrial.

Neste contexto de desapropriação do Esqueleto, foi necessário até mesmo que os moradores se aliassem ao detetive Perpétuo, do Posto Policial do Esqueleto. De acordo com o que os moradores informaram aos jornais, o detetive Perpétuo era contra a desapropriação da localidade e buscou negociar a permanência dos moradores, mostrando-se contrário à transferência deles para a Nova Holanda. Os moradores passaram a usar o poder oficial que este detetive tinha para tentar pleitear o seu direito de permanência no local. Conforme indicaram estes moradores, o detetive estava tentando negociar com a prefeitura para que a transferência dos moradores não fosse feita para a Nova Holanda, e sim para um território mais próximo que não causasse transtornos aos que fossem transferidos[53]. A aproximação estabelecida com o detetive pelos moradores indica que eles continuavam criando estratégias e buscando alianças que pudessem somar na batalha contra a política de desapropriação, demonstrando o caráter autônomo e heterogêneo do movimento dos moradores do Esqueleto (SADER, 1988, p.10).

O autor Marco Pestana, muito pautados pelas ideias de Gramsci, nos indica que dentro de uma diversidade de identidade que havia entre os moradores, no sentido racial e dos grupos profissionais distintos, eles puderam construir formas de associativismo e laços de solidariedade diversos para (re)agir às ações do Estado (PESTANA, 2016, p.119). É neste processo, para o autor, que se deu a construção de uma consciência de classe nos movimentos de favela, o que de todo modo podemos também observar no Esqueleto. Notamos que

52 "Favela do Esqueleto" in "PM garantiu demolição da Favela da Maré", Última *Hora,* 25 de janeiro de 1962.
53 "Favela do Esqueleto vai mesmo desaparecer", Última *Hora*, 22 de janeiro de 1960.

os moradores sempre buscavam se identificar como trabalhadores, demonstrando sua consciência de classe, e sabendo, por isso, de que local falavam na cidade e na sociedade de classes (RODMAN, 2003, p.204-223), como no discurso do metalúrgico e morador do Esqueleto sobre o salário mínimo e a transferência para a Nova Holanda.

Alguns intelectuais contemporâneos à luta dos moradores do Esqueleto observavam o processo de articulação desses moradores e o modo pelo qual eram tratados pelo Estado por sua condição sociorracial. O artista plástico Hélio Oiticica era uma destas figuras, o carioca transitava por vários espaços da cidade, incluindo as favelas, dentre elas, o Esqueleto. A célebre frase "seja marginal, seja herói", deste artista, surge de uma interessante reflexão e experiência do artista com as favelas do Rio de Janeiro e suas trocas de saberes com os moradores. No Esqueleto, onde muito frequentava, fez amizade com Manoel Moreira (1941–1964), que ficou conhecido pela imprensa como o bandido Cara-de-Cavalo. Nos anos 1964, após o golpe empresarial-militar, Manoel Moreira se tornou um dos primeiros inimigos públicos do Estado. Manoel Moreira foi caçado pela polícia por ser acusado de assassinar o Detetive Le Cocq, situação que foi acompanhada de perto pela imprensa do período e causou grande comoção no Esqueleto[54]. A caçada se encerrou, quando na região dos Lagos, Manoel foi encontrado e alvejado pela polícia, que se gabou do seu feito. De frente a esse cenário, Hélio Oiticica, que além de crítico social, era amigo de Manoel, decidiu homenagear seu amigo com uma obra interativa, Bólide-caixa nº18 – B33 de 1966, e passou

54 "Primeiras vítimas tombam", 31 de agosto; "Um milhão por cara-de-cavalo", 3 de setembro; "General no comando supremo da guerra total à cara-de-cavalo", 4 de setembro; "Deputado Trota pediu trégua para cara-de-cavalo se entregar", 5 de setembro; "Mulher-tenente no rastro de falso padre cara-de-cavalo", 7 de setembro; "Cara-de-cavalo morreu atirando: levo um para o inferno comigo", 5 de outubro; 1964, Última Hora. A última reportagem contém detalhes exclusivos da execução de Manoel Moreira, cobertos pelo Última Hora.

a refletir na questão que levou a composição da célebre frase: o sujeito marginal[55].

Em um texto escrito em 1968 para uma exposição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, intitulado "O herói anti-herói, e o anti-herói anônimo", Hélio Oiticica reflete sobre as experiências de vida de sujeitos postos à margem, refletindo sobre como a estrutura social que estão inseridos "amputa suas possibilidades de sobrevivência". Neste texto, o artista aponta a "imprensa, polícia, políticos, a mentalidade mórbida e canalha de uma sociedade baseada nos mais degradantes princípios" como responsáveis pela estrutura social que reproduz cenas como as que se passaram com Manoel Moreira. Menciona ainda Carlos Lacerda e sua política de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro como uma tentativa de extermínio aos pobres (OTICICA, 1968)[56]. Com inspiração nas reflexões de Oiticica, e também por sua proximidade com o Esqueleto, que levamos a cabo o desafio de compreender a experiência de sujeitos marginalizados por conta do espaço que habitam e como travavam suas batalhas contra essa marginalização. A reflexão de Hélio Oiticica nos chama atenção para duas coisas importantes nesta pesquisa: a importância de se buscar compreender a realidade destes sujeitos por seus próprios termos e a atenção às diferentes estratégias adotadas pelos moradores no processo de luta pela permanência. Se olharmos com o filtro das reflexões de Oiticica para as inúmeras batalhas e estratégias traçadas pelos moradores do Esqueleto, iremos verificar os atos de heroicidade

55 STRECKER, Marion. *Por que homenagear bandidos,* Museu de Arte Moderna. Por que homenagear bandidos MAM Rio, acessado em 03/05/2021; OITICICA, Hélio. *O herói anti-herói, e o anti-herói anônimo,* 1968. Reprodução do texto datilografado - Arquivo do Programa Hélio Oiticica. SOPRO 45 - Fevereiro/2011 (culturaebarbarie.org). Acesso em 03/05/2021.

56 OITICICA, Hélio. *O herói anti-herói, e o anti-herói anônimo,* 1968. Reprodução do texto datilografado – Arquivo do Programa Hélio Oiticica. SOPRO 45 – Fevereiro/2011 (culturaebarbarie.org). Acesso em 03/05/2021.

desses sujeitos, como a invasão à Serfha, às diversas idas aos jornais para denunciar atuações ilegais do Estado, entre outras formas de resistência, como o funcionamento de um Cine Clube, do Club Aimoré, que garantiam o lazer e o acesso à cultura na localidade.

Sobretudo, é importante frisar que a disputa dos moradores pela permanência no Esqueleto não se iniciou na década de 1960, como afirmaram alguns trabalhos sobre este período da história urbana e dos movimentos sociais urbanos. De acordo com Juliana Oakim, a organização dos moradores do Esqueleto havia se iniciado a partir da década de 1960 com a intensificação das ações da prefeitura e do Estado da Guanabara para erradicar aquele espaço (MELLO, 2014). No entanto, ao acompanharmos as narrativas dos moradores do Esqueleto nos jornais, verificamos que pelo menos desde o final da década de 1940 havia uma organização deles para negociar com a prefeitura. Por isso, podemos constatar que a articulação e organização dos moradores do Esqueleto se deu bem antes da década de 1960, de forma heterogênea e autônoma. A heterogeneidade desses movimentos que eclodiram no Esqueleto são fruto das diversas formas que os moradores tinham de se relacionar e se apropriar do espaço que habitavam, que cabe no conceito de heterotopia desenvolvido por Michel Foucault que se refere aos espaços do outro, a parte das relações hegemônicas (PESTANA, 2016, p.115).

A criação da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara foi o ápice dessa articulação que partia das margens da cidade, fosse entre os moradores do Esqueleto ou de outras favelas do estado. Em 1963, quando as narrativas que partiam tanto da prefeitura quanto do Estado da Guanabara já estavam consolidadas, e parte do Esqueleto já havia sido extinta dando lugar à Radial Oeste e a um estacionamento do Estádio Maracanã, as associações de favela, através da liderança de Etevaldo Justino de Oliveira, fundaram a FAFEG. A partir daí, a federação passou a pautar o lema "urbanização sim, remoção não",

que demandava que o governo da Guanabara recuperasse, através de saneamento e obras urbanizadoras, as localidades que estavam ameaçadas de desapropriação (MELLO, 2014). Além de demandar essa pauta, os moradores levantaram argumentos baseados na realidade de suas localidades, buscando demonstrar que esses espaços eram recuperáveis e que os moradores estavam empenhados e aptos a participar das obras nos locais. Essas narrativas vinham sendo colocadas por moradores do Esqueleto desde o final dos anos 1950, em que Cláudio Ramos e Antonio Emidio já haviam sinalizado que os moradores queriam participar do processo de urbanização da localidade – o que demonstra que essa pauta dos moradores do Esqueleto, e de outras favelas, era anterior à fundação da FAFEG e bem difundida entre os moradores.

As primeiras lutas empreendidas pela FAFEG foram no Esqueleto e na Favela do Brás de Pina, as duas primeiras favelas que Carlos Lacerda tornou alvo de sua política habitacional[57]. Essas duas localidades estavam sendo ameaçadas por conta das obras modernizantes que o governador pretendia executar, o Esqueleto além de ter sido cortado pela Radial Oeste, havia se tornado o terreno sede da futura Universidade do Estado da Guanabara[58]. A projeção da Universidade do Estado da Guanabara pelo governo estadual demonstrou, mais uma vez, que o espaço do Esqueleto era tratado como vazio pelo Estado, que novamente criou um projeto de reformulação urbana sem considerar os habitantes da região. Mesmo a Favela do Esqueleto sendo a 5º maior do Rio de Janeiro, contando com cerca de 12 mil habitantes[59], o Estado criou projetos urbanos para a área que excluíam os moradores locais. De fato, desde a década de 1930 essa região vinha sendo cotada pelo Estado

57 "Favelas desmente secretário Vital", *Correio da Manhã*, 15 de dezembro de 1963.
58 "Universidade do Estado terá 365 mil m2", *Correio da Manhã,* 9 de setembro de 1962.
59 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-DP-PP-03.v3.

como ponto estratégico para a construção de aparelhos urbanos, como hospitais, estádios esportivos e universidades, além do corte provocado pela avenida Radial Oeste. Foi neste local que, durante todas as décadas de 1950 e 1960, a prefeitura e, posteriormente, o Estado da Guanabara se concentraram em construir a imagem de um Rio de Janeiro moderno e industrializado (PESTANA, 2022, p.82-98).

No final de 1963, numa coluna do *O Estado de São Paulo* foi confirmado que Carlos Lacerda iria construir a Universidade do Estado da Guanabara e um "bairro popular" bem ao lado do campus. O jornal, que se colocava muito crítico ao governo de Lacerda, à criação do Estado da Guanabara e às favelas (MELLO, 2012, p.65), logo afirmou que se tratava de mais uma reforma na cidade que seria feita sem planejamento, enquanto as que haviam sido planejadas não eram executadas, enquadrando essa situação no cenário de má gestão que existe no Brasil. Por fim, a coluna afirmou que "um povo de trabalhadores só pode ter um governo de trabalhadores", deixando nítida a visão política deste colunista, que não se identificou. O colunista até elogiou o governo pelo projeto de criação do "bairro popular" para o qual os moradores do Esqueleto seriam transferidos, mas não deixou de evidenciar a "incompetência" do Estado e que seus interesses não são os mesmos dos trabalhadores[60].

Neste mesmo ano, de forma estratégica, Lacerda tratou de abrir concessões e oficializar as biroscas de diversas favelas – o que facilitaria o comércio de alimentos dentro dessas localidades[61], que durante o final dos anos 1950 chegaram a ter o fornecimento interrompido. Pestana ressalta que no Censo de Favelas do Rio de Janeiro, feito pelo IBGE em 1960, o Esqueleto tinha cerca de 56 biroscas só nas vias principais (PESTANA, 2022, p.181) – número muito alto, que mais uma vez indica que dentro da localidade já havia uma dinâmica complexa estabelecida, envolvendo

60 "Favela do Esqueleto", *O Estado de São Paulo*, 17 de novembro de 1963.
61 "Governo do Estado", *Correio da Manhã,* 8 de junho de 1963. "oficializados", *Correio da Manhã,* 21 de junho de 1963.

o mercado interno e os laços de solidariedade. Os donos das birocas, os "birosqueiros", foram compreendidos na bibliografia sobre a história das favelas como uma "burguesia favelada", que se devia ao maior rendimento e possibilidade de acúmulo de capital comparando com os demais moradores. Além disso, os "birosqueiros" tinham uma relação mais próxima com agentes do Estado e foram beneficiados com favores dos órgãos públicos e mesmo casas maiores nos momentos de transferência executadas pelo governo. Segundo Valladares, essa "burguesia favelada" cooperou e muito nas ações do Estado dentro das favelas, ganhando muita vezes cargos nas associações controladas pelo Estado (VALLADARES, 1978, p.61). No entanto, soa contraditório categorizar esse grupo dos birosqueiros como uma "burguesia favelada", visto que ainda assim a maioria deles não tinha sequer um acesso pleno aos seus direitos civis e como comerciantes favelados, sendo essa concessão fornecida apenas em 1963 (FISCHER, 2006, p.417-425).

Esse ano foi marcado pelo acirramento político que estava posto no cenário nacional. As elites dirigentes passaram a se movimentar para frear qualquer tipo de reforma de base proposta por João Goulart – sendo uma delas a criação de uma nova política habitacional e uma reforma urbana, que afetava diretamente as favelas (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, p.217). Assim que se difundiu a informação de que os moradores do Esqueleto seriam transferidos para um "novo bairro criado em Bangu", a FAFEG, através do líder Etevaldo, se demonstrou contrária à desapropriação e à transferência para Bangu e apelou para João Goulart, que se colocava publicamente contra essas ações[62]. A postura dos moradores e a tentativa de mobilizar uma ajuda federal contra a ação do Estado da Guanabara evidenciam um conflito entre as esferas de poder que abria um campo de negociação para os moradores locais, em

62 "Favela do Esqueleto vai para Bangu", *Correio da Manhã,* 01 de janeiro de 1964.

brecha que só seria obstaculizada através do golpe empresarial militar de 1964 (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, 209-226).

A fim de evitar essas reformas de base e dar continuidade ao projeto modernizador, a cúpula militar, com o apoio do empresariado brasileiro, destituiu João Goulart da presidência (FICO, 2004)[63]. O governo da Guanabara se mostrou grande apoiador do golpe de 1964. Sandra Cavalcanti, nomeada Secretária de Serviço Social, enviou uma carta à Castelo Branco dizendo que o "Plano Nacional de Habitação seria a mensagem nº 1 da revolução para o povo", que "curaria a ferida cívica" das massas, mencionando que a nova política habitacional seria um "recado da revolução para o povo", que uniria a massa em torno desse projeto "revolucionário" de Estado. Essa comunicação de Sandra Cavalcanti não só mostra a aprovação ao governo golpista, mas também a busca de apoio do Estado da Guanabara à política habitacional que queriam implementar nas favelas do Rio de Janeiro. De acordo com Gonçalves e Amoroso, o governo golpista foi a chave para a realização dessa intervenção do governo estadual nas favelas, que não tinha apoio da gestão de João Goulart.

Enquanto isso, o Esqueleto continuou sofrendo com a "estiagem", por conta dos problemas na adutora que não foram resolvidos pela prefeitura e pelo governo da Guanabara. Aprofundava-se, com isso, o cenário caótico experimentado pelos moradores locais, sem que algum órgão público interviesse[64]. A principal queixa dos moradores era justamente a omissão pública em resolver o problema com a adutora, que só passou a existir quando iniciada a obra da avenida Radial Oeste. A continuidade desta queixa dos moradores indica o processo permanente de precarização daquela localidade pelo Estado. Além da estiagem, um

63 FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
64 "Seca leva moradores do Esqueleto ao desespero", *A Luta democrática*, 5 de março de 1964.

incêndio foi registrado numa determinada localidade do Esqueleto, tendo destruído por volta de cinco barracos. O fogo só foi controlado graças à ação dos moradores presentes e de torcedores que saiam do Maracanã no momento do incidente[65]. Situações como estas são verificadas em outros locais que haviam se tornado alvo da política "remocionista" do Estado da Guanabara, em que agentes públicos frequentemente ateavam fogo em favelas da cidade, para forçar a saída dos moradores do lugar (VALLADARES, 1978). Mais uma vez ficou evidente a precarização e omissão na prestação de serviços a esses moradores.

Em meio a esses ataques, os moradores do Esqueleto, em articulação com a FAFEG e as demais associações de favela, começaram a planejar o I Congresso de Favelados. Ainda que alguns autores afirmem que esse foi efetivamente o primeiro congresso realizado por favelados (MELLO, 2014), devemos lembrar que este se tratava do I Congresso da FAFEG, mas não era o primeiro congresso de favelados ou do Esqueleto. A Associação dos Homens de Boa Vontade já havia promovido um outro encontro do mesmo tipo no local em 1959, pautando certos temas que permaneciam neste outro encontro[66]. Este congresso levou a cabo a proposta de urbanização das favelas, maneira pela qual os associados acreditavam ser possível solucionar os problemas que existiam nessas localidades. Em busca da legitimidade das discussões levantadas, o presidente Etevaldo afirmou que o movimento da FAFEG era composto por "operários católicos que perceberam a necessidade de organizar os favelados para que deles mesmo partisse o esforço da redenção"[67], mobilizando categorias sociais importantes para o contexto. Juliana de Mello e Marco Pestana, em um relatório da Comissão Estadual da Verdade, afirmaram que Etevaldo, líder da FAFEG, era operário há cerca de

65 "Incêndio na favela destrói 5 barracos", *Correio da Manhã,* 17 de abril de 1964.
66 "Congresso dos favelados vai mostrar ao prefeito que serfha não existe", Última *Hora*, 2 de abril de 1959.
67 "Favelados iniciam seu I Congresso", *Correio da Manhã*, 1 de outubro de 1964.

14 anos na companhia Wilson Jeans e era associado à Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, com quem tinha bons relacionamentos (OAKIM; PESTANA, 2015). Por mais que em algumas reportagens Etevaldo apareça como morador do Esqueleto, ao analisar o quadro da direção da FAFEG, Pestana verifica que Etevaldo é da Favela Bispo 117 (PESTANA, 2022). É importante observarmos que as alianças com a Igreja Católica foram valiosas neste contexto político brasileiro. Neste sentido, as ideologias sociais católicas permitiram uma maior conexão entre os moradores do Esqueleto, que eram majoritariamente católicos[68] – ou seja, mais um elemento de identificação neste movimento.

De maneira estratégica, Etevaldo convidou tanto Carlos Lacerda quanto Castelo Branco para participarem do Congresso de Favelados, inclusive como paraninfo – evidenciando sua tentativa de construir um canal de diálogo com as duas esferas de poder. Como Etevaldo mencionou, os moradores estavam fazendo todas as jogadas possíveis para conseguir garantir a permanência no local e sempre deixando evidente que "se reservam ao seu direito de resistir às medidas que julgarem inconvenientes aos favelados", ou seja, estavam dispostos a ir às últimas consequências para manter o Esqueleto de pé. Conclui a entrevista afirmando que não era porque se tratava de um "movimento cristão que deixaria de ser energético, se necessário"[69]. Nesta fala, Etevaldo anuncia que, ainda que sigam os fundamentos cristãos que pressupõem a não violência, o líder não descartou as ações diretas em função da permanência do local – essa fala de Etevaldo também revela a heterogeneidade nas estratégias adotadas pelo movimento dos moradores do Esqueleto.

O Congresso tratou de mobilizar diversas pautas importantes para os moradores de favela. Por se tratarem de trabalhadores urbanos, eles tinham de fato muitas pautas em comum, fosse sobre saúde,

68 SAGMACS. Relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1960. 13 de abril de 1960.
69 "Favelados iniciam seu I Congresso", *Correio da Manhã*, 1 de outubro de 1964.

educação e mercado de trabalho e religião – uma vez que a maioria dos associados e moradores de favela em geral se proclamavam católicos[70]. Foram formadas comissões para cuidar dos temas: marginalidade, saúde, habitação, subsistência, educação, trabalho, "cidadão favelado", "realidade brasileira vista pelo favelado", além de apresentação das novidades nas favelas, construção de plenárias durante o evento e concurso de Miss Favela[71]. Esta pauta dos grupos de trabalho escolhidas pelos congressistas indicavam as temáticas mais urgentes a serem tratadas por moradores de favela. Dentre elas, o tema marginalidade aparece a partir de um incômodo que esses moradores tinham com a estigmatização que as favelas sofrem. Ao observar as pautas levantadas para discussões e formação de comissões neste congresso, podemos verificar que os favelados estavam construindo, havia tempo, uma discussão sobre esses temas a partir de sua realidade, perspectiva e experiência. Ao chamarem as autoridades públicas para participar e ouvir essas discussões a partir da narrativa dos favelados, a FAFEG e Etevaldo buscavam criar formas de negociar com o Estado, a partir da experiência dos próprios moradores. Embora na prática nenhuma daquelas autoridades tenha comparecido ao evento, podemos notar que o congresso representou um esforço democrático dos associados da FAFEG e dos moradores do Esqueleto, anfitriões do evento, para buscar construir coletivamente, em meio a um cenário autoritário, uma pauta unificada de demandas para as favelas, consolidando esse movimento social por permanência nesses espaços.

Pouco tempo depois, Etevaldo conversou com o *Correio da Manhã* e fez duras críticas a Lacerda. A principal delas foi a de seu governo se beneficiaria da construção de vilas operárias, que "nada

70 Idem. Sobre a relação da Igreja Católica com o movimento social de favelas ver PESTANA, Marco Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2022.
71 Idem.

solucionavam o problema das favelas", apenas beneficiando os cofres públicos[72]. Etevaldo vai além ao afirmar que as obras de desapropriação e a transferência dos moradores para a Vila Kennedy, em Bangu, seriam muito mais dispendiosas do que a recuperação do Esqueleto. A análise de Etevaldo seria confirmada um tempo depois pelos financiadores estadunidenses da Aliança para o Progresso, que custearam a política habitacional do governo da Guanabara responsável por desapropriar e transferir moradores do Esqueleto e de outras favelas de áreas centrais para o subúrbio neste período[73]. Isto nos indica que, longe de serem agentes passivos ou bestializados, esses moradores tinham uma leitura bem apurada do cenário no qual estavam inseridos. Etevaldo afirmou, em tom colérico, que os moradores de favela deveriam ser tratados como "cidadãos", mas que a execução deste projeto os tratava como "bichos". Tal afirmação mostrava que Etevaldo reconhecia que a maneira pela qual o Estado se relacionava com os moradores do Esqueleto e de favela, em geral, estava longe de se pautar pela lógica da cidadania. O líder concluiu a entrevista afirmando que a favela era uma porta de integração do favelado à cidade, desconstruindo a ideia repetida nos jornais e por intelectuais de que a favela não era integrada à cidade, que estava "partida" (VENTURA, 1994). Cada vez mais notamos o quanto a cidade é não só integrada, mas porosa, com zonas marginalizadas dentro de zonas valorizadas, como o caso do Esqueleto (CARVALHO, 2019), em que os moradores circulavam para exercer seus ofícios.

Em reunião realizada dentro do esqueleto do Hospital das Clínicas, com os habitantes do Esqueleto, Etevaldo deu uma entrevista

72 "Líder favelado acusa a farsa das vilas operárias", *Correio da Manhã,* 4 de novembro de 1964.

73 AMOROSO, Mauro. GONÇALVES, Rafael Soares. "Golpe militar e remoções de favelas cariocas. Revisitando um passado ainda atual". *Revista Acervo,* RIO DE JANEIRO, V. 27, Nº 1, P. 209-226, JAN./JUN. 2014 – P. 209-212.

reforçando a proposta dos moradores de se manterem no espaço, junto com a Universidade do Estado da Guanabara, caso contrário, continuariam na luta pela permanência do Esqueleto. O líder sugeria duas possibilidades: que a área fosse urbanizada e requalificada para que eles morassem e o espaço do terreno restante fosse ocupado pela UEG; a outra era de que os moradores ocupassem o prédio do Hospital das Clínicas e o restante do espaço abrigasse o campus da universidade[74]. Eram inúmeras sugestões e soluções que Etevaldo, a FAFEG e outros moradores tentaram propor ao governo do Estado da Guanabara. Entretanto, os órgãos e as autoridades públicas pareciam não querer negociar com os moradores a permanência no Esqueleto. Em meados de 1964, uma notícia de um financiamento estadunidense ao Estado da Guanabara é veiculada sem maiores detalhes pelos jornais[75]. De acordo com Gonçalves, tratava-se de uma ação da Aliança para o Progresso, uma forma dos Estados Unidos estabelecerem influência no Brasil no contexto da Guerra Fria. O recurso em questão partia do Fundo do Trigo, ao qual o Brasil teve acesso a fim de garantir a construção de casas populares previstas pelo Plano Nacional de Habitação (GONÇALVES, 2013, p.220). Esse financiamento possibilitou a execução da desapropriação do Esqueleto e de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro. Diante desta ameaça, os moradores do Esqueleto se mantiveram articulados, a ponto de gerar um temor nas autoridades estaduais de não conseguir executar o plano de desapropriação daquela localidade – o que nos demonstra o nível de organização e impacto das ações desses moradores (PESTANA, 2022, p.292). Mesmo com a disputa acirrada, os moradores não fugiram da raia e permaneceram em luta.

74 "Esqueleto não se move", *Correio da Manhã,* 28 de novembro de 1964.
75 "Orçamentos e marcos emprestados",Última *hora,* 08 de julho de 1964.

Os moradores preferem o Esqueleto!

Em setembro de 1964, o *Diário de Notícias* anunciou que assistentes sociais da Secretaria de Serviço Social do Estado da Guanabara estavam recenseando o Esqueleto, para que enfim fosse posta em prática a transferência dos moradores[76]. Na imagem a seguir, podemos ver as assistentes sociais fazendo entrevistas pelas ruas do Esqueleto.

Figura 13 – Fotografia do recenseamento da Secretaria de Serviço Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Favela do Esqueleto.1077 – Aspectos da favela do Esqueleto, 27 de julho de 1965 – código BR RJ APERJ AID.CL.FE.1077.

Na foto, podemos notar duas mulheres fazendo entrevista, uma com uniforme e outra sem. A moça de uniforme, provavelmente uma estudante de Serviço Social[77], fazia as perguntas do questionário

76 "Rio dos cariocas", *Diário de notícias,* 03 de setembro de 1964.
77 Em outras imagens do Censo Escolar do Esqueleto, no Dossiê da Favela do Esqueleto do Arquivo Público do Estado, outras moças aparecem fazendo entrevistas com moradores, algumas estão de uniforme – estudantes de Serviço Social – e outras não. Idem.

aos moradores, sendo acompanhada pela outra moça sem uniforme, provavelmente uma supervisora. É neste período que podemos verificar uma maior produção de dados sobre o Esqueleto e de registros fotográficos desta localidade, graças aos estudos executados pelo governo do Estado da Guanabara. A Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara, COHAB, desenvolveu um estudo que envolvia um recenseamento da localidade, para, assim, executar a desapropriação e transferência para Vila Kennedy[78].

Na imagem abaixo, podemos notar que o mapa do Esqueleto foi dividido em áreas. Cada uma delas contando com uma equipe de recenseadoras que levantou dados específicos que seriam utilizados para planejar a transferência de cada área.

Figura 14 - Planta da Favela do Esqueleto. Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 – Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas, 07 de fevereiro de 1939 a 19 de outubro de 1953. Código BR RJ COC LE-01.01.054.53/113.

78 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-DP-PP-03.v3.

No mapa acima, podemos reparar a divisão dos lotes feitas pela COHAB, numa tentativa de organizar as áreas a serem desapropriadas. Podemos reparar também, por conta disso, que a localidade era bem dividida e com inúmeras ruas e vielas, além de estar próxima aos bairros de Vila Isabel, Engenho Novo e Tijuca. A área "A", à esquerda do mapa, que ficava bem de frente para o estádio Maracanã, foi a primeira área a ser removida, o que pode indicar um interesse em desapropriar mais rapidamente aquele espaço determinado. Esse relatório foi assinado por Solange Leme Valle, assistente social da COHAB. De acordo com os dados produzidos por área neste relatório, boa parte dos moradores tinha acesso à água, de forma encanada ou através das bicas – além da água, muitos moradores tinham acesso à luz, mas a maioria dependia da distribuição de terceiros. A localidade contava com escolas, do tipo "jardim da infância", com mais de 70 alunos e 2 recreadoras, escola de corte, costura e trabalhos manuais, com 70 alunos e 3 professoras, e um curso de alfabetização noturno para adultos, com cerca de 40 alunos. Essas escolas funcionavam no espaço da associação Amigos da Vila de São Jorge. A maioria das crianças que cursaram o ensino fundamental na escola pública primária República Argentina, localizada na avenida 28 de setembro, Vila Isabel. De acordo com o relatório da COHAB, cerca de 940 alunos que moravam no Esqueleto eram estudantes dessa escola. A escola secundária que tendia aos moradores dali era o Colégio Estadual João Alfredo, no entanto, apenas 13 alunos eram matriculados nesta escola, indicando que poucos moradores do Esqueleto conseguiam cursar o que hoje seria o ensino médio[79].

O relatório, na realidade, reforça um argumento antigo das lideranças do Esqueleto de que a localidade estava sim em condições de ser recuperada e urbanizada. Contando, com diversos serviços para os moradores, incluindo escolas e pequenos postos de saúde, além da proximidade

79 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-DP-PP-03.v3.

à estação de trem, da Avenida Radial Oeste e das várias fábricas da região da Mangueira, Vila Isabel e Tijuca, faziam com que o Esqueleto ainda fosse mais atrativo para trabalhadores da cidade do que outros bairros distantes. Por isso, para os moradores, uma reforma urbana no Esqueleto seria muito mais vantajosa do que sua erradicação – uma vez que havia uma infraestrutura no local que poderia ser recuperada, como o prédio do Hospital das Clínicas. A seguir, podemos reparar na imagem em que diversas casas do Esqueleto eram de alvenaria – principalmente as próximas às ruas principais, e as que não estavam nesse padrão eram de madeira. Além disso, podemos reparar na rua larga de frente para o prédio do Hospital das Clínicas, se tratava da rua Anita Garibaldi, atrás do prédio estava situada a rua das Crianças, essa área do Esqueleto foi nomeada de "E" durante o relatório da COHAB[80]. Essa rua, de acordo com o relato dos primeiros moradores, foi uma das primeiras regiões construídas pelos moradores do Esqueleto, isto porque começaram a habitar próximo do prédio do Hospital das Clínicas ou no próprio prédio.

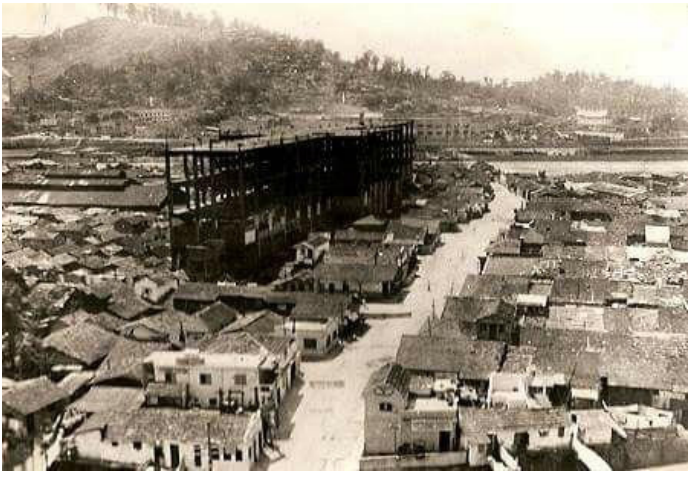


Figura 15 – Fotografia da Favela do Esqueleto com a Mangueira ao fundo. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fundo Favela do Esqueleto.

80 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953) código BR RJ COC LE-01.01.054.53/110.

Se repararmos na via que cortava o Esqueleto, podemos ver várias construções em alvenaria desta perspectiva. Podemos verificar também que até o segundo andar do prédio em construção que dava o nome ao Esqueleto havia residências improvisadas pelos próprios moradores, tanto em madeira quanto em alvenaria. De forma geral, podemos notar que essa região era bem ocupada, com poucos espaços vazios para construção de novas casas. De frente para a rua principal, podem ser vistos alguns postes de luz, indicando que a distribuição de energia acontecia a partir da rua para o centro da localidade. Na imagem abaixo, de forma contrária, podemos notar que em alguns locais do Esqueleto as construções de madeira eram mais preponderantes, enquanto em outras áreas a maior parte das construções era de alvenaria. Geralmente, quanto mais ao interior da localidade pior era a condição da habitação e o acesso à água e luz, pois os relógios de luz ficavam na entrada da favela. De todo modo, o que é mais chamativo nesta foto é o adensamento dessa região. Nessas imagens das idas dos agentes do Estado, podemos ver a estrutura por dentro da localidade e do cotidiano.

Figura 16 e 17 – Fotografias de visitas de agentes da Prefeitura do Distrito Federal no Esqueleto. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Fundo Governo da Guanabara, Dossiê Favela do Esqueleto, 1964. Código BR.RJ.AGCRJ.ICO.FAV.ESQ.234.01.12

Na foto, podemos observar que boa parte das moradias eram feitas de madeira. A primeira imagem foi feita no meio de uma viela do Esqueleto, em que algumas crianças corriam e uma mulher olhava para a foto. Podemos reparar que, nesta viela, diversas casas tinham à sua frente um poste de luz, o que marca essa distribuição de eletricidade pelo interior da favela. Na segunda imagem, as casas também são de madeira, e com espaço de quintal – no qual muitos moradores criavam horta, assim como seu Américo Conceição mencionou em 1947, inclusive, em 1953, seu Américo colheu um aipim gigante, que fez questão de anunciar no Última *Hora*[81]. Nesta imagem da esquerda, podemos reparar nos moradores reunidos conversando e sorrindo, no entanto, devemos levar em consideração que eles tinham noção de que estavam sendo

81 "Doze famílias em pânico", *Correio da Manhã,* 31 de dezembro de 1947. "Aipim Gigante", Última Hora, 23 de junho de 1952. Seu Américo foi a redação do jornal para anunciar a colheita do aipim gigante na horta que cultivava na Favela do Esqueleto. Ainda assim, o jornal tentou afirmar que a terra não era própria para o cultivo, mesmo com o resultado obtido por seu Américo, que ficou muito orgulhoso, segundo o jornal. De acordo com Américo, o aipim foi exposto durante todo o dia na rua Turf Club para os outros moradores.

fotografados por agentes do estado da Guanabara e da COHAB, que tinham a intenção de melhor conhecer a região para delimitar o plano de erradicação do local. De alguma forma, era importante para os moradores que o local parecesse harmonioso, diferente do que se retratava nos jornais, e não somente Ainda nas travessas ou ruelas menores, podemos notar uma certa organização na construção, ainda que dentro de uma condição de precariedade[82]. O estudo da SAGMACS, de 1960, já havia mencionado que o Esqueleto tinha uma infraestrutura regular, com ruas largas e bem definidas, bem como o relatório da COHAB indicou. Por isso, recuperando a proposta de Etevaldo, a reforma do Esqueleto não excluía a construção da universidade naquele terreno, mas a partilha daquele espaço com quem já o habitava (PESTANA, 2022, p.296). Etevaldo novamente mencionou que as áreas em que estavam situados os favelados eram espaços que tinham abastecimento de serviços, que "permitiram ao favelado integração na região em que se situa". Por isso, apelou para que o governador da Guanabara se ocupasse em construir novas escolas técnicas na região, que pudessem profissionalizar os moradores de favela para que assim acessassem melhores postos de emprego, ressaltando que aquela região muito dependia da mão de obra que habitava o Esqueleto[83].

Ainda sem um retorno positivo dessas propostas colocadas pela FAFEG através de Etevaldo, os moradores decidiram convocar uma reunião para discutir a possibilidade de desapropriação e transferência do Esqueleto para a Vila Kennedy, em Bangu. Ao ser entrevistado pelo *Correio da Manhã,* o líder Etevaldo afirmou que em "condição de homens livres e da própria democracia a luta por seus direitos e a

82 SANTOS, Carlos Nelson dos. *A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta,*

Revista de Administração Municipal nº 165, outubro/novembro de 1982.

83 "Líder favelado acusa a farsa das vilas operárias", *Correio da Manhã,* 4 de novembro de 1964.

procura de um modo justo de vida", os moradores tinham o direito de decidir se queriam permanecer ou não no Esqueleto. Acrescentou também que, assim como havia acontecido na Favela de Brás de Pina, onde o Estado colocou caminhões tentando convencer os moradores da desapropriação, isto já estaria ocorrendo no Esqueleto, mas que ele e a associação sentiam que essa não era a vontade dos moradores – por isso, decidiram organizar entre eles um plebiscito sobre a questão. A reunião dos moradores para organização deste plebiscito foi registrada pelo repórter fotográfico do jornal *Correio da Manhã:*

Figura 18 e 19 – Reunião entre os moradores do Esqueleto. Arquivo Nacional, Fundo ***Correio da Manhã***, 27 de novembro de 1964.

Na imagem da esquerda, podemos observar Etevaldo Justino, líder da FAFEG que aparece ao centro, com o microfone à sua frente. Na imagem à direita, podemos notar a grande presença de público, formado por moradores do local que acompanhavam atentamente as falas. O encontro aconteceu na associação Amigos da Vila São Jorge e, além de ter o objetivo de mostrar, de forma democrática, que os moradores não tinham desejo de deixar o Esqueleto, era uma forma de pressionar Lacerda a cumprir a promessa de urbanização da localidade (PESTANA, 2022, p.317). A reunião foi marcada por diversos depoimentos de moradores cobrando a realização da urbanização que, segundo eles, Lacerda havia prometido no dia em que esteve na localidade para inaugurar a avenida Radial Oeste. Questionaram também a necessidade de retirada dos moradores, já que a universidade só ocuparia "a terça parte do terreno", por isso, para eles "o governador deve e pode construir conjuntos residenciais para os favelados"[84]. Os moradores finalizaram a reunião avisando que se encontrariam novamente para melhor encaminhar suas demandas ao governador através de um plebiscito, que marcaria sua escolha democrática pela permanência. Importante evidenciar que, em meio a um regime autoritário, os moradores queriam por vias democráticas garantir a permanência na localidade – o que mostra a atuação política desses moradores em defesa não só do Esqueleto, mas da democracia como sistema político.

Contemporâneo a luta dos moradores pela permanência na localidade, Zé Keti, compositor e músico pernambucano radicado no Rio de Janeiro, compôs em 1964 o samba *Opinião*, ao qual endossou a luta por permanência dos moradores de favela do Rio de Janeiro[85]. A composição é um reflexo do cenário de intensas lutas sociais entre os favelados e o Estado, a qual os moradores do Esqueleto não só fizeram parte, mas foram protagonistas, se colocando firmes em seu objetivo

84 "Povo do Esqueleto não quer a mudança", *Correio da Manhã,* 28 de novembro de 1964.
85 Zé Keti, *Opinião*, 1964.

de permanecer em seus lares – sendo um dos principais agitadores, já que eram a maior favela ameaçada de desapropriação (PESTANA, 2022, p.296). A composição de Zé Keti, popularizada na voz de Nara Leão e outros intérpretes, demonstrou a proporção que o movimento dos moradores de favela vinha ganhando no cenário social e o quanto os problemas habitacionais ganhavam cada vez mais repercussão.

Por conta da força desse movimento, o policiamento no Esqueleto foi reforçado e as operações policiais se tornaram cotidianas. Os moradores reclamavam que tinham suas casas invadidas, eram revistados sem motivo, incluindo as mulheres, e chegavam a ter as atividades comerciais interrompidas por conta dos "cercos" que se instalavam[86]. De acordo com o jornal, a "blitz" começou logo de manhã na ida para o trabalho, sendo os moradores encurralados em todas as saídas da favela por cerca de 240 soldados da polícia. Na imagem a seguir, podemos notar que mesmo as mulheres também eram alvo de enquadro policial, sem que houvesse o respeito aos limites de gênero – impostos pela norma social – na abordagem policial.

Figura 20 – Cerco policial no Esqueleto. Última ***Hora,*** 19 de julho de 1964.

86 "À saída para o trabalho a polícia cercou o Esqueleto", Última *Hora,* 19 de julho de 1964.

Esse desrespeito à honra das mulheres do Esqueleto, tem a ver com o tratamento diferenciado que o Estado brasileiro dá às mulheres negras e pobres, assim como o caso de Efigênia, que foi agredida pelo detetive do posto policial quando estava grávida. Podemos notar a influência das intersecções de raça, gênero e classe na forma como o Estado trata as mulheres que habitavam o Esqueleto, maioria daquela população. Segundo o jornal, a ação resultou na prisão de cem pessoas, mas só reteve para averiguação seis pessoas. A coluna indicou a falta de critério da polícia na ação que resultou num número alto de prisões e, em contrapartida, uma queda brusca para averiguação. Das seis pessoas presas, três eram homens detidos por porte de arma, Élson Rocha se disse aprendiz de mecânico mas estava com posse de arma, João Antônio era servente mas estava com posse de um punhal e seu irmão, Severino, estava com uma navalha. Duas outras pessoas foram levadas, José Carlos Sales e Neusa Maria Silva foram detidos por tentarem fugir ao ver a polícia. Não ficou nítido na reportagem a motivação da operação no Esqueleto, se era intenção de coibir quadrilhas de ladrões, venda de maconha ou algo do tipo, por isso até que o jornal mencionou a falta de critério da ação policial[87].

Essa medida indica a tentativa de coagir os moradores, à medida que o movimento pela permanência no Esqueleto ganhava força, não só ali, mas em outras favelas da cidade, como Brás de Pina e Pasmado (PESTANA, 2022, p.242). Marco Pestana mencionou que o aparato militar do governo federal e estadual foram capazes de garantir o controle desses locais através deste tipo de operação militarizada, da qual o Esqueleto também foi vítima[88]. Dessa forma, podemos notar que o número de incursões policiais aumentaram consideravelmente, muitas vezes, sem uma razão específica, como ocorreu no caso do Esqueleto. No entanto, é importante ressaltar que frente a esse cenário, as

87 Idem.
88 Idem.

associações de moradores das favelas que vinham sendo ameaçadas de desapropriação se mantiveram articuladas entre si – ou seja, mantendo um alinhamento de pauta entre associações de localidades distintas, com a intenção de unificar a luta contra a política de remoção de Lacerda, disputando a permanência e urbanização dessas localidades.

Pouco tempo depois da reunião no Esqueleto para deliberar estratégias de permanência, a notícia de que uma comissão de 11 moradores havia sido formada com o intuito de construir um plebiscito entre os moradores para, democraticamente, demonstrar o desejo dos moradores à Lacerda, chegou à polícia. No dia 9 de dezembro de 1964, o líder da FAFEG, Etevaldo Justino, foi preso sob a acusação de ter agitado um plebiscito para garantir a permanência no Esqueleto, que agitou os ânimos da favela[89]. Em concomitância a isso, o Esqueleto teve o policiamento redobrado, os líderes da associação dos Amigos de Vila São Jorge foram intimidados pelos agentes do DOPS a fecharem a associação e não prosseguirem com o plebiscito[90]. O final do ano de 1964 foi tenebroso para os moradores do Esqueleto, principalmente para os líderes daquele movimento. De acordo com os relatos da Comissão Estadual da Verdade, Etevaldo havia sofrido tortura nos dias que ficou preso no DOPS, e enquanto

o órgão se negava a confirmar a prisão do líder para sua esposa e familiares que o procuraram em diversos locais, inclusive no DOPS, sendo dado como desaparecido político[91].

89 Idem.

90 Idem, pp.296.

91 "Preso o líder dos favelados no DOPS", *Correio da Manhã*, 11 de dezembro de 1964. "Polícia liberta o líder dos favelados", *Correio da Manhã*, 16 de dezembro de 1964. MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. ""Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970". 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

A esposa de Etevaldo, Arcelina de Oliveira, foi ao *Correio da Manhã* denunciar o desaparecimento do marido, acompanhada de diretores da FAFEG que sabiam que o líder estava reunido com agentes da COHAB no Esqueleto no momento em que foi preso pelo DOPS. Apenas uma semana depois os agentes do DOPS libertarem Etevaldo, a pedido da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, do Padre Pedro Velloso, da PUC, Padre Pancrácio Dutra da Confederação Nacional dos Círculos Operários e Pelo Frei Cassiano de Villarosa do Serviço Social São Sebastião, que assinaram cartas de "bons antecedentes" para Etevaldo (OAKIM, 2015, p10). Segundo Pestana, os aparatos repressivos do Estado da Guanabara e federais, através dos militares, já estavam articulados para coibir qualquer tentativa de oposição à execução do plano de desapropriação, antes mesmo dele ocorrer. A prisão de Etevaldo revela que os movimentos sociais de favela, que estavam naquele período travando uma luta política por direito à moradia e à cidadania, foram as primeiras vítimas de coerção social do aparato ditatorial.

As violações de direitos humanos da ditadura que mais tiveram atenção da historiografia não foram aquelas que ocorreram com favelados ou em favelas (AMOROSO; GONÇALVES, 2014, p.209-226). Tampouco, quando se pensa a ditadura civil-militar, as favelas costumam estar no centro da atenção das análises historiográficas. Recentemente, no entanto, alguns trabalhos têm começado a mudar esse cenário – como são os casos daqueles produzidos por Marco Pestana e Juliana Oakim, que fizeram o esforço de produzir análises importantes sobre o impacto do projeto político desse Estado autoritário nas favelas cariocas e na vida de seus moradores (MELLO, 2013; PESTANA, 2022). Porém, é válido ressaltar que os moradores de favela vinham sofrendo violações do aparato do Estado antes mesmo do golpe de 1964 (PERLMAN, 1981), que viria a intensificar e complexificar as formas de coerção e violação dos direitos de cidadão dos favelados. Por conta da lacuna entre os estudos de ditadura civil-militar e de favelas, um esforço

tem sido feito nos trabalhos de História das Favelas em se debruçar sobre o processo de desapropriação na Guanabara como um desdobramento do golpe de 1964, em que violência e autoritarismo garantiram a execução dessa política de remoção (AMOROSO; GONÇALVES, 2014 p.209-226; pestana, 2022). Essa ação do Estado deixou a articulação dos moradores desalinhada mediante a violência que haviam sofrido e temerosos que episódios do tipo viessem a se repetir.

Ainda que o Estado tivesse agido para evitar que o plebiscito ocorresse no Esqueleto, o *Diário de Notícias* acabou executando a votação que havia sido interrompida[92]. Sem maiores surpresas, o resultado demonstrado pelo plebiscito do jornal revelou que a maioria dos moradores gostaria de permanecer no Esqueleto. A reportagem deste jornal conversou com algumas donas de casa do Esqueleto, e elas afirmaram que a ação do DOPS foi na intenção de coibir não só o plebiscito, mas acima de qualquer coisa, a resistência dos moradores à transferência para Vila Kennedy. Na enquete, o *Diário de Notícias* constatou que mais de 70% dos moradores do Esqueleto desejavam permanecer na localidade, "apesar de viverem numa horrível promiscuidade". O jornal ressaltou que os moradores, em geral, estavam mobilizados para lutar pelo direito de permanecer no Esqueleto, mesmo com a "obstinação do secretário de Serviços Sociais, que afirmou que de qualquer maneira os favelados vão sair, para que a área seja entregue à Universidade"[93]. Além de o jornal demonstrar que os moradores eram contrários à política implementada, que esgarçou o direito à cidadania e à cidade dos moradores de favela, demonstrou também a pressão feita pelo Estado, tanto através da comunicação quanto pela coerção policial.

O conselheiro da associação Amigos da Vila São Jorge, Nestor Soverino, disse à reportagem:

92 "DN realizou plebiscito vetado: preferem Esqueleto", *Diário de Notícias,* 12 de dezembro de 1964.
93 Idem.

> Os favelados apenas pedem, pelo amor de Deus, para que urbanizem a favela. Nós, trabalhadores precisamos realmente de melhores condições de vida, para nós e nossos filhos; compreendemos também a necessidade que o Estado tem do terreno. Por que, então, não urbanizam a favela em vez de nos levarem para tão longe, onde corremos, inclusive, o risco de perdermos o emprego[94].

A fala do conselheiro reforça mais uma vez a demanda pela urbanização que era a tônica dos movimentos sociais de favela, sobretudo pela influência da FAFEG. Assim como Nestor, envolvido com as articulações políticas, os moradores que não tinham esse grau de envolvimento nos movimentos de favela também acreditavam estarem "erradíssimos"[95] os governantes ao tirarem o Esqueleto dali. Quem fez essa afirmação foi a dona de casa Maria José da Silva, frequentadora do Clube das Mães – espaço que tinha finalidade de "preparar as mães faveladas para seus futuros lares"– ao discordar de sua professora, Valdete Silva, que afirmava ser urgente a transferência dos moradores para Vila Kennedy por questões higiênicas. Podemos verificar que a professora Valdete, buscou endossar o discurso dos agentes públicos no Esqueleto com suas alunas naquele ambiente, no entanto, Maria José não reproduzia o discurso, demonstrando que não teria sua demanda cooptada pelo discurso da professora. A discordância entre professora e aluna nos revelam o uso de aparelhos de assistência social nas favelas para propagação de discurso a favor dos interesses do Estado, bem como ocorreu com a circulação de carros de som com propaganda a favor da desapropriação em Brás de Pina e no Esqueleto (PESTANA, 2022, p.212). Mesmo com todo esse cenário de tensão, as moradoras e moradores não absorveram de forma total o discurso remocionista, se mantendo firmes na decisão de permanecer no Esqueleto, mesmo

94 Idem.
95 Idem.

com as ameaças de desapropriação. Neste sentido, podemos notar que Maria José estava consciente das demandas de seus iguais e, acima disso, compreendia o Esqueleto como um lugar bom para morar, mesmo com todos os seus problemas (VALLADARES, 1978).

Uma outra dona de casa, Dona Cecília Alves, moradora há treze anos do Esqueleto, afirmou neste mesmo plebiscito realizado pelo *Diário de Notícias* que "não é possível trabalhar aqui e morar no mato", enquanto outro morador, o pedreiro João Antonio da Luz mencionou que "se sair da favela para morar no Estado do Rio, o dinheiro não vai dar nem para pagar a condução, quanto mais para comprar feijão e tamancos para meus filhos calçarem". Para completar, o próprio João Antônio perguntou ao final para o repórter: "e nossas mulheres que lavam roupa em Copacabana?"[96]. As falas desses moradores refletem duas questões importantes sobre a cidade do Rio de Janeiro neste momento. A primeira é que a região de Bangu, onde está situada a Vila Kennedy, ainda era percebida por esses moradores como à parte da cidade do Rio de Janeiro, por isso o morador menciona que ir para lá seria "morar no Estado do Rio", e não na Guanabara, que era a antiga capital federal. Nesse sentido, a moradora também salienta a sensação de que a Vila Kennedy ainda era "mato". De fato, o crescimento demográfico da região de Bangu e boa parte da Zona Oeste esteve muito atrelado à expansão da indústria na região, que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960. Por conta disto, no período de construção da Vila Kennedy aquela parte da cidade tinha poucos equipamentos urbanos disponíveis, ou seja, ausência de linhas de ônibus, hospitais, escolas, entre outras coisas, o que dava a impressão para os moradores do Esqueleto de que aquele espaço se tratava de "mato". A segunda questão importante exposta pelos moradores – reflexo da falta de infraestrutura da Vila Kennedy, era a dificuldade de

96 "DN realizou plebiscito vetado: preferem Esqueleto", *Diário de Notícias,* 12 de dezembro de 1964.

deslocamento aos locais centrais da cidade, uma vez que ainda não existia uma linha de ônibus que ligasse Centro e Vila Kennedy ou Tijuca e Vila Kennedy, bairros em que os moradores do Esqueleto trabalhavam. Essa era uma crítica feita constantemente pelos habitantes do Esqueleto, o que demonstra que eles estavam atentos a esse afastamento que o Estado estava proporcionando.

Além dos adultos, o *Diário de Notícias* entrevistou as crianças e adolescentes do Esqueleto, que em sua maioria afirmaram preferir permanecer no local por conta da proximidade com as escolas da região. O repórter mencionou que um menino de 5 anos, chamado Francisco, "perguntava insistentemente" se "a casa vai sair hoje?"[97]. A insistência do menino é um reflexo da preocupação que os adultos ao seu redor estavam sofrendo com a possibilidade de despejo. No entanto, o jornal ainda reforçou a importância da transferência dos moradores, alegando que estes teriam o acesso e assistência disponíveis na Vila Kennedy. Importante ressaltar que o *Diário de Notícias* não fez menção à prisão de Etevaldo, apenas comenta a presença do DOPS para impedir o plebiscito[98].

Pouco tempo depois de ser solto, Etevaldo participou de uma homenagem ao Padre Sanz Artola, grande aliado na luta dos movimentos dos favelados na cidade. O evento foi feito para que o padre ganhasse o título de "cidadão favelado" da FAFEG, por conta de sua articulação na luta pela permanência de diversas favelas. Esse encontro contou com um discurso de Etevaldo, em que teceu críticas às ações de Lacerda – mesmo após ter sido preso pelo DOPS, e afirmou que não seria expulsando os favelados de suas casas que se resolveria o problema das favelas da Guanabara[99]. A concessão dessa "cidadania favelada" para o padre, nos revela que os associados da FAFEG entendiam que os favelados eram um tipo específico

97 Idem.
98 Idem.
99 "Padre Artola já é cidadão favelado", *Correio da Manhã,* 26 de janeiro de 1965.

de cidadão, que precisava lutar por acesso pleno à cidadania e garantia de direitos (FISCHER, 2008). Mesmo com as limitações de atuação, por conta da coerção policial, Etevaldo, FAFEG e os moradores do Esqueleto se mantiveram contrários e críticos às ações do governo da Guanabara.

A prefeitura e o Estado da Guanabara havia criado um imaginário de que os moradores estavam satisfeitos com o processo de transferência do Esqueleto, como informou a COHAB ao *Jornal do Brasil* durante o processo de recenseamento em 1964[100]. A propagação deste tipo de afirmação endossou as ações do Estado, que no início de 1965 já haviam se iniciado com o recenseamento feito pela COHAB no Esqueleto. Em um dado momento de 1965, Carlos Lacerda visitou a localidade, foi à uma escolinha do local e se juntou à moradores. Na primeira imagem, Lacerda estava anotando na lousa as "ordens do dia" com as demandas que os moradores traziam para serem solucionadas por ele. Após isso, andou pela favela, foi até a proximidade onde estava localizada a obra da Radial Oeste.

100 "Favela do Esqueleto vai mudar-se", *O Dia*, 15 de novembro 1964.

Figura 21 e 22 – Visita de Lacerda ao Esqueleto em 1965. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Favela do Esqueleto.1077 – Aspectos da favela do Esqueleto (27/07/1965) - código BR RJ APERJ AID.CL.FE.1077.

Conversou com alguns moradores e foi acompanhado por um em especial, por um membro da associação Amigos da Vila de São Jorge, que era mais próximo a Carlos Lacerda do que os membros da FAFEG. Na segunda imagem, podemos observar o governador junto de um comandante militar e outros agentes do Estado, acompanhados de moradores, em especial um homem que não foi identificado conversava com o governador apontando na direção das obras da Radial Oeste. Dentre os moradores, a visita do governador gerou a expectativa de um possível diálogo para a permanência da "Vila de São Jorge" ou Esqueleto. No entanto, pouco tempo depois um grupo de recenseadoras já caminhava pelo local coletando dados que seriam usados para a execução da desapropriação do Esqueleto pela COHAB. Essa postura ambígua expressava uma estratégia de Lacerda, adotada também em outros locais, no intuito de gerar dúvidas sobre a erradicação das localidades (VALLADARES, 1978).

Mesmo com a articulação dos moradores de diversas favelas ameaçadas de remoção, Lacerda iniciou a desapropriação do Morro do Pasmado alegando que localidade seria vendida para o Grupo Hilton, o que acabou não se concretizando[101]. De todo modo, o caso demonstra que o interesse privado pautou essa política habitacional, que deixava os moradores desse tipo de localidade à margem da cidade. Não por acaso, no dia em que ocorriam as ações do governo para retirar e transferir os habitantes do Pasmado, Lacerda anunciou que a Favela do Esqueleto seria a próxima a ser removida. Em meio aos rumores da desapropriação, os jornais começaram a apoiar o plano de erradicação do Esqueleto. O *Diário Carioca* afirmou que quando os moradores fossem transferidos para Vila Kennedy estariam indo para "uma verdadeira cidade", evidenciando a concepção de que o Esqueleto não seria parte integrante da cidade[102]. Além disso, a reportagem buscou enfatizar a importância das obras de modernização, que marcariam o desenvolvimento capitalista da Guanabara.

Naquele mesmo mês, a COHAB indicou que já estava planejando a transferência dos moradores com base nos dados produzidos pelo recenseamento feito. Ainda neste mês, o governo da Guanabara anunciou a construção de uma indústria estadunidense em Bangu, uma tentativa de criar postos de trabalho na região e tornar o local atrativo para os moradores que seriam transferidos[103]. Podemos verificar com esse anúncio, o apoio transnacional vindo do Estados Unidos para a execução da política de desapropriação, não só na Aliança para o Progresso como na entrada de empresas estadunidenses. Neste mesmo período, a Favela de Brás de Pina também estava sendo ameaçada por Carlos Lacerda, uma das poucas localidades da Zona Norte ameaçada por Lacerda, junto com Esqueleto e Maria

101 "Venda do Pasmado", Última *Hora,* 15 de junho de 1965.
102 "Verdadeira cidade", *Diário Carioca,* 15 de janeiro de 1965.
103 "Indústria dos EUA no Rio", 18 de junho de 1965.

Angu. No entanto, o movimento de resistência dos moradores – organizado pela FAFEG e pela Associação de Moradores de Brás de Pina – conseguiu reverter a opinião pública e garantir que o local fosse urbanizado e não erradicado (MELLO, 2014). Essa conquista dos moradores de Brás de Pina acirrou a disputa entre os moradores do Esqueleto e o Estado da Guanabara pela permanência no local, mudando completamente o cenário das lutas dos movimentos de favela. Com receio de uma resistência parecida com a organizada em Brás de Pina, Lacerda e a Secretaria de Serviço Social organizaram e executaram a desapropriação e transferência dos habitantes do Esqueleto antes do que estava previsto[104].

Além da participação da COHAB no planejamento e organização da transferência dos moradores, o outro órgão público que também garantiu a execução do projeto foi a Delegacia de Ordem Política e Social, DOPS[105], em acordo com a Secretaria de Serviços Sociais. O secretário de Serviços Sociais, Luiz Carlos Vital, afirmou aos jornais que de "qualquer maneira" o terreno do Esqueleto seria desapropriado, indicando que seria utilizado aparato policial para evitar resistência dos moradores, a fim de evitar a repetição do episódio de Brás de Pina[106]. Esse aviso do DOPS nos mostra que a execução do Plano de Habitação do governo da Guanabara só teve sucesso por conta do aparato militar oferecido pelo governo ditatorial (PESTANA, 2022), que fez da desapropriação das favelas do Rio de Janeiro o marco inicial de políticas autoritárias para os trabalhadores de baixa renda. De acordo com Pestana e Oakim, a desapropriação do Esqueleto, por ter sido a maior favela e com uma resistência bem

104 "Remoção dos moradores da Favela do Esqueleto foi marcada para julho", *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1965.

105 O DOPS era um braço do estado fundado em 1920, com a finalidade de controlar a população, e manter a ordem pública, sendo vinculado à Secretaria de Segurança Pública.

106 "DOPS garante fim da favela amanhã", *Correio da Manhã,* 29 de junho de 1965.

organizada, contou com o maior aparato policial para garantir que o local fosse inteiramente esvaziado (OAKIM; PESTANA, 2015).

Com um forte policiamento e em meio a dias de chuva, o Esqueleto começou a ser desapropriado em julho de 1965. Os moradores não esconderam a tristeza ao ter que abandonar a localidade que haviam construído ao longo de três décadas, e nem mesmo os jornais que apoiavam a remoção puderam mascarar o visível descontentamento dos moradores nesta situação[107]. Ainda que alguns jornais tenham afirmado que não houve uma resistência dos moradores à desapropriação[108], em memória reiterada por algumas análises historiográficas feitas deste processo (MELLO, 2014), o *Diário Carioca* reconhecia esta resistência na região central do Esqueleto. De acordo com o jornal, neste local se verificou uma disputa física dos moradores com policiais no momento da desapropriação, na expressão do desespero daqueles frente ao ato do qual eram vítimas. Ainda que essa resistência tenha sido tímida, é importante ressaltar que ela existiu, apesar do cenário de forte coerção e vigilância que acabou por garantir a desapropriação. O resultado deste arbítrio se apresentava em imagens como estas, registradas pelo *Correio da Manhã*:

107 "Moradores não escondem tristeza em sair do Esqueleto", *Jornal do Brasil,* 30 de junho de 1965.
108 "Fim do Esqueleto", *Diário de Notícias,* 22 de julho de 1965.

Figura 23 e 24 – Fotografia da desapropriação do Esqueleto. Arquivo Nacional, Fundo ***Correio da Manhã***, setembro de 1965, Código: BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00236_d0008de0019 e BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00236_d0010de0019.

Na primeira imagem, podemos observar uma mulher negra caminhando no meio dos destroços produzidos pela desapropriação, com uma criança no colo e outras três caminhando à sua frente. A segunda fotografia retrata uma mulher parda de cabelos brancos, aparentando ser idosa, com uma criança andando à frente. A posição da mulher, com a mão na cabeça, demonstra uma certa angústia, muito provavelmente por conta da desapropriação de sua casa. Na legenda da segunda imagem, o repórter Gilberto do *Correio da Manhã*, indicou "aqui, duas gerações dizem adeus à favela, que morre com a saída dos residentes". As duas fotografias nos permitem vislumbrar a quantidade de famílias que eram chefiadas por mulheres, uma vez que boa parte das pessoas fotografadas pelo *Correio da Manhã* eram mulheres. Essas duas cenas expressam o desalento a que foram submetidas essas moradoras da localidade com suas crianças, observando sua vida reduzida a destroços. Por esse motivo, enquanto a transferência de alguns moradores ocorria, outros continuavam reclamando da imposição do Estado. Etevaldo durante este processo conversou com *Diário de Notícias* afirmando que Lacerda havia descumprido

a promessa de permanência e urbanização do Esqueleto[109]. Nesta entrevista, o líder da FAFEG afirmou que, já que a universidade ocuparia apenas a terça parte do terreno, os moradores teriam espaço para permanecer no local, sendo arbitrária e desnecessária a decisão do governador. Ao mesmo tempo, alguns moradores que haviam sido transferidos para Vila Kennedy reclamaram da falta de estrutura daquela localidade para receber os novos habitantes, afirmando faltar 400 casas para as pessoas transferidas[110]. Bem como havia indicado a assistente social no relatório da COHAB, ressaltando os pontos negativos da desapropriação e da transferência de moradores[111].

Apesar de tudo isso, no entanto, a desapropriação das casas do Esqueleto foi concluída em setembro. Naquele mês, o relato de um incêndio no local apareceu nos jornais, resultando na imagem a seguir, da moradora junto com suas crianças e pertences.

Figura 25 – Fotografia de moradora após incêndio no Esqueleto. Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*, setembro de 1965, Código: BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00236_d0008de0019 e BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00236_d0010de0018.

109 "Morador da favela do Esqueleto quer ficar onde está", *Diário de Notícias*, 1965 in Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-DP-PP-03.v3.
110 "Esqueleto não cabe na Vila Kennedy", *Diário Carioca,* 1 de julho de 1965.
111 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-DP-PP-03.v3.[541] Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*, setembro de 1965, BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00236_d0010de0019.

A mulher e as crianças olham para diferentes direções do horizonte, aparentando uma perplexidade diante da cena que assistiam, suas casas sendo destruídas, fosse por tratores da Suteg ou pelo fogo. O incêndio criminoso não teve uma causa aparente, mas acabou destruindo cerca de 15 casas, dentre elas 13 já vazias. A polícia prometeu investigar, mas como a localidade estava sendo desapropriada, a investigação não caminhou e nenhum culpado foi encontrado. No entanto, Valladares afirmou que durante a desapropriação das favelas, era de praxe que se ateasse fogo nos barracos e nos materiais que restavam no local, para que evitasse qualquer tentativa de reconstrução das casas por parte dos moradores[112]. O último morador saiu do Esqueleto na última semana de setembro e teve a destruição de sua casa assistida pelo governador Carlos Lacerda, enquanto era transferido para a Vila Kennedy num caminhão da companhia de lixo urbano[113].

Retirados contra a própria vontade de sua moradia, os antigos habitantes do Esqueleto se mantiveram ativos no tensionamento com o Estado. Mesmo vivendo em outra localidade, eles continuaram em busca de seus direitos de indenização. Como mostra Gonçalves, os moradores que não aceitaram ser transferidos para a Vila Kennedy, Nova Holanda ou para outra habitação popular do Estado, tinham direito a receber uma singela indenização pela desapropriação. Diversos moradores do Esqueleto tiveram que mover ações contra a COHAB para garantir o recebimento de sua indenização. Essas ações foram movidas logo após a erradicação do Esqueleto e foram pagas a esses moradores por volta de 1967 pela Guanabara (GONÇALVES, 2013, p.236). Valladares ressaltou outras estratégias dos moradores transferidos, como a sublocação de suas casas e a migração de retorno de alguns moradores transferidos para

112 "Hoje" *Correio da Manhã,* 22 de setembro de 1965. Cf.: VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 72.
113 "Último morador sai do Esqueleto", *Estado de São Paulo*, 30 de setembro de 1965.

a Vila Kennedy, para favelas mais próximas do Centro da cidade e Zona Sul (VALLADARES, 1978, p.72). Ficava claro, desse modo, que esses moradores continuaram buscando o acesso à cidade, mesmo depois da ação estatal que os levou a perder seu espaço de residência.

A luta desses moradores evidenciava que o processo de desapropriação ao qual haviam sido submetidos desrespeitou inteiramente seus direitos. Uma das assistentes sociais, Teresa Maria Lomonaco Mendes, preencheu um dos relatórios da COHAB durante a transferência de moradores do Esqueleto para Vila Kennedy e reconheceu que a ida para a Vila Kennedy estava acontecendo foram da data anteriormente marcada, "não permitindo melhor planejamento global deste trabalho", sem o número de casas adequado para abrigar todos os transferidos na Vila Kennedy, no Parque Caju as condições de habitabilidade eram precárias fazendo com que os moradores se recusassem a viver lá, insuficiência de transportes para os técnicos do Serviço Social, entre outros[114]. A assistente social deixou evidente a pressa do governo em retirar os moradores do Esqueleto, uma vez que havia uma data planejada não foi respeitada – o que fez com que o momento da desapropriação daquelas pessoas se tornasse ainda pior, com a precarização nos atendimentos para a transferência, fosse para Vila Kennedy, Nova Holanda ou Parque Caju. Essa antecipação foi justificada pelo medo que o movimento de resistência dos moradores ganhasse apoio público e garantisse a permanência no local (PESTANA, 2022).

Para Sandra Cavalcanti, de forma contrária, as remoções foram bem executadas e planejadas, a antiga secretaria de Assistência Social justificou as desapropriações afirmando que os terrenos estavam sendo desapropriados por "subutilização", ou seja, a secretária de Serviço Social entendia as favelas como uma forma não rentável de utilizar

114 Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Anthony Leeds. Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Relatório da Companhia de Habitação da Guanabara. código BR RJ COC LE-01.01.054.53/113.

os terrenos. Mais uma vez evidenciando que o interesse do capital imobiliário orientou as políticas habitacionais nas décadas de 1960 e 1970[115]. Como já mencionado, o número de casas não era compatível com a quantidade de moradores registrados para a transferência, o que gerou uma falta de casas para centenas de pessoas. Isto indica a pressa do governo em executar a erradicação do Esqueleto.

A precariedade dessa política habitacional foi testemunhada também pela *Revista de Municipal de Engenharia*, que em outubro de 1965 mostrou que a desapropriação do Esqueleto havia sido feita de forma tão desorganizada que acabou por entupir o rio dos Cachorros[116], que dividia a região do Estádio do Maracanã. Segundo a revista, os materiais das casas destruídas do Esqueleto foram jogados no rio, o que gerou o entupimento. Na imagem abaixo, podemos ver a localização do Rio, situado à frente do Esqueleto, separando a favela do Estádio Maracanã.

Figura 26 – Trator da Suteg chegando para a desapropriação no Esqueleto. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Favela do Esqueleto.1077 – Aspectos da favela do Esqueleto (27/07/1965) - código BR RJ APERJ AID.CL.FE.1077.

115 "Cohab planeja o despejo da Favela do Esqueleto", Última Hora, 17 de junho de 1965. Cf.: AMOROSO, Mauro. GONÇALVES, Rafael Soares. "Golpe militar e remoções de favelas cariocas. Revisitando um passado ainda atual". *Revista Acervo,* RIO DE JANEIRO, V. 27, Nº 1, P. 209-226, JAN./JUN. 2014 – P. 209-226.

116 "Remoção da Favela do Esqueleto", *Revista Municipal de Engenharia*, outubro de 1965.

Na foto, podemos ver o trator da Suteg, olhado com espanto por um menino negro do local. Logo atrás do menino está o rio dos Cachorros, que a *Revista Municipal de Engenharia* mencionou ter sido obstruído com a destruição do Esqueleto. A revista mencionou que, por conta desta obstrução, o foco de mosquitos naquela região teve considerável aumento, causando reflexos inclusive no rio dos Macacos, outro rio de Vila Isabel, denunciando os problemas pluviais que a região enfrentou por conta da desapropriação desorganizada.

Junto com esses problemas ambientais, a remoção teria também se mostrado um fracasso em termos econômicos. De acordo com os financiadores da Aliança para o Progresso, seria mais vantajoso e lucrativo para Guanabara ter investido na recuperação das localidades do que gastar verbas na sua erradicação e na construção de novos bairros para transferir os moradores desapropriados (AMOROSO, 2014, p.209-226). Ou seja, além das consequências sociais negativas, houve também prejuízos ambientais e econômicos. Passado essa "era das remoções", entre 1960 e 1970, se tornou explícito o fracasso deste tipo de política para resolução de problemas habitacionais na cidade e no país.

Mesmo com todos os esforços para a permanência do Esqueleto, os moradores não conseguiram resistir aos ataques daquele Estado militarizado, e sua desapropriação ocorreu entre julho e setembro de 1965, marcado pela tristeza e descontentamento dos moradores[117]. Apesar disso, algumas reportagens do período chegaram a mencionar que os moradores do Esqueleto estavam "contentes" com a desapropriação e a transferência para a Vila Kennedy, construída para abrigá-los em Bangu[118]. Mesmo assim, a maioria dos jornais não

117 "Moradores não escondem tristeza em sair do Esqueleto", *Jornal do Brasil,* 30 de junho de 1965.
118 "Remoção dos moradores da Favela do Esqueleto foi marcada para julho", *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1965.

conseguiu esconder a tristeza dos moradores ao saírem do Esqueleto escoltados pela polícia e em caminhões da Suteg e da empresa de lixo urbano[119]. Décadas depois da erradicação do Esqueleto, o documentário *Remoções* entrevistou moradores de diversas localidades desapropriadas por Carlos Lacerda e Sandra Cavalcanti, a maioria deles se mostrava ainda descontente com a forma em que se deu, tanto a desapropriação, quanto a transferência para a Vila Kennedy. Assim como esse documentário foi conduzido pela narrativa dos moradores desapropriados, buscamos mostrar neste capítulo a perspectiva dos moradores do Esqueleto sobre as políticas que foram implementadas pelo governo da Guanabara, evidenciando a luta pela permanência naquela localidade, que durou até o dia da desapropriação – marcando a resistência física de moradores à destruição do Esqueleto, que a maioria dos jornais preferiu ocultar e que não aparece na análise historiográfica desse episódio da política habitacional da Guanabara[120].

A história do Esqueleto mostra, no entanto, que mesmo com a desapropriação tenha sido executada, houve uma articulação dos moradores, que podemos compreender como um movimento social urbano (SANTOS, 1979) – que conseguiu postergar e minorar a ação autoritária do Estado, combatendo o autoritarismo que

119 "Moradores não escondem tristeza em sair do Esqueleto", *Jornal do Brasil,* 30 de junho de 1965.

120 "Esqueleto removido sob chuva", *Diário Carioca,* 8 de julho de 1965. Geraldo dos Anjos também afirmou em seu livro que os moradores do Esqueleto gostaram de serem transferidos para Vila Kennedy, mesmo sendo o Esqueleto mais próximo de todos os aparelhos urbanos. "ANJOS, Geraldo dos. *Os dias agonizantes da Favela do Esqueleto*, 1969. Mello menciona em sua dissertação que a desapropriação ocorreu sem resistência por conta da prisão de Etevaldo pelo DOPS e do cercamento policial da localidade. Cf.: MELLO, Juliana Oakim Bandeira de.""Urbanização sim, remoção não". A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970". 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. pp. 56-60. PESTANA, Marco Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2022.

permitiu a execução da política remocionista do governo Carlos Lacerda. Esta organização dos moradores do Esqueleto pela permanência e por acesso a melhorias na localidade não começou na década de 1960, no contexto da remoção, e sim no final da década de 1940, quando passaram a ser pressionados pela prefeitura do Distrito Federal. Dessa forma, estamos diante de dezoito anos de articulações políticas e construção social dos moradores do Esqueleto, nos quais os moradores conseguiram garantir a permanência naquele espaço, até serem atravessados por um governo autoritário que possibilitou a execução da desapropriação (PESTANA, 2022). Por isso, a necessidade de retomar essa história a partir da narrativa dos moradores, em geral, excluídos tanto da formulação das políticas habitacionais quanto da história oficial da cidade.

As favelas escrevem sua história

Após a desapropriação do Esqueleto, algumas percepções se consolidaram sobre o fato, algumas a favor das ações, outras contrárias. Mesmo com diversos depoimentos convergindo para uma memória de violência na era das remoções, há ainda jornalistas consagrados que afirmam que o episódio se tratou de uma tentativa de resolver o "problema das favelas". Segundo o diretor executivo de jornalismo da Globo, Ali Kamel, as políticas de "remoção" não passaram de uma tentativa "para o bem dos favelados", em que Carlos Lacerda, homem público sempre preocupado com esse problema, desenhou um projeto de "reassentamento minimamente planejado" das famílias que viviam em favelas como o Esqueleto. Para Ali Kamel, a política de Lacerda só ficou mal-vista quando Negrão de Lima, com apoio da força policial dos militares, deu continuidade à transferência de moradores de diversas favelas da Zona Sul, sem que houvesse estrutura suficiente para os moradores que foram para os novos conjuntos habitacionais, como a Cidade de Deus. Kamel afirmou também que a culpa da explosão demográfica das favelas do Rio de Janeiro se deveria à gestão de Leonel Brizola, entre 1983 e 1987 – pois, além de atuar de forma permissiva em relação às invasões de terreno, ela teria também derrubado um decreto que proibia construções de alvenaria nas favelas – o que permitiu que moradores fizessem melhorias em suas casas construídas até então com madeira. Em suma, o que Ali Kamel buscou fazer em seu blog foi criar a memória positiva da política de desapropriação de Carlos Lacerda, uma vez que, para ele, o governador promoveu uma infraestrutura adequada para transferir os moradores, contando com transporte, luz, água e casas em boas

condições, além de ter realizado essa transferência sem "desrespeito" aos moradores[1].

Na perspectiva de Ali Kamel, o problema teria sido simplesmente semântico. Ao nomear a transferência ou "reassentamento" dos moradores de "remoção", o Estado e a imprensa teriam criado uma imagem supostamente falsa sobre o sentido dessas transferências de domicílio, pois "pessoas são reassentadas, lixo é removido". Sem qualquer base factual, opiniões como a do jornalista ainda fazem parte do senso comum sobre as favelas, por mais que se choquem não apenas com os estudos realizados ao longo das décadas sobre essa política e suas consequências, mas também como a memória dos moradores locais – como aqueles antigos residentes do Esqueleto transferidos para a Nova Holanda e Vila Kennedy que, nos primeiros anos do século XXI, deram depoimentos a pesquisadores que tentavam analisar a experiência de vida nesses dois conjuntos habitacionais (VIEIRA, 2008; NÓBREGA JÚNIOR, 2012). A maior parte daqueles que foram transferidos para a Nova Holanda mencionaram a precariedade que existia no Esqueleto, o que teria tornado um pouco mais atrativa a transferência para a Nova Holanda entre 1961 e 1962 – principalmente para aqueles que buscavam uma casa própria – uma vez que a localidade, mesmo distante, ainda se conectava melhor ao Centro e Zona Sul do que Bangu (NÓBREGA JÚNIOR, 2012).

Como vimos, durante o período de desapropriação da gestão de Lacerda, que durou de 1961-1965, a maioria dos moradores do Esqueleto relutava em aceitar a mudança forçada para uma região distante aos principais pontos de trabalho e serviços urbanos, para uma parte afastada da cidade e sem infraestrutura básica. Essa disputa de memória em torno da desapropriação do Esqueleto aparece

1 KAMEL, Ali. "Lacerda e Brizola", *O Globo*, 01 de junho de 2004. Acessado em outubro de 2022. http://www.alikamel.com.br/artigos/lacerda-e-brizola.php

também no documentário *Remoções*[2], em que alguns depoimentos de ex-moradores das favelas desapropriadas por Carlos Lacerda e Sandra Cavalcanti revelaram ter gostado da transferência, enquanto outros moradores eram visivelmente revoltados com a saída forçada de suas moradias (PESTANA, 2022). No entanto, os próprios moradores favoráveis à transferência reconheciam que a maioria dos habitantes locais não via vantagens em deixar o Esqueleto, nem para a Nova Holanda muito menos para a Vila Kennedy, por serem ambas mais distantes. A opinião de Kamel se distancia, por isso, das análises que foram tecidas neste trabalho, em que uma maioria de moradores havia, inclusive, votado num plebiscito para a permanência do Esqueleto, articulado pelo *Diário de Notícias*[3].

Alguns moradores tinham interesse na transferência pois teriam acesso à casas próprias, principalmente as famílias que tinham biroscas, pois ganharam uma casa maior para que o comércio fosse estabelecido (VALLADARES, 1980). Outras famílias, no entanto, não tinham condições financeiras de pagar as parcelas das casas para as quais seriam transferidas, o que as fez morar novamente em alguma favela que fosse mais próxima dos postos de trabalho. Essa divergência de interesse com alguns moradores reforça, de todo modo, a ideia de que as favelas não são homogêneas, tampouco seus moradores, o que nega a ideia concebida desde o início do século XX da categoria favela enquanto homogênea e reduzida por aspectos sócio-urbanísticos (GONÇALVES, 2013, p.90). Cada habitante do Esqueleto se apropriava daquele espaço de uma determinada maneira, por isso as contradições em relação à desapropriação – o que nos evidencia a heterogeneidade que caracterizava essas pessoas, seja no quesitos sociorraciais quanto nos aspectos culturais

2 "Remoção", documentário de Anderson Quack e Luiz Antonio Pilar, Rio de Janeiro: 2013.
3 "DN realizou plebiscito vetado: preferem Esqueleto", *Diário de Notícias,* 12 de dezembro de 1964.

e de costumes. Mesmo que o peso da memória positiva deste episódio tenha prevalecido, no entanto, algo comum presente na fala de todos os moradores é o trauma da desapropriação, uma vez que eles mencionam a precariedade e brutalidade na execução da transferência, em que eram obrigados a abandonar suas casas e ir para locais distantes e sem infraestrutura, e o medo de que isso ocorresse novamente nas localidades que habitavam[4].

Um morador transferido do Esqueleto, Jorge Melo, contou que "na época, os pais receberam a promessa de que os filhos teriam vaga na universidade, o que não foi cumprido". Além disso, observou que "desde o início o lugar foi deixado ao largo, possibilitando o surgimento de favelas próximas ao conjunto, como Vila Metral e Alto Kennedy", identificando a favelização no conjunto construído por Lacerda. Jorge relembrou até mesmo das promessas feitas às famílias para que deixassem o Esqueleto, segundo a qual o governo da Guanabara garantiria aos filhos dos moradores transferidos uma vaga na universidade, promessa que nunca foi cumprida. Além disso, Jorge ressaltou que as melhorias na condição de vida dos moradores transferidos do Esqueleto foram proporcionadas por eles próprios, o que indica a continuidade da agência desses moradores na construção de outras localidades. Outro morador transferido, Manuel Severino de Jesus, de 59 anos, contou que morava na Favela Macedo Sobrinho, no Humaitá. Como estudava no Largo do Machado e trabalhava em Ipanema, a distância de casa o levou a dormir na rua inúmeras vezes, o que nos indica a ausência de transporte público para esses locais mais afastados para onde foram transferidos[5]. Além desses dois moradores, outros três comentaram os problemas enfrentados, tanto na Vila Kennedy quanto na Cidade de Deus, dando ênfase à falta de

4 "Favelas foram removidas para conjuntos sem qualquer infraestrutura", *O Globo*, 09 de maio de 2011.
5 Idem.

emprego nas regiões e de transporte público, o que tornou a vida de muitos mais precária. Esses depoimentos dos moradores negam as afirmativas de Ali Kamel, ao tentar positivar o saldo das "remoções".

Sete anos depois, o próprio jornal *O Globo* publicou uma reportagem reconhecendo o fracasso da política de desapropriação de Lacerda e Negrão de Lima, seu sucessor – tanto no governo da Guanabara quanto nos planos de erradicação de favelas. Intitulada "Favelas foram removidas para conjuntos sem qualquer infraestrutura", a reportagem, apoiada em comentários da socióloga e professora de Arquitetura e Urbanismo da UFF, Maria Laís Pereira – que afirmou que as necessidades dos moradores não foram levadas em conta – contrasta com a percepção de Ali Kamel sobre a política habitacional de Lacerda, assumindo inclusive o impacto negativo nas famílias atravessadas por essa política de habitação[6]. Essa reportagem pouco demonstrou uma disputa ideológica e política na construção de sua análise e narrativa, se compararmos com a coluna de Ali Kamel, que visivelmente pretendia defender o legado de Carlos Lacerda em detrimento de Leonel Brizola. Além da socióloga participar, vários moradores transferidos das localidades atravessadas pela política de Lacerda deram depoimentos à reportagem, todas criticando a ausência de infraestrutura dos locais para os quais foram removidos. Para além das ideias de senso comum que ainda valorizam a política lacerdista para as favelas, fica evidente que quando os jornais se dispõem a ouvir os depoimentos desses habitantes a conclusão sobre a política de desapropriação muda completamente de sentido.

Não foi apenas o governo Lacerda, no entanto, o responsável por estas políticas. Em 2015 foi publicado o resultado da pesquisa de Juliana Oakim de Mello e Marco Pestana na Comissão Estadual

6 "Favelas foram removidas para conjuntos sem qualquer infraestrutura", *O Globo*, 09 de maio de 2011.

da Verdade, que constatou que as desapropriações realizadas por Lacerda contaram com forte aparato policial, em especial do DOPS (OAKIM; PESTANA, 2015). Na reportagem, o boletim de prisão de Etevaldo Justino de Oliveira, líder da resistência do Esqueleto em 1964 e então presidente da FAFEG, foram expostas e analisadas pelos historiadores. Nesta matéria, é revelado o envolvimento do aparato militar no controle dos movimentos sociais de favela que, naquela época, lutavam pela permanência e urbanização de suas favelas. Além disso, é nesta reportagem que se revelou as inúmeras violações e torturas cometidas com os líderes de movimentos de luta pelas favelas, como Etevaldo, ficando comprovado o envolvimento dos militares nesta política desde o início de sua execução. A reportagem do *O Globo* buscou evidenciar, através do trabalho de Juliana Oakim e Marco Pestana, o quanto a ditadura civil-militar foi letal nas favelas da cidade[7], relação ainda pouco explorada pela historiografia que se debruçou sobre este período e esses espaços (AMOROSO, 2019, p.129-157).

A partir do caminho exposto neste trabalho, podemos perceber os limites das ações dos moradores do Esqueleto na luta pela permanência e acesso à cidadania durante as três décadas que a localidade viveu. Enfrentamos aqui os limites de acompanhar o processo histórico de construção e desenvolvimento de uma localidade lembrada a partir de sua desapropriação, com o objetivo de ressignificar a história daquele espaço e experiência dos moradores, ecoando a voz desses habitantes que poucas vezes pode ser ouvida. Assim, demonstramos que o espaço está distante de ser algo dado e naturalizado, muito menos a experiência de quem nele habita. Neste sentido, pudemos verificar o processo de consciência de classe dos

7 "Favelas foram removidas para conjuntos sem qualquer infraestrutura", *O Globo*, 09 de maio de 2011.

habitantes do Esqueleto no processo de organização e articulação das lutas pela localidade, que diz a respeito não só da identificação enquanto trabalhadores, mas também como favelados e chefes de família – além disso, no campo cultural, boa parte destas pessoas se entendia enquanto cristã, sendo, por isso, um elemento importante de conexão entre eles.

Na contramão das análises em que o Esqueleto apareceu através da perspectiva do Estado, de forma estigmatizada, buscamos tornar evidente o exercício dos moradores de mostrar uma outra realidade, que apenas eles experimentaram no Esqueleto. Mesmo com todas as deficiências que ali existiam, o Esqueleto cumpria para a maioria dos moradores o papel de lar, em que se sentiam integrados às dinâmicas da cidade, mesmo se tratando de um espaço posto à margem da cidade, isto porque estava localizado numa região próxima ao Centro da Cidade e dos principais parques industriais do período, como Vila Isabel, Tijuca e São Cristóvão. O desenvolvimento desta localidade se deu de forma simultânea e em cooperação com o desenvolvimento desses bairros que, posteriormente, tiveram planos de modernização em que o mote principal foi a desapropriação do Esqueleto. É importante ressaltar que o Esqueleto era a quinta maior favela da cidade, o que indica o impacto na vida de mais de doze mil pessoas que foram retiradas de seus lares e afastadas de seus empregos.

Ainda que o Esqueleto seja uma localidade não mais presente na cidade, outras diversas favelas também estão na mesma condição, sem terem tido sua história explorada por historiadores, sociólogos e antropólogos. De forma geral, que possamos continuar nos debruçando sobre as favelas e colher os saberes dos moradores para construir novas narrativas historiográficas, sociológicas e urbanísticas sobre esses espaços, que hoje são parte da favela, de forma reconhecida. Não à toa, em 2020 a Central Única das Favelas criou

o “dia da favela”, 4 de novembro, partindo de um documento oficial desta data que incriminava o Morro da Providência e utilizava o termo “favela”. Ainda que a data tenha surgido com intenção de reforçar a importância desses espaços e de comemorar sua existência e resistência, partiu de um documento que incriminava esses territórios, o que não é nada positivo. Neste sentido, é importante que o “dia da favela” seja pensado e comemorado a partir da narrativa e experiência dos moradores sobre esses espaços, que foram os verdadeiros autores do termo favela.

Fontes

A – Biblioteca Nacional (Imprensa)

Correio da Manhã (1920-1965) *Diário da Noite* (1930-1965) *Diário de Notícias* (1931-1959) *A Noite* (1930-1959)
O Paiz (1933-1934)
Tribuna Popular (1947-1959)
A Manhã (1947-1963)
Última *Hora* (1951-1965)
Imprensa Popular (1951-1958)
Jornal do Brasil (1951-1969)
A Luta Democrática (1954-1967) *Estado de São Paulo* (1964-1965) *O Globo* (1964-1965)

B – Acervo jornal O Estado de São Paulo:

SAGMACS. Relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1960. 13 de abril de 1960.

C – Literatura

ANJOS, Geraldo F. dos. *Os dias agonizantes da Favela do Esqueleto,* Rio de Janeiro, 1969.
OITICICA, Hélio. *O herói anti-herói, e o anti-herói anônimo,* 1968.

D – Biblioteca do IBGE

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Favelas do Distrito Federal e o Censo demográfico de 1950,* Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IBGE. *Recenseamento geral do Brasil 1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IBGE. *Censo demográfico de 1960*. Favelas do Estado da Guanabara VII recenseamento geral do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

E – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Dossiê Favela do Esqueleto: iconografia da região, 32 itens (1960-1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.10.

Discursos Carlos Lacerda: faixas de áudio, 5 itens (1962-1963) - código BR RJ AGCRJ.CL.FAM.01.189.

Aspectos da Favela do Esqueleto: item documental (1960-1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.10.5.

Companhia de Habitação da Guanabara: subsérie, 301 itens documentais (1960-1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.

Visita à Favela do Esqueleto: item iconográfico (1962) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.10.4.

Favela do Esqueleto: item iconográfico (1964) - código BR RJ AGCRJ. ICO.FAV.ESQ.234.01.11.

Censo Escolar na Favela do Esqueleto: subsérie, 5 itens (1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.EDC.CER.2.

Demolição da Favela do Esqueleto: iconográfico, 17 itens (1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.10.9.

Demolição da Favela do Esqueleto: 10 itens documentais (1965) - código BR RJ AGCRJ.CL.VPO.GEG.SES.HAB.10.10

F – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação - Série Carlos Lacerda.

Dossiê FE.1077 - Aspectos da favela do Esqueleto (27/07/1965) - código BR RJAPERJ AID.CL.FE.1077.

Dossiê IA.348 - Avenida Radial Oeste – inauguração do trecho que corta a favela do Esqueleto. (04/09/1962) - código BR RJAPERJ AID. CL.IA.348.

Dossiê CE.989 - Censo Escolar na Favela do Esqueleto (26/04/1965) - código BR RJAPERJ AID.CL.CE.989.

Dossiê FE.1065 - Visita do governador Carlos Lacerda à favela do Esqueleto.(21/07/1965) - código BR RJAPERJ AID.CL.FE.1065.

Dossiê FE.1145 - Visita do Governador Carlos Lacerda à Favela do Esqueleto (17/09/1965) - código BR RJAPERJ AID.CL.FE.1145.

G – Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz

Fundo Anthony Leeds.

Dossiê 03.v3 - Localidades: sem data de produção. Documentos textuais. código BR RJCOC LE-DP-PP-03.v3. Dossiê Favela do Esqueleto

Fundo Victor Tavares de Moura

Dossiê 01 - Parques Proletários e Favelas: Parques Proletários e Favelas (07/02/1939 - 19/10/1953). Documentos textuais: 63 folhas e documentos iconográficos: 143 itens - código BR RJCOC VT-MS-01.

H. Museu da Maré - Arquivo Dona Orosina Vieira

Fichas cadastrais dos moradores da Nova Holanda, Fundação Leão XIII, 1961 - 1976.

I – Outros

Prefeitura do Distrito Federal, *Censo das Favelas Aspectos Gerais 1948*, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício. *A Evolução do espaço urbano do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AGACHE, Alfred. *Plano Agache.* Rio de Janeiro: 1930, apud GONÇALVES, Rafael Soares. "Censos e favelas cariocas: a evolução de um conceito censitário". *Anais do Museu Paulista*, vol. 28, p. 3, 2020.

AMOROSO, Mauro. "A tropa e a cidade: a Polícia Militar no Rio de Janeiro durante a abertura e seus impactos negativos futuros para a consolidação de um universo de direitos para as favelas". *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 129 - 157, mai./ago. 2019.

AMOROSO, Mauro. *Nunca* é *tarde para ser feliz: a imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manh*ã. Curitiba: Editora CRV, 2011.

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. "Golpe militar e remoções de favelas cariocas. Revisitando um passado ainda atual". *Acervo Rio de Janeiro*, v. 27, nº 1, p. 209-226, jan./jun., 2014.

ANJOS, Geraldo F. dos. *Os dias agonizantes da Favela do Esqueleto.* Rio de Janeiro: 1969.

BARROS, José D'Assunção. "História, espaço e tempo: interações necessárias". *Varia história*, 2006, vol.22, n.36, 2006, pp. 460-475.

BRUM, Mario Sergio Ignacio. *Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

BRUM, Mario Sergio Ignácio; KNAUSS, Paulo. "Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica". In: MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SILVA, Luiz Antônio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas Cariocas, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. "Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ALVITO,

Marcos; ZALUAR, Alba. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARVALHO, Bruno. *Cidade Porosa. Dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. Rio de janeiro: Objetiva, 2019.

CHALHOUB, Sidney. *"Cortiços" in Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

COSTA, Mariana B.C. *A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado em História Social da Cultura, PUC-Rio, 2019.

DAVIS, Natalie Zemon. "Descentering history: local stories and cultural crossings in a global world". *History and Theory*, 50, pp. 188-202, mai., 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres no século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

DE SOUZA FILGUEIRA, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021.

DUARTE, Adriano. *O direito à cidade: trabalhadores e cidadãos em São Paulo, 1942/1953*. São Paulo: Alameda, 2018.

FAUSTO, Boris. "A Revolução de 1930". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Bertrana Brasil, 1987.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FISCHER, Brodwyn. "Direitos por lei ou leis por direitos? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo". In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social.* Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 417-425.

FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. California: Stanford University Press, 2008.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Agonia de Morar: Urbanização e habitação na cidade do Rio de Janeiro (DF) - 1945/50*. Londrina: EDUEL, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil.* In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 35-70.

GONÇALVES, R. S.; AMOROSO, M. "Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual". *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 1, pp. 209-226, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares. "Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro". *Caderno de Geografia*, v. 31, n.64, 2021, pp. 270-289.

GONÇALVES, Rafael Soares. "Censos e favelas cariocas: a evolução de um conceito censitário". *Anais do Museu Paulista*, vol. 28, p. 1-30, 2020.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direitos*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013.

GUIMARÃES, Alberto. *As Favelas do Distrito Federal e o Censo demográfico de 1950.* Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. "Beyond Culture: Space, Identity, and the Politics of Difference". *Culture, power, place. Explorations in Critical Anthropology*. Durham: Duke University Press, pp. 33-51, 1997.

HARVEY, David. *"Space as a keyword": Paperfor Marx and Philosophy Conference*. Londres: Institute of Education, 2004.

LEFEBVRE, Henri. "Prefácio: A produção do espaço". *Estudos avançados*, vol.27, n.79, 2013.

LEITE, Márcia. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2012.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LOW, Setha. "The social construction of space". In: *Spatializing culture: the ethnography of space and place*. New York: Routledge, 2016.

LOW, Setha. "The social construction of space". In: *Spatializing culture: the ethnography of space and place*. New York: Routledge, pp. 68-93, 2016.

MATTOS, Romulo Costa. "Reino do Céu ou território das 'Classes Perigosas'? O morro da Favella no contexto da visita de Felippo Tommaso Marinetti (1926)". In: DINIZ, Clarissa, CARDOSO, Rafael (orgs.). *Do valongo à Favela: imaginário e periferia*. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2015.

MATTOS, Romulo Costa. *A "aldeia do mal": O morro da Favela e a construção social das favelas durante a primeira república*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2004.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História, UFF, 2008.

MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SILVA, Luiz Antônio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas Cariocas, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MOURA, Victor Tavares. *Relatório e balancete dos trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas,* 4 de outubro, 1947.

OAKIM, Juliana. *Urbanização, sim, remoção, não!. A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

OAKIM, Juliana; PESTANA, Marco. "A ditadura nas favelas cariocas". In: *Comissão da Verdade do Rio. Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

OAKIM, Juliana; PESTANA, Marco. *A ditadura nas favelas do Rio de Janeiro: contribuição ao relatório da CEV-Rio*. Rio de Janeiro, 2015.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OITICICA, Hélio. *O herói anti-herói, e o anti-herói anônimo,* 1968.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. *Conservação e memória: o conjunto de fichas cadastrais de moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré.* 2019. 79 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Conservação e Restauração). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OYON BAÑALES, José Luis, "Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950". *Historia Contemporánea,* 24, pp. 11-58, 2002.

PEREIRA, Leonardo A. M. "A invenção do Vagalume". In: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; COSTA, Mariana.. (Org.). *Ecos Noturnos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2018.

PEREIRA, Leonardo A. M. "Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República". *História*, v.35, p.1-21, 2016.

PEREIRA, Leonardo A. M. *A cidade que dança. Clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1932).* Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; CHALHOUB, Sidney. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Coleção Histórias do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PESTANA, Marco Marques. *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964).* Niterói: Eduff, 2016.

PESTANA, Marco Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

RODMAN, Margaret. "Empowering place: multilocality and multivocality". In: LOW, Setha e LAWRENCE-ZUÑIGA, Denise. *The Anthropology of Space and Place: Locating Culture*. Oxford and New York: Blackwell, pp. 204-223, 2003.

RODRIGUES, Rute Imanishi. "Entre o estatal e o filantrópico". *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo,* v. 18, pp. 1-18. IAU-USP, 2020.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson dos. "A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta". *Revista de Administração Municipal,* nº 165, outubro/novembro, 1982.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado), Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.

SAVAGE, Mike. "Espaço, redes e formação de classe". *Revista Mundos do Trabalho,* 3, n.° 5, pp. 6-33, 2011 [1996].

SILVA, Cláudia Rose. *Maré: a invenção de um bairro*. Dissertação de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. "A partir do relatório da SAGMACS: as favelas ontem e hoje". In: MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SILVA, Luiz Antônio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). *Favelas Cariocas, ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, Maria Laís Pereira. *Favelas Cariocas 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, vol.II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VALLADARES, Licia. *A invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. *Do engenho à favela, do mar ao chão, memórias da construção do espaço da Maré*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Rio de Janeiro, 2008.

Sobre a autora

Emmanuelle Torres Costa

Cria do Morro Nossa Senhora das Graças, Boogie Woogie, na Ilha do Governador. Historiadora de favelas e educadora popular e museal. Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestra em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional e Urbano, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz. Coordenadora local no projeto Favelas e periferias pelo direito à vida, da Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. Educadora popular no pré-vestibular do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, localizado no Morro do Timbau, Maré. Suas pesquisas e ações são focadas nas favelas da cidade, seja na promoção da saúde ou na investigação histórica. Participou da fundação da Rede de Historiadores Favelados, da Anpuh-Rio, durante a Jornada Científica Favelades Universitáries, do Fórum Favela Universidade.